

RETROSPECTIVA BRASIL ← 2025



RETROSPECTIVA BRASIL ← 2025



Exceto quando indicado o contrário, este trabalho é distribuído sob uma licença de uso livre. Você pode copiar, adaptar e redistribuir o conteúdo apresentado a seguir, desde que dê o devido crédito a seus autores.

RETROSPECTIVA BRASIL 2025

Fevereiro/2026

ISBN:

COORDENAÇÃO ← Bruno Brandão, Guilherme France

AUTORIA ← Amanda Faria Lima, André Duffles,
Bruno Brandão, Guilherme France,
Johanna Nublat, Renato Morgado.

REVISÃO ← Johanna Nublat, Henrique Bronzoni

DIAGRAMAÇÃO ← Guto Rodrigues

CAPA E SEGUNDA CAPA ← Thandy Yung/Unsplash

Todos os esforços foram empenhados para verificar a exatidão das informações contidas neste relatório. Acredita-se que todas as informações estavam corretas em fevereiro de 2026. No entanto, a Transparência Internacional – Brasil não se responsabiliza pelas consequências do uso dessas informações para outros fins ou em outros contextos.

Este relatório é publicado anualmente pela Transparência Internacional – Brasil desde 2020. Saiba mais em transparenciainternacional.org.br/retrospectiva

INTRODUÇÃO ← 8

Recomendações ← 17

Destaques Positivos ← 23

Destaques Negativos ← 24

PODER EXECUTIVO ← 25

1 Entre avanços e lacunas: a
transparência no Executivo Federal ← 30

Agendas incompletas ← 30

*Sigilos e restrições ao acesso
à informação* ← 32

Novo PAC ← 34

Governo Aberto ← 35

2 Ações de controle e
investigações relevantes ← 36

3 Operação Carbono Oculto:
Revelações e Desdobramentos ← 38

4 Contradições na política climática e
ambiental: o caminho até a COP30 ← 40

COP 30 ← 42

Operação Rejeito ← 45

5 Esquema do INSS ← 46

PODER JUDICIÁRIO ← 55

- 1** STF – Processos sobre o 8 de janeiro, pandemia e Collor ← **58**
- 2** Decisões do Supremo Tribunal Federal sobre emendas parlamentares e avanço de investigações ← **61**
- 3** Farra das leniências: decisões controversas e anulações em massa ← **64**
- 4** Privilégios no Sistema de Justiça ← **68**
- 5** Caneta Amiga: Casos de conflitos de interesses ← **70**
- 6** Idas e vindas do compartilhamento de relatórios de inteligência ← **75**
- 7** MPF – Ações contra desvios em emendas parlamentares, crime organizado e garimpo ilegal ← **77**
- 8** Transições e renovações no Judiciário ← **80**
- 9** Desigualdades e baixa representatividade no Judiciário ← **82**
- 10** Corrupção e desvios no Judiciário: esquemas de venda de sentenças ← **84**
- 11** O vaivém da blindagem: o impeachment de ministros do Supremo ← **85**

PODER LEGISLATIVO ← 97

- 1** ‘Orçamento Secreto’: novos capítulos ← **100**
- 2** PEC da Blindagem ← **103**
- 3** Mudança nas regras do foro privilegiado ← **105**
- 4** Apostando em pizza: revelações e fracassos da CPI das Bets ← **106**
- 5** Ataques à Lei da Ficha Limpa e novo Código Eleitoral ← **108**
- 6** Pauta ambiental ← **110**
 - ‘PL da Devastação’* ← **110**
 - PEC do marco temporal* ← **111**
 - Acordo de Escazú* ← **112**
- 7** Crime organizado – Casos de infiltração, CPI do Crime Organizado, ‘PEC da Segurança’ e ‘PL Antifacção’ ← **114**
- 8** Os lentos avanços da reforma administrativa ← **117**
- 9** Lobby de Alcolumbre e outros senadores pela exploração de petróleo na Foz do Amazonas ← **118**
- 10** Ataques a Marina Silva e outras violências misóginas no Congresso ← **119**
- 11** A Grande Família: casos de nepotismo nos Tribunais de Contas ← **121**

NOVOS EPISÓDIOS DE ASSÉDIO CONTRA A TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL – BRASIL ← 128

A Retrospectiva Brasil 2025 é um relatório qualitativo, produzido de forma independente pela equipe de especialistas da Transparência Internacional – Brasil, com o objetivo de registrar, analisar e contextualizar os fatos mais relevantes relacionados à temática da corrupção ocorridos no país ao longo do ano. Sua finalidade é contribuir para a qualificação do debate público, recuperar acontecimentos marcantes — positivos e negativos — e oferecer análise técnica e recomendações construtivas para o aprimoramento das instituições, leis e práticas brasileiras.

A publicação deste relatório ocorre, intencionalmente, no mesmo dia do lançamento global do Índice de Percepção da Corrupção (IPC), elaborado pelo Secretariado da Transparência Internacional. Essa coincidência de datas tem por objetivo aproveitar o momento ampliado de atenção pública para fortalecer a discussão sobre integridade e oferecer elementos substantivos de reflexão, e não estabelecer relações diretas causais entre os dois conteúdos.

É fundamental esclarecer que a Retrospectiva Brasil não guarda relação causal necessária com o resultado do IPC. O índice é compilado pelo Secretariado global da Transparência Internacional, com base em até 13 fontes primárias, independentes, elaboradas por instituições externas e especializadas — sobre as quais nem a Transparência Internacional - Brasil nem o Secretariado exercem qualquer influência ou controle.

Assim, a Retrospectiva Brasil 2025 deve ser compreendida como um documento analítico autônomo, cujas interpretações, seleções de fatos e conclusões refletem exclusivamente a avaliação técnica da Transparência Internacional – Brasil.

INTRODUÇÃO

No ano de 2025, escancarou-se o aliciamento do Estado brasileiro pelo crime organizado. Nunca foi tão visível a extensão do poder das facções e sua penetração estatal, operada fundamentalmente pela corrupção de dois setores da economia formal: o sistema financeiro e a advocacia. O crime organizado ocupa territórios através das armas, mas ocupa instituições através do dinheiro — hoje, armas de calibre militar e quantidades extraordinárias de capital ilícito. Quando criminosos injetam bilhões no patrimônio de autoridades e de seus familiares, estão aliciando o Estado e condicionando seu funcionamento a interesses criminosos.

Essa infiltração se tornou ainda mais evidente não apenas pelo seu avanço, mas pela resposta inédita das autoridades federais. A Operação Carbono Oculto, deflagrada em 2025, representa um marco no enfrentamento à macrocorrupção e à lavagem de dinheiro praticada dentro do sistema bancário-financeiro nacional. Pela primeira vez, operações de combate às facções criminosas atingiram de forma direta a espinha dorsal financeira do Primeiro Comando da Capital (PCC), desarticulando engrenagens que, durante anos, funcionaram sob roupagem de fundos de investimento, carteiras estruturadas e instrumentos sofisticados de mercado. Trata-

-se, sobretudo, de uma estratégia que se contrapõe à lógica primitiva e populista das chacinas em favelas — inúteis, cruéis e racistas —, alçadas por grupos autoritários à condição de “política pública” quando não passam de marketing eleitoral desumano.

A Receita Federal assumiu papel central nesse processo. Antes mesmo da Carbono Oculto e das operações concatenadas que seguiram, a instituição já havia identificado um vácuo regulatório grave na fiscalização de *fintechs* e contas de pagamento digitais — lacuna que permitia a operação de centenas de instituições fora do radar do sistema antilavagem. A Instrução Normativa nº 2.219/2024, que buscava corrigir esse problema, foi revogada após uma avalanche de desinformação, baseada principalmente na falsa alegação de que o governo passaria a “taxar o Pix”¹. Meses depois, a Carbono Oculto demonstraria que esse vácuo regulatório havia sido deliberadamente explorado por grupos criminosos para lavar dezenas de bilhões de reais. A norma, então, foi reeditada com vigência imediata.

A operação também tinha como alvo a administradora de fundos Reag, investigada pela suspeita de operar mecanismos de lavagem para o PCC. Pouco tempo depois, a mesma Reag surgiria novamente no epicentro do maior esquema de fraude bancária

1 <https://www.youtube.com/watch?v=uvctG5Lx5pw>

já revelado no Brasil: o caso Banco Master². Com a liquidação da instituição pelo Banco Central, em novembro, a magnitude da fraude — que pode superar R\$ 50 bilhões — foi quase ofuscada pelas revelações sobre a infiltração política e jurídica operada por Daniel Vorcaro, controlador do banco.

O sistema financeiro tem se mostrado ainda mais propenso à penetração do crime organizado não apenas pelas novas tecnologias e lacunas de supervisão, mas também por sinais de captura regulatória, em especial na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A autarquia acumula decisões controversas, em sentido oposto a entendimentos de sua equipe técnica — episódios que acentuam a percepção de permeabilidade a interesses poderosos³. No auge das repercussões do caso Master e após a renúncia do presidente anterior, Lula indicou o presidente interino Otto Lobo para assumir permanentemente a CVM⁴. Lobo, segundo a imprensa, teve sua indicação apoiada por Joesley Batista e Davi Alcolumbre e rejeitado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad⁵. A leitura política predominante é de que a derrota na nomeação reflete o isolamento

do ministro — hoje o principal fiador, no governo, da estratégia de enfrentamento do crime organizado via inteligência financeira, com reforço da atuação da Receita e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) — e coloca em risco a consistência regulatória necessária para que essa abordagem produza resultados no mercado de capitais.

Já no contexto do sistema de Justiça, veio à tona uma das mais chocantes revelações das investigações: o contrato multimilionário assinado entre o Banco Master e o escritório da família do ministro Alexandre de Moraes. O contrato, firmado em janeiro de 2024, previa o pagamento de R\$ 3,6 milhões mensais, totalizando R\$ 129 milhões em três anos, sem detalhamento preciso dos serviços a serem prestados⁶. O valor, muito acima de parâmetros nacionais e internacionais, já seria, por si só, suficiente para demandar explicações públicas transparentes e uma investigação independente.

No entanto, ao invés de apresentar esclarecimentos à sociedade, o ministro reagiu de forma diametralmente oposta ao esperado de um agente público. Instaurou,

2 <https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/01/16/como-fundos-da-reag-foram-usados-para-inflar-artificialmente-o-patrimonio-do-banco-master.ghtml>

3 <https://investidor.estadao.com.br/negocios/presidencia-cvm-otto-lobo-freou-decisoes-desfavoraveis-ao-master/>

4 A nomeação ocorreu em janeiro de 2026, portanto fora do escopo temporal estrito desta Retrospectiva 2025. Contudo, por sua relevância, deve ser incluída na análise.

5 <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2026/01/em-derrota-para-haddad-lula-indica-presidente-da-cvm-de-olho-na-aprovacao-de-messias-para-o-stf.ghtml>

6 <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2026/01/master-contrato-milionario-da-mulher-de-alexandre-de-moraes-previa-atuacao-em-orgao-federal-mas.ghtml>

de ofício, investigações sigilosas contra o Coaf e contra a Receita Federal, órgãos que haviam produzido inteligência financeira essencial às operações Carbono Oculto e Compliance Zero⁷. A instauração de investigações de ofício — sem provocação do Ministério Público — viola o pilar central do sistema acusatório, mas tornou-se mais um capítulo da normalização, pelo próprio Supremo Tribunal Federal, de procedimentos que concentram poder investigativo em ministros individuais.

O impacto institucional desse movimento é profundo: ao invés de esclarecer relações potencialmente comprometedoras, escolheu-se mirar exatamente nas instituições incumbidas de produzir inteligência financeira anticorrupção. Esse gesto traz sério risco de intimidar órgãos-chave do sistema antilavagem, ampliando a sensação de vulnerabilidade institucional no momento em que o país mais precisa fortalecê-los.

Se as revelações envolvendo o ministro Alexandre de Moraes já tinham afrontado gravemente os princípios de transparência e imparcialidade judicial, os fatos que emergiram em seguida sobre o ministro Dias Toffoli elevaram a crise de integridade institucional a um patamar ainda mais alarmante.

A conduta de Toffoli no caso Banco Master, desde o primeiro momento, destoou completamente das práticas de autocontenção esperadas de um ministro do Supremo Tribunal Federal. Logo que o recurso da defesa de Daniel Vercaro foi sorteado para sua relatoria, o ministro avocou para si o controle integral da investigação, afastando a jurisdição natural da Justiça Federal em primeira instância. Em seguida, determinou o grau máximo de sigilo sobre todos os atos, incluindo peças que, historicamente, permaneceram públicas em casos criminais de repercussão nacional. Esse movimento inicial, por si só, já levantaria questionamentos sobre motivação e proporcionalidade.

Mas o que se viu depois foi ainda mais grave. Toffoli passou a interferir diretamente no andamento da investigação, inclusive microgerenciando a atuação da Polícia Federal. Determinou como depoimentos deveriam ser colhidos e, mais do que isso, orientou o conteúdo das oitivas, indicando pontos de “contradição” a serem buscados nos depoimentos de um dirigente do Banco Central⁸. Trata-se de um grau de ingerência incompatível com a posição de magistrado que deveria atuar como instância de controle jurisdicional, e não como protagonista ativo da investigação.

A atuação se tornou mais escandalosa quando vieram à tona elementos adicio-

7 A instauração das investigações ocorreu em janeiro de 2026.

8 https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/toffoli-tenta-encontrar-omissoes-e-contradicao-em-perguntas-para-diretor-do-bc-sobre-master/?srsltid=AfmBOoorGhhvRVNmT1LO-DdqQIV9_gN1bPCpsHxEKTXbeaLPuLETiGBsB

nais de conflito de interesses. Conforme revelado pela imprensa, poucos dias antes de avocar para si o caso e decretar sigilo absoluto, Toffoli viajou em um jato particular para Lima, acompanhado do advogado Augusto de Arruda Botelho, defensor de Luiz Antônio Bull, então diretor de risco e *compliance* do Master — justamente um dos principais alvos da Operação “Compliance Zero”. A gravidade desse episódio é evidente: o advogado do diretor de um banco sob investigação por fraude sistêmica acompanha em viagem internacional recreativa o ministro relator do caso, que tomaria decisões determinantes sobre o futuro da apuração.

Ainda mais graves foram as revelações que emergiram sobre os negócios imobiliários dos irmãos do ministro, envolvendo o Tayayá Aqua Resort, em Ribeirão Claro (PR)⁹. A imprensa, entre outros aspectos, revelou que:

- empresas da família de Toffoli tinham figurado como controladoras do *resort*;
- fortes indícios de incompatibilidade patrimonial dos irmãos de Toffoli no negócio¹⁰;
- aportes milionários teriam sido realizados por pessoas e estruturas ligadas ao Banco Master¹¹ e à JBS¹² — ambos com casos sob a relatoria de Toffoli;
- o fundo proprietário estava registrado em endereço de fachada¹³;
- a cunhada do ministro declarou desconhecer que a sede do fundo funcionava em sua residência e que o marido o presidia¹⁴;
- houve retirada de capital mediante venda de cotas e transferência de R\$ 33 milhões para uma *offshore* nas Ilhas Virgens Britânicas, em operação com características semelhantes às identificadas pela PF na fraude do Master¹⁵;
- registros oficiais mostraram que Toffoli passou pelo menos 168 dias hospedado no resort desde 2022, incluindo

9 As revelações sobre o resort Tayayá vieram à tona em janeiro de 2026.

10 <https://oglobo.globo.com/economia/especial/irmaos-de-toffoli-tiveram-salto-patrimonial-ao-adquirir-resort.ghtml>

11 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/01/cunhado-de-vorcaro-foi-socio-de-parentes-de-toffoli-em-resort-no-parana-diz-jornal.shtml>

12 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/advogado-da-jbs-controla-resort-que-tinha-familia-de-toffoli-como-acionista/>

13 <https://www.metropoles.com/colunas/andreza-matais/empresa-de-irmaos-de-toffoli-esta-registrada-em-endereco-de-fachada>

14 https://www.estadao.com.br/economia/cunhada-de-toffoli-nega-elo-com-venda-de-resort-nao-tenho-dinheiro-nem-para-arrumar-a-casa/?srsltid=AfmBOooXu_l1cEGv4YjwvCdb4IYcVDT2YtVL-7t7wIC5Vu5PniZwsDui7

15 <https://www.youtube.com/watch?v=uiszi7HfdNo>

- do viagens após a mudança de controle societário¹⁶;
- funcionários relataram que o ministro era tratado como “verdadeiro proprietário” do local¹⁷;
- e vídeo em que Toffoli aparece recebendo no Tayayá o banqueiro André Esteves, um dos mais influentes do país e com interesses diretos em desdobramentos do caso Master¹⁸.

Considerando esse conjunto de fatos — avocação atípica do caso, sigilo extremo, interferência investigativa, viagem privada com advogado de investigado e conflitos patrimoniais profundos — é imperativo afirmar que o caso Master agora deve permanecer no Supremo Tribunal Federal (STF), em virtude de seus desdobramentos sobre altas autoridades da República. No entanto, o ministro Dias Toffoli não pode continuar na relatoria da investigação. Seu afastamento não é apenas uma medida de prudência: é uma exigência mínima de integridade institucional, já que as investigações, se conduzidas de maneira independente, deverão necessariamente apurar os fatos graves diretamente ligados ao ministro Toffoli.

As revelações não pararam em Moraes e Toffoli. Pouco depois, emergiu um novo flanco de conflito de interesses também

no mais alto escalão da República, agora envolvendo o então ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski. Veio à tona que o Banco Master, já sob investigação, mantinha um contrato milionário com o escritório de advocacia da família do ministro, em valor superior a R\$ 6 milhões¹⁹. O contrato esteve vigente enquanto Lewandowski ocupava a chefia do Ministério ao qual a Polícia Federal — responsável por conduzir a Operação Compliance Zero — está institucionalmente subordinada. Após sua ida ao governo, o contrato, originalmente assinado por Lewandowski, foi transferido para o filho advogado e sócio do escritório.

Não há, até o momento, qualquer evidência de que Lewandowski tenha interferido diretamente no curso das investigações ou acessado informações sigilosas de interesse do cliente da família. Mas o problema central é outro: conflitos de interesses não dependem de má-fé, mas de contexto. A mera superposição das funções — investigação exercida por órgão subordinado ao ministro, e defesa do investigado pelo escritório de sua família — já bastaria, em qualquer democracia madura, para afastamento cautelar ou apuração formal.

A sucessão de graves crises institucionais marcou o ano de 2025. Quando estourou

16 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2026/01/22/stf-pagou-128-diarias-para-seguranca-em-viagens-em-regiao-de-resort-que-foi-da-familia-de-toffoli.ghtml>

17 <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/toffoli-e-tratado-por-funcionarios-como-dono-de-resort-com-cassino-diz-site/>

18 [youtube.com/watch?v=dLUIFka0vK8&themeRefresh=1](https://www.youtube.com/watch?v=dLUIFka0vK8&themeRefresh=1)

19 A existência do contrato foi revelada em janeiro de 2026.

o caso Master, a sociedade mal havia se recuperado do choque do megasquema de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), revelado no primeiro semestre. Trata-se de um dos maiores golpes previdenciários da história brasileira, lesando centenas de milhares de aposentados e pensionistas — vítimas quase sempre invisíveis, pulverizadas e sem poder de pressão política. A operação revelou redes de sindicatos, associações e intermediários privados que, por meio de autorizações forjadas ou manipulação de dados pessoais, realizavam descontos associativos, contratações de serviços e de empréstimos consignados em nome de aposentados sem seu conhecimento, drenando bilhões de reais.

Também neste esquema a Polícia Federal e o COAF identificaram movimentações que ultrapassam R\$ 4,5 bilhões em contas de escritórios de advocacia. A imprensa revelou que alguns desses escritórios se tornaram polos financeiros do esquema, recebendo fluxos atípicos de valores absolutamente incompatíveis com a prestação real de serviços jurídicos. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, instalada no Congresso, chegou a colocar formalmente esses escritórios sob investigação. O padrão de operação — contratos genéricos, adiantamentos vultosos, ausência de lastro documental e repasses em cadeia — é compatível com o uso da advocacia como mecanismo de lavagem de dinheiro.

O escândalo do INSS, contudo, perdeu oxigênio quando o caso Master explodiu poucos meses depois. Ambos os esquemas disputaram espaço nos noticiários, mas apenas um — o Master — manteve seu protagonismo na agenda pública. O risco agora é claro: as investigações previdenciárias perdem tração social e institucional exatamente quando enfrentam interesses poderosos, incluindo redes de escritórios, lideranças políticas em partidos de todo o espectro e até se aproximam do filho do presidente da República, Fábio Luís Lula da Silva, o “Lulinha”²⁰. Se o caso esfriar, os bilhões desviados — e o paradeiro final desses recursos — correm o risco de não serem investigados com profundidade, repetindo o padrão histórico brasileiro de esquemas de macrocorrupção que começam com força e terminam sem responsabilização dos maiores beneficiários.

Esse ambiente expôs, como nunca, o grau alarmante de contaminação da advocacia e do sistema de Justiça pelo crime organizado. A infiltração da criminalidade no mercado jurídico não surgiu em 2025, mas se revelaram em novo patamar. Foi o mesmo ano em que avançaram as investigações sobre vendas de sentenças no Superior Tribunal de Justiça, envolvendo a negociação ilícita de minutas e decisões judiciais por lobistas e advogados. Somaram-se a isso os impactos remanescentes da aniquilação da Operação Esquema S, que havia denunciado, em 2020, o uso de escritórios de advocacia para lavagem

20 <https://veja.abril.com.br/politica/presidente-da-cpmi-do-inss-explica-o-que-ha-de-concreto-contra-lulinha/>

de dinheiro e pagamento de propina em escala industrial no Rio de Janeiro, muitas vezes com relações diretas com ministros de tribunais superiores.

Em vez de utilizar aquele escândalo como oportunidade para reformas estruturais, o país caminhou na direção oposta. Com forte pressão da própria Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Congresso aprovou, em 2022, uma reforma do Estatuto da Advocacia que ampliou ainda mais as blindagens contra fiscalização, investigações e responsabilização de escritórios. Entre outros pontos, permitiu a prestação de serviços jurídicos sem lastro documental, abrindo de forma explícita a porta para contratos fictícios ou superfaturados (*"bill padding"*), prática clássica de ocultação e lavagem de recursos ilícitos. Em paralelo, o STF — por decisão capitaneada pelo ministro Gilmar Mendes — e a Justiça do Rio de Janeiro anularam praticamente a totalidade dos processos da Esquema S por motivos formais²¹.

O cenário se agravou ainda mais no ano seguinte, com a decisão do Supremo na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5953, que julgou inconstitucional a regra do Código de Processo Civil (art. 144, VIII), recém aprovada em reforma do CPC no Congresso, que ampliava o impedimento de juízes quando a parte fosse cliente do escritório de cônjuge ou parente do ma-

gistrado. A maioria dos ministros seguiu a divergência aberta pelo ministro Gilmar Mendes, entendendo que a exigência era desproporcional e inexequível²²; na prática, o efeito foi reduzir uma salvaguarda objetiva de imparcialidade em cenários recorrentes de conflito de interesses.

Esses dois desenvolvimentos — a reforma do Estatuto da Advocacia, liderada pela OAB, e a decisão do Supremo na ADI 5953, que invalidou a regra do CPC destinada a ampliar hipóteses objetivas de impedimento — escancararam brechas históricas para o uso da advocacia como canal de práticas criminosas. Em particular, criaram um ambiente mais favorável à lavagem de dinheiro em larga escala e à captura indevida do processo decisório no sistema de Justiça.

O país já vinha sendo reiteradamente alertado pelo Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) e pelo Mecanismo de Seguimento de Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção da Organização de Estados Americanos (MESICIC/OEA) sobre falhas regulatórias e retrocessos recentes nos controles antilavagem de dinheiro na advocacia. Ainda assim, a OAB e autoridades competentes permaneceram inertes — quando não avançaram na contramão — e, com isso, assumiram responsabilidade por um quadro que expõe à cooptação criminosa uma atividade essencial à Justiça.

21 <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=497988&ori=1>

22 <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=512602&ori=1>

A corrupção no sistema financeiro-bancário e no sistema de Justiça (incluindo a advocacia) são duas fronteiras históricas de impunidade, que o Brasil jamais conseguiu transpor. A Operação Lava Jato alcançou os mais altos escalões da política e do grande empresariado industrial, mas foi desarticulada justamente quando seu vetor investigativo se aproximou desses dois setores, até hoje praticamente intocados.

Ao aniquilar a Lava Jato, em vez de corrigir seus erros, o país sucumbiu a uma reação coordenada do sistema da corrupção, articulada por expoentes posicionados nos três Poderes e em segmentos estratégicos do setor privado. O resultado foi duplo: a anulação em massa dos processos e condenações e, ainda mais grave, o desmonte de marcos legais e institucionais anticorrupção que haviam levado anos para ser construídos — retrocessos que hoje sustentam a captura progressiva do Estado e do mercado.

Esse quadro de retrocessos foi potencializado pelo processo de desinstitucionalização do governo Bolsonaro e pelos ataques às instituições democráticas. Nesse ambiente, o Centrão se fortaleceu no caos, sequestrando o erário por meio do orçamento secreto e da expansão voraz das

emendas, que não apenas aumentaram sua fatia no orçamento federal, como também se irradiaram por assembleias estaduais e câmaras municipais. Em 2025, o Executivo federal encerrou o ano com um recorde histórico de R\$ 31,5 bilhões pagos em emendas parlamentares, consolidando o atual governo como o que mais liberou recursos dessa natureza e mantendo a trajetória de alta já observada em 2024, quando os repasses somaram R\$ 31,39 bilhões.²³ Para 2026, o orçamento aprovado pelo Congresso prevê R\$ 61 bilhões.²⁴ Nesse terreno devastado, o poder corruptor do Centrão espalhou-se como rizoma: hoje o país não está mais sujeito apenas ao Centrão do Congresso, mas convive também com um Centrão do Judiciário e um Centrão do sistema financeiro.

Mas alguns aspectos de esperança despertaram, em 2025, para um possível resgate da luta contra a corrupção — novamente a partir dos dois setores aqui enfocados, financeiro e jurídico. De um lado, o governo federal vem apostando em uma abordagem inédita de enfrentamento às facções mirando seu coração financeiro, reconhecida internacionalmente como a via mais eficaz e sustentável de enfrentamento à macrocorrupção e ao crime organizado violento.

23 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-encerra-2025-com-pagamento-recorde-de-r-315-bilhoes-em-emendas/>

https://www.estadao.com.br/politica/lula-se-torna-o-presidente-que-mais-pagou-emen-das-parlamentares-na-historia/?srsitid=AfmBOopDh_c0Nii0b6ngvPOSBVu_Uramrwpuj3KC-geYo9jmPTCk_wjfy

24 <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2026/01/11/verba-de-r-61-bilhoes-para-emendas-parlamentares-distancia-brasil-de-padrao-internacional.ghtml>

De outro lado, abriu-se uma janela, rara e breve, de magistradas e magistrados respeitadores e de pendor reformista presidindo os cinco tribunais superiores em Brasília, ao mesmo tempo em que se percebe um movimento social emergente, potencialmente capaz de começar a superar a polarização, galvanizado por um consenso cada vez mais amplo em torno da moralização da Justiça, como demonstrado nas manifestações populares que levaram à derrota da PEC da Blindagem no Senado Federal.

Esse movimento precisa ser intelectualmente honesto: reconhecer o papel decisivo desempenhado pelo Poder Judiciário, em especial o STF, na defesa da democracia e na responsabilização — ainda que imperfeita — dos que conspiraram contra as instituições; mas enxergar, com igual nitidez, como o mesmo Supremo falha em conduzir o processo de normalização e resgate institucional. Ao contrário, alguns de seus ministros mais influentes parecem ter convertido poderes extraordinários em oportunidades de enriquecimento e blindagem pessoal, transformando-se, eles próprios, em ameaças à integridade da Corte e ao seu capital de confiança junto à sociedade.

Nesse contexto, uma campanha pública por um Código de Ética do STF surge como objetivo concreto, não pela ilusão de que um texto normativo baste, mas porque o processo de sua construção — se transparente, participativo e plural — pode reordenar expectativas e unir o país em torno de um compromisso republicano mínimo: restaurar padrões de integridade no topo

do sistema de Justiça e, conseqüentemente, transformar a cultura jurídica brasileira.

O ano de 2025 foi particularmente importante para escancarar como a dinâmica de sobreposição de escândalos não apenas dissipa a atenção pública — favorecendo acordões e impunidade — como, ainda mais cruel, faz esquecer as vítimas. Para além da coletividade, esses megas-esquemas produzem vítimas diretas, identificadas, com nome e sobrenome, que reiteradamente pertencem aos grupos sociais mais fragilizados: como os aposentados dos fundos de pensão das estatais (defraudados em esquemas revelados pela Lava Jato e até hoje sofrendo com as decisões judiciais que vêm impedindo sua reparação), os aposentados do INSS (lesados nas fraudes expostas pela Operação Sem Desconto) e os aposentados dos serviços públicos de estados e municípios (atingidos nas fraudes do Banco Master, reveladas pela Operação Compliance Zero). Somam-se a essas vítimas as populações de comunidades periféricas e de territórios marginalizados, que sofrem diariamente os efeitos da infiltração do crime organizado no Estado, refletida no domínio territorial, na violência policial, na compra de votos, em extorsões rotineiras, no silenciamento de denúncias, em homicídios sistematicamente não esclarecidos e em outros sintomas crônicos da corrupção e da impunidade. Essas vítimas não podem ser esquecidas — porque merecem justiça e porque nos lembram, permanentemente, do que realmente significa a luta contra a corrupção: uma luta por direitos.

Recomendações

PARA O GOVERNO FEDERAL

→ Assegurar total transparência orçamentária e cessar o uso de mecanismos opacos de barganha política, como as variações do Orçamento Secreto e negociações de emendas.

→ Fortalecer e priorizar o modelo de operação de investigação baseada em inteligência financeira, e coordenada entre vários órgãos, inclusive estaduais, como realizado na Operação Carbono Oculto, para combater o crime organizado e a lavagem de dinheiro.

→ Fortalecer a integridade, especialmente na nomeação para altos cargos, e a transparência de agências regulatórias e demais órgãos de supervisão com atuação em setores estratégicos, como a CVM e a ANM, entre outras.

→ Investigar indícios de desvios e corrupção na distribuição de emendas parlamentares, especialmente em órgãos com histórico de irregularidades, conflitos de interesse e desvio de finalidade em sua atuação, como a CODEVASF e o DNOCS.

→ Assegurar que a renegociação dos acordos de leniência seja realizada a partir de critérios técnicos e objetivos, resultando em sanções proporcionais e dissuasivas e que haja transparência e espaços de participação das vítimas neste processo.

→ Exigir que os atos de suborno transnacional praticados (e admitidos) pelas empresas que assinaram acordos de leniência com a CGU sejam efetivamente penalizados e que estes recursos sejam empregados na reparação das violações causadas.

→ Garantir máxima transparência e controles nos programas de investimento público, com destaque ao Novo PAC, à reabertura do financiamento do BNDES às exportações de serviços (especialmente os serviços de engenharia) e os investimentos das estatais (especialmente a Petrobras).

→ Promover a integridade, a inclusão e a diversidade nas nomeações a cargos de alto escalão e no Poder Judiciário, como forma de democratização do Estado e enfrentamento à corrupção institucional.

→ Mobilizar os órgãos de combate à corrupção, lavagem de dinheiro e de controle (ENCCLA, controladorias-gerais, Coaf, Receita Federal, entre outros) para o enfrentamento ao crime organizado, aos crimes ambientais e desvios correlatos; e fortalecer estruturas especializadas no tema em órgãos como a Polícia Federal, Receita Federal e o Coaf.

→ Reforçar medidas de integridade junto a órgãos públicos federais responsáveis por políticas relacionadas às agendas ambiental e climática, incluindo, necessariamente, os órgãos ambientais, fundiários, agropecuários, de energia e mineração, infraestrutura, transportes e desenvolvimento regional, bem como estimular tais medidas junto a entes subnacionais.

- Garantir pleno cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito das convenções internacionais anticorrupção.
- Implementar integralmente o Plano de Ação de Governo Aberto e elaborar a Estratégia Federal de Governo Aberto com as respectivas diretrizes, objetivos, metas e arranjos de governança.
- Assegurar a transparência das agendas de compromissos públicos de autoridade, por intermédio do sistema E-agendas,

e definir regras e processos claros para a utilização das hipóteses de sigilo, inclusive por proteção a dados pessoais, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação, evitando alterações legislativas que possam implicar em retrocessos legais.

- Como Presidente da COP30, engajar os organizadores da próxima edição da conferência para que sejam preservados os avanços de transparência e integridade instituídos em 2025.

Recomendações

PARA O CONGRESSO NACIONAL

- Instalar a CPMI do Banco Master e apresentar requerimentos de informações documentais — registros societários, transações imobiliárias, contratos com fundos, laudos do Banco Central e PF — relativos ao resort Tayayá e contratos advocatícios de alto valor do Banco Master, de modo a permitir verificação técnica de eventuais riscos de lavagem de dinheiro, sem antecipação de juízo sobre conduta de autoridades, acompanhados de parecer de adequação constitucional, evitando extrapolações e preservando a separação de Poderes.
- Solicitar, em caráter institucional, informações formais ao STF e ao Banco Cen-

tral (BC) sobre: (i) fundamentos e extensão do sigilo decretado no inquérito do caso Master no STF; (ii) cronogramas e atos já praticados; e (iii) registros oficiais de contatos entre autoridades do Judiciário e da autoridade monetária no período de análise do Master, com metadados de agenda (data, local, assunto e participantes).

- Encaminhar à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) avaliação técnico-jurídica (consultorias do Senado e juristas externos) sobre boas práticas de prevenção de conflitos de interesse em Tribunais Superiores, com proposta de marcos de integridade aplicáveis no Brasil
- Aprimorar o Estatuto da Advocacia para incorporar mecanismos modernos de integridade e prevenção à lavagem de dinheiro — incluindo requisitos de “know your client”, governança, transparência

contratual e comunicações de movimentações atípicas, preservando integralmente o sigilo profissional nas atividades finalísticas de defesa.

→ Estabelecer mecanismos transparentes, íntegros e técnicos para a alocação de recursos via emendas parlamentares, reduzindo os riscos de corrupção associados à distribuição destes recursos para municípios sem estruturas e políticas de controle e transparência adequados.

→ Aprimorar o projeto de lei que regulamenta o lobby, já aprovado na Câmara e pendente de discussão na CCJ do Senado, expandindo mecanismos de transparência e integridade que permitam ao país avançar em direção a padrões internacionais.

→ Concluir a tramitação do PL Antifacção na Câmara, preservando os eixos aprovados pelo Senado (asfixia financeira, instrumentos de investigação e financiamento estável via FNSP), sem retrocessos que fragilizem a cooperação com COAF/Receita/BC.

→ Assegurar transparência, participação e respeito ao devido processo legislativo, rejeitando manobras políticas que sabotem o debate parlamentar e público, garantindo a representação transparente e equilibrada de todos os grupos de interesse afetados pelos projetos analisados.

No âmbito da Câmara dos Deputados, especificamente, recomenda-se que sejam levadas à deliberação as propostas incluídas no pacote “Câmara Aberta”, proposto pelo Pacto pela Democracia e pela Transparência Internacional – Brasil.

→ Promover discussões e avançar na tramitação de propostas com potencial de aprimorar o arcabouço legal e institucional anticorrupção no Brasil, como a proposta que restringe a circulação de papel-moeda e as que criminalizam a corrupção privada e a corrupção sexual.

→ Concluir a ratificação do Acordo de Escazú, reforçando o compromisso do país com a transparência ambiental e a proteção de defensores e defensoras ambientais, frequentes vítimas de violência e de outras formas de violação de direitos.

→ Avançar na discussão sobre a Reforma Administrativa e aprovar propostas que efetivamente eliminam os supersalários no setor público, nos três poderes e em todos os níveis da federação.

→ Utilizar as Comissões Parlamentares de Inquérito, especialmente do INSS e do Crime Organizado, como instâncias de investigação e proposição legislativa, evitando a captura das discussões pelas disputas eleitorais.

Recomendações

PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO

→ Instaurar, no âmbito da PGR, verificação preliminar sobre eventuais conflitos de interesse ou indícios de crimes relacionados às operações financeiras do resort Tayayá e aos contratos advocatícios de alto valor do Banco Master.

→ Manter uma postura ativa na defesa de acordos de leniência e de colaboração premiada que foram regularmente celebrados e servem de base para recuperação de ativos desviados em grandes esquemas de corrupção.

→ Aprimorar mecanismos de accountability da atuação dos membros do Ministério Público, por meio do aumento da transparência, com políticas claras e responsáveis de comunicação institucional, da adoção de procedimentos de sindicabilidade das decisões de arquivamento da PGR, da ampliação e democratização do sistema de ouvidorias, da unificação dos regimes disciplinares, da racionalização dos sistemas recursais e de prescrições no âmbito do CNMP, do aprimoramento dos sistemas internos de governança da informação coibindo vazamentos, adotar medidas de combate ao racismo institucional e aprimorar significativamente o seu

desempenho no papel de controle externo da atividade policial.

→ Garantir segurança jurídica e proteção aos membros do Ministério Público contra retaliações pelo cumprimento de suas funções constitucionais, principalmente àqueles atuantes em casos envolvendo indivíduos poderosos e influentes e blindando órgãos e procedimentos disciplinares de ingerências externas e interesses políticos.

→ Promover amplo debate, envolvendo o Conselho Superior do Ministério Público e demais instâncias internas relevantes, sobre as melhores estruturas e mecanismos para aprimoramento do modelo de trabalho conjunto das “forças-tarefas”, em complemento aos GAECOs, além de assegurar a ambas as instâncias os recursos necessários e sistema de governança para realizarem adequadamente as investigações contra a macrocriminalidade, resguardando-as de interferências políticas internas e externas.

→ Reestabelecimento da Força-Tarefa Amazônia ou criação de uma estrutura permanente e similar do Ministério Público Federal para a região, que permita maior coordenação e escala de atuação, especialmente dedicada ao combate à macrocriminalidade ambiental e suas conexões com outros crimes, como corrupção, tráfico de drogas e de armas, dentre outros.

→ Garantir o cumprimento efetivo do teto constitucional na remuneração de

membros do Ministério Público, abolindo privilégios e garantindo a transparência integral sobre as informações relativas à remuneração.

→ Fiscalizar o cumprimento da legislação eleitoral ao longo de 2026, especialmen-

te com relação à distribuição dos recursos públicos para partidos e candidatos, considerando o histórico de fraudes nas cotas de gênero e raça, e para identificar e sancionar instâncias de abuso de poder político e econômico no uso de emendas parlamentares.

Recomendações

PARA O JUDICIÁRIO

→ Instituir e implementar um Código de Conduta do STF (e normas correlatas para tribunais superiores), com regras objetivas de impedimento e suspeição; transparência ativa de agendas, viagens e hospitalidade; gestão de riscos em contratos e atividades de familiares; balizas para participação em eventos patrocinados; monitoramento pelo Observatório de Transparência e Integridade (CNJ), com relatório anual e sanções proporcionais — assegurando publicidade motivada de decisões de sigilo ou centralização em inquéritos sensíveis e harmonização com Lei de Acesso à Informação e padrões internacionais.

→ Garantir o cumprimento efetivo do teto constitucional na remuneração dos magistrados, abolindo privilégios e supersalários.

→ Redistribuir o caso do Banco Master, no Supremo Tribunal Federal, por sor-

teio, para outro ministro sobre o qual não pare suspeita de impedimento e conflito de interesses.

→ Assegurar que as investigações e processos em casos de macrocorrupção, como do INSS e Banco Master, ocorram de maneira célere, transparente, com respeito ao devido processo legal, e garantia de participação e reparação às vítimas.

→ Impedir que a garantia do sigilo profissional de advogados, um componente essencial do direito à ampla de defesa, se torne uma barreira à responsabilização de advogados e escritórios por envolvimento em lavagem de dinheiro, crime organizado e corrupção.

→ Persistir na garantia da implementação das decisões do Supremo Tribunal Federal que declararam a inconstitucionalidade do Orçamento Secreto e práticas correlatas na distribuição de emendas, inclusive nos níveis subnacionais.

→ Investigar e processar agentes públicos e privados, inclusive parlamentares, envol-

vidos com desvios na utilização dos recursos oriundos de emendas parlamentares.

→ Julgar o recurso do procurador-geral da República, Paulo Gonet que demonstra a inconsistência da decisão monocrática do ministro Dias Toffoli de anular todas as provas do acordo de leniência da Odebrecht, que tratou do maior esquema de corrupção transnacional da história e está produzindo efeito sistêmico e internacional de impunidade, além de expor o Brasil a gravíssima violação da Convenção da OCDE contra o Suborno Transnacional.

→ Garantir que decisões judiciais não impeçam autoridades brasileiras de cooperar, nos termos da lei, com suas contrapartes internacionais em investigações anticorrupção, conforme está obrigado o Brasil pelas convenções anticorrupção da OEA, ONU e OCDE.

→ Assegurar plenas condições de funcionamento ao Observatório Nacional da Integridade e Transparência, no âmbito do CNJ.

→ Avançar na investigação e eventual responsabilização de magistrados e assessores envolvidos em esquemas de venda de sentença e outros desvios, como revelados pela imprensa, e, do ponto de vista sistêmico, desenvolver e aprimorar os mecanismos de prevenção, detecção e punição de ilícitos no Judiciário.

→ Promover a segurança jurídica do compartilhamento de relatórios de inteligência financeira entre órgãos públicos, uma ferramenta essencial ao combate da lavagem de dinheiro.

→ Avançar na implementação de políticas de promoção da diversidade, promovendo a efetiva democratização das cortes nacionais.

→ Restaurar a competência das varas especializadas no combate a crimes financeiros e ao crime organizado para investigar casos de corrupção associados a contextos eleitorais, considerando a maior adequação de suas estruturas.

→ No âmbito da Justiça Eleitoral, assegurar que instâncias de abuso de poder político e econômico, inclusive com o uso de emendas parlamentares, sejam rapidamente investigadas e sancionadas, mitigando seu impacto sobre o processo eleitoral.

→ Garantir que as decisões dos tribunais superiores que revertam a jurisprudência e/ou produzam efeitos sistêmicos sejam votadas pela composição plena de seus membros e respeitando a razoável duração dos processos, minimizando a insegurança jurídica e impedindo o agravamento da impunidade.

DESTAQUES POSITIVOS

EXECUTIVO

↑ Operação Carbono Oculto — liderada pela Receita Federal e GAECO do MP de São Paulo — e outras operações concatenadas marcaram uma mudança de paradigma, ao adotar de forma prioritária a inteligência financeira no enfrentamento à corrupção, sonegação e lavagem de dinheiro de facções criminosas.

↑ Esforços de fiscalização ambiental e ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) resultaram na queda do desmatamento na Amazônia e no Cerrado.

SISTEMA DE JUSTIÇA

↑ Responsabilização inédita de lideranças políticas e militares por ataques à ordem democrática.

↑ Atuação do STF para ampliar controle e rastreabilidade de emendas parlamentares, impondo regras formais de transparência e prestação de contas, exigindo auditorias e investigações sobre emendas sem plano de trabalho, além de ampliação do controle para Estados e municípios.

↑ Criação, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Observatório Nacional da Integridade e Transparência, com promessa de supervisão de dados remuneratórios e conflitos de interesse no Judiciário;

LEGISLATIVO

↑ Rejeição unânime na CCJ do Senado Federal da chamada “PEC da Blindagem” após pressão pública, freando um dos maiores retrocessos recentes na responsabilização de parlamentares.

↑ Após uma tramitação errática e uma versão altamente problemática aprovada na Câmara, o Senado corrigiu e aprovou o PL Antifacção com importantes inovações no combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro.

↑ Aprovação na Câmara dos Deputados da ratificação do Acordo de Escazú, tratado regional para América Latina e Caribe que garante acesso à informação, participação pública nas decisões e acesso à justiça em questões ambientais, incluindo disposições de proteção a defensores ambientais.

DESTAQUES NEGATIVOS

EXECUTIVO

- ↓ Falhas de controle, coordenação e resposta do governo frente ao caso INSS, maior esquema de corrupção previdenciária da história brasileira. A investigação mostrou continuidade do esquema entre a gestão anterior e a atual, com envolvimento de cúpulas dos governos Bolsonaro e Lula.
- ↓ Enfraquecimento e captura política de agências regulatórias, como CVM, ANM e outras.
- ↓ Silêncio reiterado do presidente Lula sobre a pauta anticorrupção – em 230 pronunciamentos em 2025, mencionou a palavra “corrupção” apenas 13 vezes e, na maioria delas, para ironizar denúncias e criticar o combate à corrupção.
- ↓ Normalização do descumprimento da Lei de Acesso à Informação por autoridades de alto escalão e deturpação de exceções para ocultar documentos diplomáticos e contratos de grande interesse público.

SISTEMA DE JUSTIÇA

- ↓ Maior fraude bancária da história brasileira, o caso Master revelou fortes indícios de cooptação de autoridades de cúpula do Poder Judiciário, com suspeitas agravadas pelo contrato inexplicado de R\$ 129 milhões do banco com a esposa do ministro Alexandre de Moraes e pela condução heterodoxa e opaca pelo ministro Dias Toffoli das investigações.
- ↓ Inércia do Supremo Tribunal Federal (STF) após mais de dois anos sem analisar os recursos contra a decisão do ministro

Dias Toffoli que anulou, em setembro de 2023, todas as provas do acordo de leniência da Odebrecht, resultando em anulações em massa de processos e condenações por macrocorrupção e impunidade generalizada de criminosos no Brasil e no exterior.

- ↓ Privilégios inconstitucionais e imorais afetando gravemente a imagem do sistema de justiça, com a normalização de super-salários e “penduricalhos” e falta de transparência em gastos;
- ↓ Normalização de conflitos de interesses entre ministros do STF e outros juizes, com a disseminação de eventos de *lobby* judicial;
- ↓ Forte crescimento dos casos de escritórios e contratos de advocacia utilizados para lavagem de dinheiro de facções criminosas e de corrupção no Judiciário.

LEGISLATIVO

- ↓ Captura crescente do orçamento pelo Legislativo, com emendas alcançando valores recordes e esforços persistentes para manter baixos níveis de transparência e rastreabilidade, bem como a proliferação de suspeitas de corrupção envolvendo parlamentares.
- ↓ Alterações na Lei da Ficha Limpa, permitindo retorno antecipado de condenados à disputa eleitoral.
- ↓ Casos crescentes de infiltração do crime organizado no Poder Legislativo, com episódios recorrentes de prisões, obstrução de justiça e vazamentos para favorecer criminosos.
- ↓ Numerosos casos de nepotismo em Tribunais de Contas, com indicações de parentes de políticos, aumentando ainda mais os conflitos de interesses na fiscalização de contas públicas

PODER EXECUTIVO

- 1 *Entre avanços e lacunas: a transparência no Executivo Federal* **pág. 30**
- 2 *Ações de controle e investigações relevantes* **pág. 36**
- 3 *Operação Carbono Oculto: Revelações e Desdobramentos* **pág. 38**
- 4 *Contradições na política climática e ambiental: o caminho até a COP30* **pág. 40**
- 5 *Esquema do INSS* **pág. 46**



DESTAQUES POSITIVOS

↑ Operação Carbono Oculto — liderada pela Receita Federal e GAECO do MP de São Paulo — e outras operações concatenadas que marcaram uma mudança de paradigma, ao adotar de forma prioritária a inteligência financeira no enfrentamento à corrupção, sonegação e lavagem de dinheiro de facções criminosas, atingindo os mecanismos de lavagem operados dentro do sistema financeiro, como os fundos de investimento exclusivos e as chamadas *fintechs* — abordagem reconhecida internacionalmente como a mais efetiva e sustentável.

↑ Publicação da Instrução Normativa 2.278 da Receita Federal, que cobriu lacunas fundamentais de transparência e controles de fluxos financeiros de *fintechs* e contas de pagamento e que havia sido atacada politicamente com campanhas de desinformação e *fake news* sobre “taxação do pix”, mas finalmente entrou em vigor após a Operação Carbono Oculto demonstrar o uso massivo destes instrumentos pelo crime organizado.

↑ Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União alcançaram número recorde de processos administrativos de responsabilização e avanços na identificação de falhas em políticas públicas sensíveis – educação, previdência complementar de estatais, saúde.

↑ Avanços nas ferramentas de transparência disponíveis para o controle social de emendas parlamentares, assim como na realização de auditorias pela CGU destas verbas.

↑ Assinatura de acordo de atuação coordenada entre CGU, AGU e Ministério Público Federal, buscando maior previsibilidade e segurança jurídica nos acordos de leniência.

↑ Nova versão do e-Agendas trouxe avanços para a transparência pública e o monitoramento do *lobby* no Executivo

↑ Áreas técnicas da CGU, PF e TCU produziram trabalho técnico coordenado que sustentaram investigações de grande impacto.

↑ Brasil assume a copresidência da Parceria para Governo Aberto (OGP), resgatando protagonismo nos foros internacionais sobre transparência e acesso à informação pública.

↑ Esforços de fiscalização ambiental resultaram na queda do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, assim como ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) avançaram em instrumentos de combate aos crimes ambientais a partir de uma abordagem anticorrupção e antilavagem.

↑ Criação de seção específica sobre a COP30 no Portal da Transparência, ainda que com lacunas de informação, e divulgação das agendas das autoridades envolvidas na realização do evento.



DESTAQUES NEGATIVOS

↓ Falhas de controle, coordenação e resposta do governo ao macroesquema do INSS. A investigação mostrou continuidade do esquema na gestão atual e envolvimento de cúpulas nos dois governos (prisão do presidente do INSS nomeado em 2023 e medidas contra ex-dirigentes da era Bolsonaro). Mesmo com sinais internos desde 2023 e auditorias em curso, o esquema de descontos não autorizados só foi atacado com medidas estruturais após a deflagração da Operação Sem Desconto em abril de 2025. O ministro da Previdência Carlos Lupi foi substituído por seu correligionário Wolney Queiroz (PDT-PE), que era número 2 no ministério e, quando deputado federal, foi coautor de emenda que afrouxou regras de controle de descontos.

↓ Enfraquecimento e captura de agências regulatórias, com graves consequências para a fiscalização de setores estratégicos, como o sistema financeiro sob a CVM e mineração sob a ANM, entre outros.

↓ Silêncio reiterado do presidente Lula sobre a pauta anticorrupção – em 230 pronunciamentos em 2025, mencionou a palavra “corrupção” apenas 13 vezes e, na maioria delas, para ironizar denúncias e criticar o combate à corrupção.

- ↓ Agendas incompletas ou omitidas pela Presidência da República e por ministros de Estado em desacordo com normas sobre sua publicidade.
- ↓ Normalização do descumprimento da Lei de Acesso à Informação por autoridades de alto escalão e seu uso questionável para ocultar documentos diplomáticos e contratos de alto interesse público.
- ↓ Contradições na política climática e ambiental, com incoerências entre discurso internacional e prática doméstica – enfraquecimento da governança ambiental e do papel técnico do Ibama, bem como de pressões políticas explícitas pela liberação de exploração de petróleo na Foz do Amazonas.
- ↓ Organização da COP30 marcada por riscos elevados de corrupção, incluindo contratos volumosos com baixa transparência, indícios de favorecimento a empresas com histórico de irregularidades e prisões de agentes políticos ligados às obras.
- ↓ Persistência de corrupção no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) envolvendo o Centrão e desvios de emendas parlamentares precarizam os esforços de adaptação às mudanças climáticas.
- ↓ Novo PAC segue com déficits significativos de transparência e controle social, incluindo a fragmentação de informações sobre investimentos e obras, falha na divulgação de informações sobre licenciamento ambiental e consultas às comunidades afetadas pelos empreendimentos e ausência de espaço formal de participação social.
- ↓ Fragilidades estruturais e persistentes nos sistemas de licenciamento, fiscalização e controle da atividade minerária foram reveladas pela Operação Rejeito, incluindo a vulnerabilidades da ANM já objeto de alertas e determinações do TCU.

1 ENTRE AVANÇOS E LACUNAS: A TRANSPARÊNCIA NO EXECUTIVO FEDERAL

AGENDAS INCOMPLETAS

Múltiplos episódios apontaram para a seletividade na transparência do governo federal, implicando ministérios e a própria Presidência da República. Um importante foco de questionamento recaiu sobre as agendas oficiais e os compromissos públicos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de ministros, como Waldez Góes (Desenvolvimento Regional), Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária) e Márcio França (Empreendedorismo)¹. Um levantamento conduzido no início de 2025 mostrou que essas autoridades deixaram suas agendas incompletas ou em branco, em desacordo com o Decreto Federal nº 10.889/2021, que obriga a atualização das agendas no prazo máximo de sete dias após os eventos². Esse mau uso da ferramenta e-Agendas pode esvaziar seu propósito, ferindo o dever de transparência de agentes públicos do mais alto escalão.

O problema persiste mesmo após o lançamento da versão 2.0 do e-Agendas, em agosto de 2025. Dados da ONG Fiquem Sabendo revelaram que, em outubro do mesmo ano, 19% dos compromissos no sistema seguiam sendo publicados após o prazo legal e de que somente 15% dos compromissos foram divulgados com pelo

menos um dia antecedência³. Porém, o novo e-Agendas também trouxe avanços significativos para a transparência pública e o monitoramento do *lobby* no Executivo Federal, ampliando a divulgação do CPF dos participantes para 87% dos compromissos e das pautas das reuniões para 50%⁴.

Um caso peculiar de falta de transparência de agendas diz respeito à primeira-dama, Janja Lula da Silva. Apesar de ter se firmado como figura política influente no governo e de manter uma agenda política intensa, o governo federal insiste em afirmar que ela não ocupa cargo oficial e, portanto, não se submete às mesmas regras de transparência⁵. A primeira-dama, no entanto, tem um gabinete no Planalto, com assessores, despesas e compromissos diários⁶.

Em 2025, a primeira-dama esteve presente em viagens internacionais, eventos diplomáticos e encontros multilaterais⁷. Nessas ocasiões, muitas vezes, esteve ao lado do presidente ou representando simbolicamente o Brasil. Tudo isso evidencia que, mesmo sem cargo formal, ela exerce função pública — e deveria estar sujeita aos deveres legais e constitucionais de transparência e acesso à informação.



Contudo, não são divulgadas informações básicas sobre esses compromissos, como a agenda, os gastos e a estrutura de apoio utilizada pela primeira-dama⁸. Tamanha foi a pressão por transparência que, em fevereiro, ela começou a divulgar sua agenda nos *stories* do Instagram, um meio temporário e inadequado que não permite o escrutínio sistemático de seus compromissos. Com sucessivos pedidos de acesso à informação negados, críticas da oposição e debates sobre a necessidade de regras claras para as primeiras-da-

mas, o caso em questão habita uma zona cinzenta administrativa, sem controles equivalentes aos exigidos de autoridades formalmente investidas.

É urgente que se institucionalize a função exercida por cônjuges de governantes, impondo regras claras e rígidas de transparência — especialmente quando utilizam recursos públicos. Somente assim podem ser coibidos gastos e viagens abusivos, riscos de conflito de interesse e interferências indevidas no cotidiano da República.

SIGILOS E RESTRIÇÕES AO ACESSO À INFORMAÇÃO

Outro caso emblemático de falta de transparência envolveu o Itamaraty, que impôs sigilo de cinco anos a documentos diplomáticos relacionados aos negócios dos irmãos Joesley e Wesley Batista na Venezuela⁹. A J&F, *holding* da família Batista, tem interesses nos mercados de petróleo e energia elétrica no país vizinho e realizou reuniões com autoridades locais. Para manter o governo informado sobre esses encontros, diplomatas brasileiros em Caracas produziram telegramas, despachos telegráficos e circulares telegráficas. Apesar do evidente interesse público no tema, o Itamaraty colocou essas informações sob sigilo de cinco anos¹⁰, alegando que divulgar essas comunicações oficiais poderia prejudicar negociações em curso ou mesmo as relações internacionais do Brasil. O problema desta opacidade não é o eventual apoio dado pela diplomacia brasileira a uma empresa nacional, a promoção do comércio internacional é função natural do estado. O problema da falta de transparência é que, em primeiro lugar, não permite o controle de eventual favorecimento da empresa em relação a possíveis concorrentes — e existe um histórico de ações do governo Lula favorecendo negócios dos irmãos Batista em circunstâncias opacas¹¹, como o imbróglio para aquisição da Amazonas Energia¹² e a medida provisória que distribuía entre todos os usuários do Sistema Interligado Nacional o ônus de custeio de usinas ter-

melétricas amazonenses¹³. Em segundo lugar, os enormes riscos de corrupção em transação envolvendo a J&F, empresa com histórico de macrocorrupção — e que desfruta de impunidade — com a ditadura venezuelana, terceiro país mais corrupto do mundo segundo o Índice de Percepção da Corrupção¹⁴. Como país signatário da Convenção da OCDE contra a Corrupção Transnacional, o Brasil é obrigado a tomar todas as medidas cabíveis para prevenir o suborno em transações comerciais de suas empresas no exterior; portanto, em uma situação de altíssimo risco como as operações da J&F na Venezuela, a transparência do serviço diplomático deveria ser a precaução mais elementar.

Esse caso soma-se aos retrocessos na transparência pública no Ministério das Relações Exteriores. Em claro desacordo com a Lei de Acesso à Informação (LAI), em novembro de 2025, o órgão publicou uma portaria que cria novas categorias de sigilo sem a necessidade de classificação, permitindo a restrição do acesso a documentos sem elaborar os termos de classificação, que informam a justificativa para a imposição dos sigilos¹⁵.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) também se viu implicado em questionamentos sobre suas práticas de transparência. A pasta esteve no centro de controvérsias ao restringir

o acesso a milhões de documentos sobre convênios, obras, repasses federais e emendas parlamentares na plataforma Transferegov¹⁶, alegando que tinham conteúdo sensível preservado pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A restrição dizia respeito à aplicação de R\$ 600 bilhões do orçamento¹⁷ e afetava mais de 16 milhões de arquivos, o que inclui planos de trabalho, notas fiscais, termos de parceria e relatórios de prestação de contas¹⁸. Segundo o MGI, essa ação teria respaldo em parecer da Advocacia-Geral da União (AGU); no entanto, o órgão jurídico afirma que o entendimento não deveria se aplicar a esse tipo de documento¹⁹. Após a repercussão negativa, a **Transparência Internacional – Brasil**, a Associação Contas Abertas²⁰ e a Transparência Brasil demandaram ao Supremo Tribunal Federal que o órgão voltasse a disponibilizar os documentos. O relator do caso, ministro Flávio Dino, acolheu o pedido; o ministério, então, se reuniu com a AGU e anunciou a liberação dos dados²¹.

Essa não foi a primeira vez que a LGPD foi utilizada de forma equivocada para impedir o acesso a dados de interesse público. Conforme mostrou auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a transparência e o controle social têm sido reduzidos diante da justificativa genérica de proteção de dados e adequação à LGPD pela administração pública²².

Já o âmbito da transparência passiva, segundo dados da CGU, o Executivo Federal alcançou o menor percentual de negativas a pedidos de acesso à informação fundamentadas no sigilo de dados pessoais (1,13%) em relação ao total de solicitações registradas no ano de 2025. Porém, o número absoluto de negativas com base no sigilo determinado por legislações específicas, para além da LAI, tem registrado um crescimento desde 2023, atingindo a quantidade de 3.441 pedidos negados pautados nessa justificativa em 2025 – o maior valor da série histórica e mais que o dobro registrado em 2022 (1.525). Especialistas têm alertado para riscos dessa tendência²³, uma vez que os sigilos específicos nem sempre possuem prazos para a abertura das informações, como no caso daqueles que possuem previsão na LAI, aumentando o risco da implementação de sigilos eternos.

No conjunto, os episódios descritos indicam uma política de transparência no Executivo Federal que combina avanços institucionais com desafios ainda não superados. Observa-se o aprimoramento gradual de ferramentas e procedimentos de divulgação de informações nesse âmbito. No entanto, a divulgação de informações e documentos específicos, assim como a consolidação de um entendimento uniforme sobre a harmonização entre a LAI e a LGPD, permanecem como desafios.



NOVO PAC

Em 2025, o Novo PAC seguiu com déficits significativos de transparência e mecanismos de participação social, o que foi evidenciado por manifestações de órgãos de controle e de organizações da sociedade civil.

Uma dessas manifestações foi a nota técnica publicada em julho de 2025²⁴ pela CGU e organizações da sociedade civil, como a **Transparência Internacional - Brasil**, GT Infraestrutura, IEMA, Ibraop, CoST e Instituto Socioambiental. O documento apontou a fragmentação das informações sobre investimentos e obras do Novo PAC, com dados dispersos em diferentes sites oficiais federais; falha na divulgação de informações sobre licenciamento ambiental, sobre consultas às populações e comunidades afetadas pelos empreendimentos; e inexistência de um espaço formal de participação social.

Em acórdão de setembro de 2025²⁵, o TCU constatou uma insuficiência na disponibilização de informações sobre o

programa, determinando que a Casa Civil incluía no portal do Novo PAC diversas informações que contribuam para a transparência e monitoramento do programa. O órgão também determinou a divulgação do detalhamento das ações financiadas por investimento privado, os indicadores de desempenho utilizados para avaliar o progresso das obras, os critérios utilizados para seleção das ações incluídas no Programa e as fontes de recursos de cada ação.

Urge que o principal programa de investimentos em infraestrutura do governo federal, que prevê o investimento de até R\$ 1,3 trilhão até 2026, acolha as recorrentes recomendações de fortalecimento da sua transparência e participação social, diminuindo espaços para práticas de corrupção e má gestão no Programa e aprimorando a entrega de bens e serviços públicos de qualidade.

Um caminho para superar os problemas identificados está previsto no 6º Plano

de Ação Brasileiro para Governo Aberto, que possui um compromisso específico sobre transparência e participação social em grandes obras de infraestrutura. O potencial de transformação do compromisso foi reconhecido internacionalmente por meio de uma menção honrosa recebida durante a Cúpula da *Open Government Partnership (OGP)*, re-

alizada em Vitoria-Gasteiz, na Espanha²⁶. A execução do compromisso já permitiu avanços na produção de diagnósticos e na criação de espaços de interação entre governo e sociedade civil, mas ainda é necessário alcançar avanços concretos em práticas de transparência e participação social no setor de infraestrutura do Executivo Federal.

GOVERNO ABERTO

Em outubro de 2025, o governo brasileiro assumiu a copresidência da Parceria para Governo Aberto (Open Government Partnership – OGP), principal iniciativa internacional voltada à promoção de políticas e práticas de governo aberto. Ao lado de Stephanie Muchai, advogada e ativista queniana e copresidente da OGP em representação da sociedade civil, o país liderará o Comitê Diretor da iniciativa até o final de 2026.

Membro fundador da OGP em 2011, ao lado da África do Sul, Estados Unidos, Filipinas, Indonésia, México, Noruega e Reino Unido, o Brasil reassume, cerca de quinze anos depois, um papel de liderança na iniciativa. Atualmente, a OGP conta com a participação de aproximadamente 75 países e 150 governos locais²⁷, que devem cocriar, com a sociedade civil, planos de ação contendo compromissos em transparência, *accountability* e participação social.

Na agenda elaborada pelo governo brasileiro e por Muchai²⁸, destacam-se como prioridades da copresidência a conexão entre governo aberto e as transições digital e ambiental, bem como o fortalecimento do papel da OGP na cooperação e no diálogo internacional.

No plano doméstico, a principal novidade foi o início da elaboração, pelo Executivo federal, de uma Estratégia Federal de Governo Aberto. Trata-se de uma oportunidade relevante para avançar na institucionalização da agenda de governo aberto, por meio da definição de diretrizes, objetivos, metas e arranjos de governança. Embora os Planos de Ação de Governo Aberto tenham possibilitado avanços em diferentes áreas e setores, essa lógica ainda carece de instrumentos mais ambiciosos, capazes de transversalizar de forma consistente a abordagem e as práticas de governo aberto no âmbito da administração pública federal. Se bem elaborada e implementada, a Estratégia pode ser um marco significativo nessa direção.

2 AÇÕES DE CONTROLE E INVESTIGAÇÕES RELEVANTES

Em 2025, os órgãos de controle do Executivo, especialmente a Controladoria-Geral da União e a Advocacia-Geral da União, seguiram uma agenda de combate à corrupção por meio de seus mecanismos de fiscalização e responsabilização, com alguns resultados positivos.

Segundo dados oficiais, a CGU bateu recorde de processos administrativos no ano anterior, com 76 novos procedimentos que apuram corrupção e atos lesivos à administração pública. Entre os casos, estão suspeitas de irregularidade na Agência Nacional de Mineração (ANM), no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e no combate à Covid-19 no Amapá²⁹. A CGU também identificou falhas na execução da política de educação de jovens e adultos (EJA) em 35 cidades brasileiras, com indícios de irregularidade e fraude na aplicação dos recursos³⁰. Além disso, em um relatório divulgado em março, a CGU apontou fragilidades na fiscalização da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), vinculada ao MGI, sobre planos de previdência complementar das estatais³¹.

Em parceria com a AGU, a CGU assinou dois acordos de leniência com grandes empresas: um com a Qualicorp, uma corretora de seguros, com multa de quase R\$ 45 milhões por pagamento de propina e caixa dois ³², e outro com Trafigura.³³

Em março, a CGU e a AGU assinaram um acordo de atuação coordenada com o Ministério Público Federal (MPF) para aprimorar a formulação e implementação de acordos de leniência, buscando harmonizar critérios de investigação, compartilhamento de informações, cálculo de multas e responsabilidades civis e administrativas³⁴. Essa articulação reflete um esforço para superar divergências e lacunas regulatórias que dificultam a efetividade de leniências no combate à corrupção e outros atos ilícitos contra a administração pública. No contexto das recentes anulações de processos e acordos da Lava Jato, essa articulação entre os três órgãos também busca reafirmar sua capacidade de firmar acordos de leniência e evitar futuros questionamentos. Em dezembro, foi publicada a Portaria Normativa Interministerial



CRÉDITO: DIVULGAÇÃO/PF

AGU/CGU nº 1, que estabeleceu critérios e procedimentos para a celebração e o acompanhamento de acordos de leniência, com avanços importantes na transparência destes processos.³⁵

Ainda no contexto mais amplo de fiscalização do Executivo, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) abriu processo administrativo para apurar possíveis conflitos de interesse envolvendo ministros do governo Lula. Segundo o órgão, os ministros Carlos Lupi (Previdência), Anielle Franco

(Igualdade Racial) e Vinicius Marques de Carvalho (CGU) passaram a integrar o conselho de administração da metalúrgica Tupy S.A. sem consultar a Comissão de Ética Pública da Presidência e, portanto, potencialmente não cumpriram a legislação aplicável para evitar o conflito de interesses³⁶. Os ministérios alegam que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que tem direito às indicações por deter 28% das ações, teria descartado qualquer irregularidade em sua avaliação interna³⁷.

3 OPERAÇÃO CARBONO OCULTO: REVELAÇÕES E DESDOBRAMENTOS

Deflagrada em 28 de agosto de 2025, a Operação Carbono Oculto é considerada a maior investigação já conduzida no país contra o crime organizado³⁸. A apuração revelou como o Primeiro Comando da Capital (PCC) expandiu sua atuação, infiltrando-se de forma sistemática na economia formal, em especial no setor de combustíveis e no mercado financeiro paulista³⁹, com ramificações diretas na Faria Lima.

Segundo o Ministério Público e autoridades fiscais, o esquema teria gerado cerca de R\$ 10 bilhões em importações ilícitas de combustíveis, R\$ 52 bilhões em vendas no varejo por meio de mais de mil postos e R\$ 46 bilhões em transações realizadas por *fintechs* clandestinas, que operavam como bancos paralelos entre 2020 e 2024. A investigação também identificou dezenas de fundos de investimento fechados e outras estruturas financeiras que concentravam aproximadamente R\$ 30 bilhões em ativos utilizados para lavar e reinserir recursos ilícitos na economia, incluindo usinas de etanol, terminal portuário, imóveis e uma frota nacional de caminhões.⁴⁰

Esses valores eram direcionados a fundos de investimento e convertidos em participações societárias e ativos legítimos. Mais de 40 fundos passaram a ser investigados, alguns com patrimônio avaliado em dezenas

de bilhões de reais.⁴¹ A divulgação oficial dos alvos e de empresas que cooperaram com as autoridades provocou forte reação do mercado, com destaque para a Reag Investimentos S.A., cujas ações caíram mais de 15% em um único dia, acompanhadas da retirada de centenas de milhões de reais por investidores.⁴²

A Operação Carbono Oculto alcançou mais de 350 alvos, entre pessoas físicas e jurídicas, investigados por crimes contra a ordem econômica, lavagem de dinheiro, fraude fiscal, adulteração de combustíveis e crimes ambientais.⁴³ Empresários apontados como centrais no esquema têm negociado acordos de delação premiada com o Ministério Público de São Paulo, com potencial para atingir agentes públicos mediante a apresentação de provas de propinas e favorecimentos regulatórios no setor de combustíveis.⁴⁴

Outro desdobramento relevante da operação foi a publicação, por parte da Receita Federal, da Instrução Normativa RFB nº 2.278/2025.⁴⁵ A normativa estabeleceu medidas específicas para o fortalecimento do combate aos crimes contra a ordem tributária, abrangendo condutas associadas ao crime organizado, com ênfase em esquemas de lavagem de dinheiro e fraudes. Entre seus principais dispositivos, determinou que



CRÉDITO: DIVULGAÇÃO/PF



instituições de pagamento (*fintechs*) passem a se submeter às mesmas normas e obrigações acessórias aplicáveis às instituições financeiras do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro, especialmente quanto à apresentação da e-Financeira⁴⁶. A instrução também reforçou o dever de comunicação de indícios de crimes às autoridades competentes, nos termos da regulamentação vigente, ampliando o alcance e a capacidade de fiscalização da Receita Federal.

Também como resposta às revelações de fraudes e desvios no setor de combustíveis, especialmente o envolvimento da refinaria Refit com o Comando Vermelho, o Congresso Nacional, depois de anos de discussão, aprovou o PL do Devedor Contumaz.⁴⁷

As revelações e os desdobramentos da Operação Carbono Oculto evidenciaram que o crime organizado no Brasil se tornou um risco estrutural à integridade empresarial, demandando a elaboração

A Operação Carbono Oculto representa um marco no enfrentamento à macrocorrupção e à lavagem de dinheiro praticada dentro do sistema bancário-financeiro nacional.

e adoção de novas estratégias de gestão de riscos, governança e *due diligence*⁴⁸. Não por acaso, pesquisa conduzida em dezembro de 2025 pela **Transparência Internacional – Brasil** em parceria com o Datafolha⁴⁹ empresas do país percebem o avanço do crime organizado como uma ameaça crescente à integridade empresarial. Ainda assim, apenas 57% afirmaram que as empresas com as quais se relacionam dispõem de controles específicos para mitigar esse risco.

4 CONTRADIÇÕES NA POLÍTICA CLIMÁTICA E AMBIENTAL: O CAMINHO ATÉ A COP30

O ano de realização da 30ª Conferência do Clima da ONU (COP30) no Brasil foi marcado por importantes avanços, mas também de retrocessos e contradições na política ambiental e climática em âmbito federal.

O aumento de 80% das operações de fiscalização e de 63% de multas aplicadas entre 2023 e 2025⁵⁰ na Amazônia, entre outras medidas nesse e nos demais biomas, resultaram em avanços no combate ao desmatamento, um dos principais fatores de emissão de gases de efeito estufa no país.

Houve redução de 11% do desmatamento da Amazônia e de 11,5% do Cerrado, quando comparado o período entre agosto de 2024 e julho de 2025 com os doze meses anteriores. No caso da Amazônia, a taxa de desmatamento foi a terceira menor desde o início das medições, em 1988⁵¹.

Esse conjunto de resultados foi acompanhado, no plano institucional, por uma maior articulação entre as agendas anticorrupção e antilavagem e o enfrentamento aos crimes ambientais. Ao longo do ano, a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) atuou em temas como fraudes em créditos de carbono, tráfico de fauna silvestre e mineração ilegal⁵². Dentre outras iniciativas, foram elabora-

das propostas para reduzir os riscos de inserção do crime organizado no setor mineral e mapeados riscos de corrupção e lavagem de dinheiro associados a crimes ambientais, com recomendações de transparência e integridade para o seu enfrentamento.

No plano internacional, o governo brasileiro assinou a *Transparency Pledge*, um compromisso proposto pela UNCAC Coalition, para garantir um processo mais transparente e inclusivo para a sociedade civil na revisão da implementação da Convenção da ONU contra a Corrupção.⁵³ Isso aconteceu na 11ª Conferência dos Estados-Parte desta convenção, onde o Brasil também propôs as negociações para a aprovação de uma resolução sobre crimes ambientais. O documento⁵⁴ foi aprovado e reforça a importância da mobilização de instrumentos anticorrupção, incluindo o reforço de medidas de integridade em órgãos ambientais, a responsabilização de práticas de corrupção conexas a crimes ambientais e a proteção de denunciante.

Já no final do ano, o Executivo federal aprovou o Plano Clima, com medidas voltadas à redução das emissões de gases de efeito estufa até 2035 e de adaptação aos impactos da crise climática. Houve *lobby* intenso de diferentes setores, em

especial do agropecuário, para reduzir as ambições do plano as responsabilidades do setor, o que acabou fazendo com o que documento não fosse anunciado durante a COP30⁵⁵. Foi publicado também o Plano Nacional de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, o que representa um avanço na proteção de defensores, inclusive ambientais, mas ainda falta o detalhamento das ações programáticas que serão realizadas no âmbito deste plano.⁵⁶

Na agenda de transição energética, em outubro, faltando poucas semanas para a realização da COP30, o governo brasileiro autorizou a exploração de petróleo na Foz do Amazonas. No afã de avançar com o processo, Lula chamou de “lenga-lenga” do Ibama o que considerou demora na tramitação da licença solicitada pela Petrobras⁵⁷. Apesar do discurso de liderança ambiental e climática, o governo apoiou e tolerou pressões políticas intensas pela liberação, mesmo diante de pareceres técnicos do Ibama que recomendavam a rejeição da licença, atropelando posições do presidente da autarquia, Rodrigo Agostinho, e da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. A pressa é explicada pelo calendário eleitoral e por pressão de parlamentares, incluindo o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (ver capítulo Legislativo)⁵⁸. Já em outra direção, em dezembro, o presidente Lula determinou que os ministérios de Minas e Energia, Fazenda, Meio Ambiente e a Casa Civil elaborem proposta com as bases de um mapa do caminho para a transição energética no país⁵⁹.

O ano de 2025 evidenciou, também, a persistência da corrupção em órgãos essenciais para o enfrentamento das mudanças climáticas, como no caso do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que tem como missão promover infraestrutura hídrica para prevenir e atenuar os efeitos das secas no semiárido.

Capturado pelo Centrão, o DNOCS passou a ser um executor de emendas parlamentares com finalidade alheia à missão do órgão. Em relatório de auditoria publicado no final do ano, a CGU evidenciou o desalinhamento de 60% do volume de recursos contratado pelo DNOCS entre 2021 e 2023 em relação à missão institucional da autarquia. Segundo o documento, cerca de R\$1,1 bilhão foi utilizado para obras de pavimentação e para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e de pavimentação para municípios⁶⁰.

Em novembro, foi deflagrada pela PF a Operação Fake Road contra esquema de desvio de contratos de pavimentação do DNOCS financiados por emendas parlamentares. Na decisão que autorizou a operação, o ministro do STF Flávio Dino apontou a existência de um “processo endêmico de corrupção e desvio” e a existência de imagens de outros locais ou manipuladas de relatórios sobre as obras⁶¹.

O desvio de finalidade do DNOCS e esquemas de corrupção comprometem a eficiência do órgão, reduzem sua capacidade de executar projetos estruturantes de segurança hídrica e colocam em risco políticas essenciais para a população da região.

COP 30

Com a realização da COP30, o Brasil esteve, ao longo do ano, no centro do debate global sobre mudanças climáticas. O evento reuniu 42 mil pessoas apenas entre as cadastradas na Zona Azul, espaço oficial de negociações⁶². Belém também foi palco de manifestações que demandaram justiça climática e mais ambição nas negociações, sendo a maior delas a Marcha Global pelo Clima, que reuniu cerca de 70 mil pessoas⁶³.

A realização de um grande evento que envolve negociações sobre mudanças climáticas levantou preocupações relacionadas ao uso de recursos públicos e sobre o potencial de influência indevida de grupos de indústria fóssil e do agronegócio. Sobre esse último ponto, diversos relatórios, estudos e reportagens têm apontado riscos e problemas relacionados à integridade das COPs, especialmente relacionados à influência indevida, conflitos de interesse e práticas de “greenwashing”.

A **Transparência Internacional** também tem apontado esse problema, assim como soluções para o seu enfrentamento^{64 65}. Em maio, a organização liderou a elaboração de uma carta assinada por mais de 260 organizações e especialistas do Brasil e outros países para o secretariado da Convenção do Clima da ONU (UNFCCC, da sigla em inglês), o presidente Lula e a presidência da COP30, com propostas de transparência e integridade para o evento⁶⁶. Em âmbito nacional, colaborou com propostas por meio do Conselho de Transpa-

rência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC), entre elas a criação de um portal de transparência com os gastos federais relativos à COP30, a divulgação de agendas de autoridades federais envolvidas na organização do evento, mecanismos de gestão de conflitos de interesse da presidência COP30 e da delegação brasileira e de *due diligence* para a celebração de parcerias, contratos e patrocínios.

Se a COP30 contou com ampla mobilização social, foi também a edição com a maior proporção de lobistas do petróleo dos últimos anos, além de registrar uma presença significativa de representantes do agronegócio. Juntos, esses dois grupos somaram cerca de 2.000 credenciados com acesso à Zona Azul^{67 68}.

Essa participação massiva, ao lado da ausência de regras e práticas adequadas de gestão de conflitos de interesse na UNFCCC, cria um ambiente desigual, no qual interesses privados podem interferir em decisões que deveriam priorizar o clima e as pessoas. Esse contexto ajuda a explicar as dificuldades enfrentadas pelos países para alcançar consensos sobre medidas necessárias para eliminar os combustíveis fósseis e o desmatamento.

O governo brasileiro, que como presidente da COP30 poderia ter dado o exemplo em integridade, incluiu lobistas de setores poluentes em sua delegação oficial⁶⁹ e buscou ativamente engajar CEOs de petroleiras



CRÉDITO: BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL

nos debates, sem adotar salvaguardas adequadas de transparência e de gestão de conflitos de interesse⁷⁰.

Por outro lado, o país adotou medidas importantes, que podem ser ampliadas em futuras edições, como o fortalecimento da participação de representantes de povos indígenas⁷¹ e a divulgação das agendas das autoridades envolvidas na realização da COP30⁷².

Grandes eventos demandam investimentos públicos, via de regra em alto volume e com prazos curtos para a execução de obras, o que aumenta os riscos de corrupção, mau uso de recursos públicos e impactos negativos. A preparação de Belém para receber a COP30 envolveu investimentos da ordem de R\$2,8 bilhões, somente da União, em especial via orçamento-geral, BNDES e Itaipu. Do total de 23 obras com recursos federais, 20 foram executadas

pelo governo do Pará e pela prefeitura de Belém, responsáveis pelos processos de licitação e contratação⁷³.

Análise realizada pela **Transparência Internacional – Brasil**⁷⁴ sobre a disponibilização de informações sobre obras de infraestrutura para o evento, por parte da União, do governo do Estado do Pará e do município de Belém, revelou falhas na transparência de dados sobre licenças ambientais, contratos e convênios. O levantamento reconheceu algumas boas práticas, como a criação de páginas específicas de transparência sobre a COP30 pelos três entes avaliados, além da divulgação integral de contratos e licitações pela prefeitura de Belém, que apresentou o melhor desempenho no levantamento.

O uso de parte dos recursos para a realização da COP30 foi acompanhado de investigações de corrupção e superfaturamento. Na área de saneamento e drenagem, descobriu-se que uma empresa suspeita de fraude em licitações integrou dois consórcios contratados pelo governo estadual, em contratos que somam R\$ 179 milhões⁷⁵. Já no asfaltamento de vias, duas empresas que respondem por corrupção e superfaturamento venceram uma licitação estadual no valor de R\$ 231 milhões⁷⁶. Investigações apontam

que uma dessas empresas, a J.A. Construções, tem como responsável legal Andrea Costa Dantas, esposa do deputado federal Antonio Doido. O parlamentar lideraria um esquema criminoso, que envolveria, além de sua esposa, o secretário de obras públicas do Pará, Benedito Ruy Cabral, e policiais militares. Os recursos desviados nas licitações seriam utilizados para campanhas eleitorais, pagamento de propina e enriquecimento ilícito⁷⁷.

Por fim, em relação ao processo de negociação, alguns passos importantes foram dados com a aprovação do Mecanismo de Belém para uma transição justa, de indicadores globais de adaptação e de aportes de recursos para o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF)⁷⁸. Outro ponto que merece destaque é a proposta, apresentada pelo Brasil, de elaboração de mapas do caminho para o fim dos combustíveis fósseis e a eliminação do desmatamento. De fato, faltam às COPs, em ambos os temas, um roteiro com metas e responsabilidades claras em ambos os temas. Por falta de consenso as propostas não foram aprovadas, mas o tema ganhou lastro político e a presidência brasileira da COP30 anunciou que, por iniciativa própria, irá liderar a elaboração de ambos os mapas ao longo de 2026⁷⁹.

OPERAÇÃO REJEITO

Em setembro, a PF e a CGU deflagraram a Operação Rejeito, visando desarticular uma organização criminosa responsável por crimes ambientais, corrupção e lavagem de dinheiro. As práticas incluíam fraudes em autorizações e licenças ambientais para a extração ilegal de minério de ferro em locais tombados e próximos a áreas de preservação, mediante o pagamento de propinas a servidores públicos. A PF estimou um lucro de R\$ 1,5 bilhão proveniente das ações do grupo, além de projetos em andamento com potencial econômico superior a R\$ 18 bilhões⁸⁰.

O esquema envolveu empresários e agentes públicos de órgãos ambientais, minerários e de proteção ao patrimônio histórico, em âmbito federal e no estado de Minas Gerais. Durante a operação, foram presos preventivamente o diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM), Caio Mário Trivellato Seabra Filho, e o ex-diretor da PF, Rodrigo de Melo Teixeira. As investigações alcançaram o alto escalão do governo de Romeu Zema (MG), incluindo o ex-presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais (FEAM) e o presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha), este último exonerado um dia após a operação⁸¹.

Após encontrar anotações citando Rodrigo Pacheco e Carlos Viana, ambos senadores por Minas Gerais, o caso foi enviado ao STF. Assessor de Pacheco de 2019 a 2021⁸², Felipe Lombardi Martins, foi alvo da operação e é apontado pelas investigações como o “homem da mala”, pois seria o operador financeiro do esquema⁸³.

A extensão do esquema e o envolvimento de autoridades de alto escalão reforçam a centralidade do combate à corrupção como condição para o enfrentamento dos crimes ambientais. A operação também escancara a necessidade de reforço dos mecanismos de controle e transparência da atividade minerária, uma vez que o esquema envolveu o uso de guias da ANM, cujo aprimoramento já foi objeto de determinações do TCU à agência⁸⁴.

5 ESQUEMA DO INSS

Ao longo do ano, também vieram à tona revelações sobre as fraudes do INSS, um dos mais graves esquemas de corrupção descobertos em anos recentes. As investigações, resultantes da Operação Sem Desconto, indicaram que, entre 2019 e 2025, milhões de aposentados e pensionistas tiveram valores descontados diretamente de seus benefícios sem autorização válida, em favor de sindicatos e associações que alegavam.⁸⁵ Auditorias da CGU apontaram que até 98% dos beneficiários entrevistados disseram não ter autorizado os descontos e que 71,1% das cobranças não tinham documentação hábil, com cerca de 4 milhões de beneficiários afetados⁸⁶.

O caso ganhou força a partir de abril de 2025, quando a Polícia Federal e o Coaf identificaram movimentações financeiras atípicas em sindicatos e associações. Um dos focos foi a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), investigada por enviar cerca de R\$ 26 milhões de forma fracionada a pelo menos 15 pessoas físicas e jurídicas, padrão típico de ocultação de recursos⁸⁷. Outras entidades, como a Associação Brasileira de Aposentados e Pensionistas da Nação (Abapen), o Sindicato de Aposentados e Pensionistas (Sindnapi) e a Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), estão sob investigação por descontos não autorizados, filiações em massa e outras irregularidades⁸⁸.

O esquema ainda revelou o operador Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido pela imprensa e nas investigações como o “Careca do INSS”. Apontado pela Polícia Federal como figura central no esquema de fraudes em descontos indevidos nas aposentadorias e pensões pagos pelo INSS, o empresário é suspeito de movimentar cerca de R\$ 53,5 milhões por meio de suas empresas ligadas a entidades associativas que realizavam os descontos sem autorização, repassando parte desses valores a servidores e pessoas ligadas ao instituto⁸⁹. Antunes foi preso preventivamente em setembro de 2025 no âmbito da Operação Sem Desconto e, perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS, negou envolvimento direto nas fraudes, afirmando que sua atuação se restringia à prestação de serviços a associações⁹⁰.

São muitas as pessoas lesadas pelo esquema, reforçando que a corrupção é e sempre foi um crime com vítimas. Auditoria da CGU destacou aposentados rurais como um dos grupos mais afetados, especialmente em municípios das regiões Norte e Nordeste⁹¹. Relatórios revelaram casos de pessoas que não teriam como comparecer às associações ou assinar sua filiação e, ainda assim, tiveram suas pensões descontadas: pessoas mortas, pessoas com deficiência e doenças graves, analfabetos, indígenas de comunidades isoladas e até mesmo uma criança de 9 anos⁹². Tudo isso



CRÉDITO: LULA MARQUES/ AGÊNCIA BRAASIL.



*Antônio Carlos Camilo
Antunes, conhecido como
"Careca do INSS".*

evidencia um mecanismo cruel de aproveitamento de pessoas vulnerabilizadas em prol de benefícios privados. Com regras mais frouxas permitindo o desconto e a possibilidade de criar filiações fictícias, os fraudadores roubaram aposentados e pensionistas por anos.

Percebendo o tamanho do problema, o governo federal criou um sistema de cadastro e ressarcimento dos valores perdidos, que supostamente serão posteriormente cobrados das pessoas físicas e jurídicas responsáveis⁹³. No entanto, gera preocupação a seletividade das ações contra sindicatos e associações envolvidas no esquema. Entidades como Sindnapi, Contag e ABCB foram poupadas de pedidos de bloqueio de bens feitos pela AGU em maio⁹⁴. Essas três, somadas à Conafer, também não ha-

viam sido alvo de processos ajuizados pelo INSS até julho, sem explicação aparente⁹⁵. Em maio, em meio às investigações sobre fraudes do INSS, a Contag ainda renovou seus assentos no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)⁹⁶.

No TCU, o episódio culminou em um confronto público entre ministros do tribunal⁹⁷, no contexto de disputas sobre como julgar, monitorar e fazer cumprir as medidas cautelares relativas aos descontos indevidos nos benefícios de aposentados e pensionistas. O processo, que tramita sob a relatoria

do ministro Aroldo Cedraz, originou-se de uma auditoria do próprio TCU em junho de 2024 que constatou irregularidades em descontos consignados e mensalidades associativas, motivando determinações para bloqueios e exigências de assinaturas eletrônicas avançadas e biometria para novas autorizações.⁹⁸ Ao longo de 2025, o processo foi retirado da pauta repetidas vezes pelo relator, levando a críticas de outros ministros, como Walton Alencar Rodrigues e Bruno Dantas, que consideraram a atuação de Cedraz demasiado lenta e prejudicial ao monitoramento das medidas já determinadas⁹⁹. Em sessões plenárias, debates acalorados ocorreram entre Cedraz e colegas, com Walton questionando o fato de que a questão poderia ter sido deliberada muito antes e Cedraz defendendo sua conduta, negando que a retirada de pauta fosse motivada por fatores indevidos e alegando que as decisões e explicações técnicas estavam sendo conduzidas de forma apropriada¹⁰⁰.

O escândalo ainda provocou forte crise em diferentes órgãos do Executivo, com o afastamento e posterior exoneração de Alessandro Stefanutto, presidente do INSS¹⁰¹. À época, Stefanutto foi defendido pelo então ministro da Previdência, Carlos Lupi, que acabou perdendo condições de permanecer no cargo e renunciou¹⁰². Para o INSS, Lula nomeou o procurador federal Gilberto Waller, encarregado de apurar e combater as irregularidades¹⁰³. Já para o ministério, Lula nomeou o ex-deputado federal Wolney Queiroz, afilhado de Lupi que ocupava a secretaria-executiva da

pasta¹⁰⁴. Em 2021, Queiroz foi coautor de uma emenda que afrouxou as regras de controle dos descontos do INSS, alterando uma medida provisória já bastante leniente¹⁰⁵. Essa medida pode ter beneficiado sindicatos e associações envolvidos nas fraudes, o que suscitou suspeitas também sobre o atual ministro.

Os desdobramentos da investigação continuaram ao longo do ano e culminaram com a prisão do ex-presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, em novembro¹⁰⁶. Além dele, a PF também prendeu o secretário-executivo do Ministério da Previdência, Adroaldo Portal, e fez buscas na residência do senador Weverton Rocha¹⁰⁷.

O caso do INSS é uma das maiores fraudes da história recente do país e espera-se que nomes de outros envolvidos sejam revelados, já que ainda não se esclareceu a destinação final dos bilhões desviados, que certamente não pararam apenas no caixa das associações e seus dirigentes diretos. Até aqui, esse escândalo expôs fragilidades regulatórias, conflitos de interesse, captura política e a necessidade urgente de revisão dos mecanismos de autorização e fiscalização dos descontos em benefícios previdenciários. Além de apurar e punir os responsáveis, é fundamental que se previnam novos casos similares, fechando o cerco contra fraudadores. E que sejam ressarcidas as vítimas, com a garantia de que novos casos não venham a ocorrer em um órgão que desempenha papel fundamental em um país tão desigual como o Brasil.



SILÊNCIO REITERADO DO PRESIDENTE LULA SOBRE A PAUTA ANTICORRUPÇÃO

→ Em 2025, de um total de 230 pronunciamentos e discursos oficiais registrados no portal da Presidência da República¹⁰⁸, “corrupção” foi mencionada em apenas 13 ocasiões pelo presidente Lula. Essas referências não se destinaram a apresentar políticas públicas, compromissos institucionais ou diagnósticos sobre o enfrentamento do problema. Em nenhuma dessas intervenções houve reconhecimento da gravidade estrutural da corrupção no país, tampouco sinalização clara de prioridades, metas ou estratégias para seu enfrentamento. Pelo contrário, elas concentraram-se em criticar esforços anticorrupção conduzidos no passado, relativizar ou ironizar acusações envolvendo estatais e grandes obras públicas, enquadrar o combate à corrupção como instrumento de perseguição política ou sabotagem econômica e desqualificar o discurso anticorrupção promovido por adversários políticos e pela imprensa.

O presidente da República é o maior responsável por pautar e comunicar à sociedade quais são as prioridades de seu governo. O papel da liderança de uma

organização, instituição ou empresa na promoção de políticas de integridade é reconhecido em normativos do próprio governo federal. Por exemplo, o Decreto nº 11.129, de 2022, elenca o compromisso da alta direção, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa de integridade, como um dos elementos para avaliar a sua efetividade. A própria Controladoria-Geral da União exige, no âmbito do Programa Empresa Pró-Ética, que os membros da alta direção das empresas manifestem apoio público ao programa de integridade por diferentes meios e para diferentes públicos, com mensagens de incentivo à adoção de uma conduta ética. Adicionalmente, estabelece exigências quantitativas — ao menos quatro manifestações desse tipo no período sob avaliação.¹⁰⁹

Ao longo de 2025, contudo, manteve-se o padrão de silêncio sobre a pauta anticorrupção, já identificado em análise da **Transparência Internacional – Brasil** no ano anterior¹¹⁰. À época, o ministro da CGU, Vinícius Marques, desqualificou publicamente essa análise, classificando-a como “conversa de boteco”¹¹¹.

NOTAS ← PODER EXECUTIVO

- 1 <https://oantagonista.com.br/brasil/ministros-omitem-agenda-e-descumprem-regra-da-cgu/>
- 2 <https://oantagonista.com.br/brasil/ministros-omitem-agenda-e-descumprem-regra-da-cgu/>
- 3 <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/transparencia-publica/2025/11/governo-melhora-controle-do-lobby-no-executivo.shtml>
- 4 <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/transparencia-publica/2025/11/governo-melhora-controle-do-lobby-no-executivo.shtml>
- 5 <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2025/01/governo-lula-esconde-informacoes-sobre-janja.ghhtml>
- 6 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/01/28/sigilo-sobre-janja-incomoda-transparencia-internacional-desrespeita-lai.htm>
- 7 <https://www.poder360.com.br/poder-gente/janja-acumula-145-dias-em-viagens-internacionais-desde-posse-de-lula/>
<https://www.poder360.com.br/poder-governo/janja-discursa-em-moscou-sobre-assistencia-de-educao-internacional/>
<https://www.gazetadopovo.com.br/república/sem-lula-janja-cinco-dias-agenda-historica-e-cultural-russia/>
<https://www.poder360.com.br/poder-gente/janja-representa-brasil-em-forum-mundial-da-alimentacao-na-italia/>
- 8 <https://www.poder360.com.br/poder-governo/janja-passa-a-divulgar-agenda-apos-cobrancas-sobre-sigilo/>
- 9 <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2025/02/itamaraty-impoe-sigilo-de-5-anos-em-telegramas-sobre-negocios-dos-irmaos-batista-na-venezuela.ghhtml>
- 10 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/10/itamaraty-impoe-sigilo-sobre-telegramas-envolvendo-jbs-e-irmaos-batista-nos-eua.shtml>
- 11 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/09/aneel-aprova-transferencia-e-empresa-dos-irmaos-batista-fara-aporte-de-r-98-bi-para-assumir-amazonas-energia.shtml>
- 12 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/09/aneel-aprova-transferencia-e-empresa-dos-irmaos-batista-fara-aporte-de-r-98-bi-para-assumir-amazonas-energia.shtml>
- 13 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/entenda-a-medida-provisoria-do-governo-que-beneficia-os-irmaos-batista.shtml>
- 14 <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>
- 15 <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2025/11/itamaraty-dribla-lei-de-acesso-a-informacao-e-expande-uso-do-sigilo.shtml>
- 16 <https://www.metropoles.com/colunas/tacio-lorran/lula-documentos-dinheiro-publico>
- 17 <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/05/19/governo-restinge-acesso-a-16-milhoes-de-documentos-sobre-convenios-de-obras-repasses-e-emendas.ghhtml>
- 18 <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/05/19/governo-restinge-acesso-a-16-milhoes-de-documentos-sobre-convenios-de-obras-repasses-e-emendas.ghhtml>
- 19 <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/05/15/ministerio-da-gestao-restringe-acesso-a-informacoes-sobre-emendas-com-base-em-parecer-da-agu-que-nega-necessidade-de-sigilo.ghhtml>
- 20 <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/05/27/dino-manda-ministra-da-gestao-detalhar-como-pasta-vai-liberar-acesso-a-documentos-sobre-emendas.ghhtml>
- 21 <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/05/27/dino-manda-ministra-da-gestao-detalhar-como-pasta-vai-liberar-acesso-a-documentos-sobre-emendas.ghhtml>
- 22 <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/falta-de-publicidade-pelos-orgaos-publicos-diminui-transparencia-e-dificulta-controle-social>

- 23 <https://www.poder360.com.br/opinioao/sigilos-especificos-se-multiplicam-e-colocam-direitos-em-risco/>
- 24 <https://transparenciainternacional.org.br/posts/transparencia-em-obras-nota-tecnica-aponta-fragilidades-no-novo-pac-e-propoe-melhorias/>
- 25 <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/%2522ac%25C3%25B3rd%25C3%25A3o%25202100%252F2025%2522/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0>
- 26 transparenciainternacional.org.br/posts/iniciativa-brasileira-de-transparencia-em-obras-publicas-e-premiada-durante-principal-evento-de-governo-aberto-do-mundo/
- 27 <https://www.opengovpartnership.org/members/>
- 28 <https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2025/11/Agenda-da-Co-presidencia-da-OGP-2025-2026.pdf>
- 29 <https://www.em.com.br/politica/platobr/2025/01/7031575-cgu-bate-recorde-de-processos-administrativos-contracorrupcao-em-2024.html>
- 30 <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2025/02/23/levantamento-da-cgu-apon-ta-irregularidades-na-eja-em-35-cidades-brasileiras.ghtml>
- 31 <https://www.metropoles.com/colunas/fabio-serapiao/cgu-cita-falhas-do-governo-em-fiscalizacao-na-previdencia-de-estatais>
- 32 <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/agu-e-cgu-assinam-acordo-de-leniencia-com-a-qualicorp>
<https://www.jota.info/saude/qualicorp-fecha-acordo-de-leniencia-de-r-444-milhoes-com-cgu-e-agu>
- 33 <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2025/03/cgu-e-agu-assinam-acordo-de-leniencia-com-a-empresa-trafigura-beheer-b-v>
- 34 <https://www.jota.info/coberturas-especiais/jurisprudente/cgu-agu-e-mpf-pactuam-atuacao-coordenada-em-acordos-de-leniencia>
- 35 <https://in.gov.br/web/dou/-/portaria-normativa-interministerial-cgu/agu-n-1-de-19-de-dezembro-de-2025-677644031>
- 36 <https://www.estadao.com.br/politica/cvm-investiga-ministros-do-lula-que-ganharam-cargos-em-conselho-de-empresa-privada/>
- 37 <https://www.estadao.com.br/economia/negocios/tupy-recebe-indicacao-bndes-ceo-em-meio-investigacao-cvm-ministros-conselho/>
- 38 <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2025/agosto/operacao-carbono-oculto-rrb-e-orgaos-parceiros-combatem-organizacao-responsavel-por-sonegacao-e-lavagem-de-dinheiro-no-setor-de-combustiveis>
- 39 <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3r4e3g87e2o>
- 40 <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2025/agosto/operacao-carbono-oculto-rrb-e-orgaos-parceiros-combatem-organizacao-responsavel-por-sonegacao-e-lavagem-de-dinheiro-no-setor-de-combustiveis>
- 41 <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/veja-as-instituicoes-do-mercado-financeiro-que-sao-alvo-da-operacao-da-pf/>
<https://www.metropoles.com/sao-paulo/veja-fundos-esquema-lavagem-pcc>
- 42 <https://istoedinheiro.com.br/reag-investimentos-aco-es-operacao-pf>
<https://veja.abril.com.br/coluna/radar-economico/a-fuga-de-capitais-da-reag-investimentos-apos-a-operacao-carbono-oculto/>
<https://valor.globo.com/financas/noticia/2025/09/23/aps-carbono-oculto-reag-capital-vai-pedir-cancelamento-de-registro-de-companhia-aberta.ghtml>
<https://veja.abril.com.br/coluna/radar-economico/reag-investimentos-muda-de-nome-e-mira-promessa-de-ano-novo/>
- 43 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radio-agencia-nacional/geral/audio/2025-08/operacao-carbono-oculto-mira-350-pessoas-e-empresa-ligadas-ao-pcc#:~:text=Considerada%20a%20maior%20operacao%20C3%A7%C3%A3o%20contra,R%24%207%2C5%20bilho%C3%B5es.>
- 44 <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/beto-louco-e-primo-negociam-delacao-com-promotoria-derrubar-metade-do-congresso/>

NOTAS ← PODER EXECUTIVO

- 45 <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-rfb-n-2.278-de-28-de-agosto-de-2025-651968141>
- 46 "A e-Financeira é um conjunto de arquivos digitais referentes a cadastro, abertura, fechamento e auxiliares, módulo de operações financeiras e módulo de previdência privada." cf. <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1499>.
- 47 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/12/11/aprovado-na-camara-projeto-do-devedor-contumaz-segue-para-sancao>
- 48 <https://transparenciainternacional.org.br/posts/corruptao-e-crime-orga-nizado-autoridades-e-especialistas-discutem-desafios-criticos-para-os-setores-publico-e-privado-no-brasil/>
- 49 <https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/corruptao-e-integridade-no-mercado-brasileiro-2025>
- 50 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-dois-anos-fiscalizacao-ambiental-cresce-80-na-amazonia/>
- 51 <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/10/30/desmata-mento-cai-11-na-amazonia-e-no-cerrado.htm>
- 52 <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/lavagem-de-dinheiro/enccla/acoes-enccla/acoes-de-2025>
- 53 <https://uncaccoalition.org/brazil-signs-the-uncac-review-transparency-pledge/>
- 54 https://track.unodc.org/uploads/documents/UNCAC/COSP/session11/COSP11_resolutions_unedited.pdf
- 55 <https://apublica.org/2025/12/governo-consegue-aprovar-plano-clima-apos-diluir-responsabilidade-do-agro/>
- 56 <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.710-de-5-de-novembro-de-2025-667113571>
- 57 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-critica-lenga-lenga-e-diz-que-ibama-parece-atuar-contr-a-governo/>
- 58 <https://veja.abril.com.br/brasil/forças-políticas-e-interesses-regionais-elevam-presença-de-lula-na-margem-equatorial/>
- 59 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/12/08/apos-cop-sem-acordo-sobre-combustiveis-fosseis-lula-da-60-dias-para-governo-elaborar-proposta-de-transicao-energetica.ghtml>
- 60 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/11/orgao-de-combate-a-seca-ua-60-dos-contratos-de-emendas-para-maquinas-e-pavimentacao.shtml>
- 61 <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/12/03/dino-ve-processo-endemico-de-corruptao-em-esquema-que-cita-deputado-por-desvio-de-emendas.htm>
- 62 <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2025/11/21/cop-30-teve-presenca-de-195-paises-e-mais-de-42-mil-credenciados-diz-ministerio-do-turismo.ghtml>
- 63 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-11/marcha-pelo-clima-reune-70-mil-e-leva-forca-amazonica-ruas-de-belem>
- 64 <https://www.transparency.org/en/publications/cop-co-opted-how-corruption-and-undue-influence-threaten-multilateral-climate-action>
- 65 <https://www.transparency.org/en/publications/behind-the-badge-understanding-roles-reach-risks-of-fossil-fuel-industry-participation-un-climate-talks>
- 66 <https://transparenciainternacional.org.br/posts/mais-de-260-organizacoes-e-especialistas-cobram-mais-transparencia-e-fim-do-conflito-de-interesses-na-cop-30/>
- 67 <https://www.oc.eco.br/numero-de-lobistas-fosseis-na-cop30-supera-delegacoes-de-todos-os-paises-exceto-brasil/>
- 68 <https://oeco.org.br/reportagens/cop30-tem-numero-recorde-de-lobistas-do-agronegocio/>
- 69 <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/11/lobbies-se-organizaram-em-varias-frentes-na-cop30-e-setor-de-petroleo-diz-que-todo-mundo-e-lobista.shtml>
- 70 <https://climainfo.org.br/2025/08/07/presidente-da-cop30-convida-ceos-de-petroleiras-para-discutir-transicao-energetica/>

- 71 <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2025/11/10/aldeia-cop-e-montada-para-abrigar-ate-3-mil-indigenas-durante-a-cop30-em-belem-diz-ministerio.ghtml>
- 72 <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2025/08/cgu-lanca-e-agendas-2-0-para-aperfeicoar-o-acompanhamento-dos-compromissos-publicos-das-autoridades>
- 73 <https://transparenciainternacional.org.br/posts/transparencia-falha-nas-obras-da-cop30-governo-federal-estado-do-para-e-prefeitura-de-belem-nao-divulgam-dados-essenciais/>
- 74 <https://transparenciainternacional.org.br/posts/transparencia-falha-nas-obras-da-cop30-governo-federal-estado-do-para-e-prefeitura-de-belem-nao-divulgam-dados-essenciais/>
- 75 <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/04/empresa-denunciada-por-fraude-em-licitacao-em-belem-leva-contratos-de-r-179-mi-para-cop30.shtml>
- 76 <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2025/08/obra-de-r-231-mi-do-governo-do-para-para-cop30-une-investigadas-por-corrupcao-e-superfaturamento.shtml>
- 77 <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2025/12/17/operacao-iga-po-entenda-esquema-com-obras-da-cop-envolvendo-deputado-antonio-do-ido-e-esposa-alvos-da-pf.ghtml>
- 78 <https://www.uol.com.br/eco/ultimas-noticias/2025/11/22/cop30-final.htm>
- 79 <https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/cop-30-presidencia-anuncia-criacao-de-mapas-do-caminho-para-fim-dos-fosseis-e-do-desmatamento/>
- 80 <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2025/09/pf-e-cgu-investigam-esquema-bilionario-de-corrupcao-e-danos-ambientais-em-minas-gerais>
- 81 <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2025/09/19/como-operacao-contrafraudes-na-mineracao-em-mg-afetou-alto-escalao-do-governo-zema.ghtml>
- 82 https://www.estadao.com.br/politica/pf-enviou-inquerito-ao-stf-apos-obter-anotacao-que-cita-senadores-rod-rigo-pacheco-e-carlos-viana/?srsId=AfmBOoqMfln7ZkoAA9LAQPHbCMB3lyHuUwLRf6KoD8l_xy-fAiSuqMr
- 83 <https://reporterbrasil.org.br/2025/09/operacao-rejeito-presos-pf-gabinete-rod-rigo-pacheco/>
- 84 <https://observatoriodamineracao.com.br/esquemas-investigados-nas-operacoes-rejeito-e-poeira-vermelha-usar-am-guias-de-utilizacao-da-anm-mecanismo-que-segue-sem-controle-apesar-de-decisao-do-tcu/>
- 85 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fraude-no-inss-711-dos-descontos-foram-feitos-sem-documentacao-habil/>
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cgu-98-dos-beneficiarios-dizem-nao-ter-autorizado-descontos-do-inss/>
- 86 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cgu-98-dos-beneficiarios-dizem-nao-ter-autorizado-descontos-do-inss/>
<https://www.infomoney.com.br/politica/inss-41-milhoes-podem-ter-sido-vitimas-de-descontos-ilegais-aponta-cgu/>
- 87 <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/04/28/inss-sindicato-alvo-da-pf-enviou-r-26-milhoes-fracionados-a-15-pessoas-e-empresas-aponta-coaf.ghtml>
- 88 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/associacao-envolvida-em-fraude-do-inss-filiou-1-500-aposentados-por-hora/>
- 89 <https://www.em.com.br/politica/2025/04/7130444-careca-do-inss-recebeu-rs-535-mi-de-entidades-e-atuou-para-liberar-descontos-diz-pf.html>
- 90 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/09/25/2018careca-do-inss-2019-nao-responde-perguntas-de-relator-mas-nega-participar-de-fraude>
- 91 <https://www.estadao.com.br/economia/aposentados-rurais-maiores-vitimas-golpe-descontos-inss/>
<https://revistaoeste.com/politica/norte-e-nordeste-sao-os-mais-afetados-com-a-fraude-no-inss/>

- 92 <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/indigenas-isolados-idosos-doentes-pessoas-com-deficiencia-vitimas-fraudes-inss/>
<https://horadopovo.com.br/fraudadores-se-aproveitaram-de-aposentados-com-deficiencia-e-analfabetos-diz-cgu/>
<https://www.metropoles.com/colunas/tacio-lorran/conafer-fez-mais-de-3-mil-tentativas-de-descontos-em-beneficios-de-pessoas-mortas>
<https://nn1.com.br/2025/10/11/farra-do-inss-conafer-tentou-filiar-crianca-de-9-anos-e-mortos>
- 93 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-11/governo-prorroga-ate-2026-prazo-para-pedido-de-ressarcimento-do-inss>
- 94 <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/05/08/agu-exclui-contag-sindicato-que-tem-irmao-de-lula-como-diretor-e-mais-duas-entidades-em-pedidos-de-bloqueios-de-recursos.ghtml>
- 95 <https://www.metropoles.com/colunas/andreza-matais/inss-sindnapi-irmao-lula>
- 96 <https://veja.abril.com.br/brasil/acusada-de-fraudes-no-inss-contag-ganha-de-lula-dois-assentos-no-consea/>
- 97 <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2025/04/caso-das-fraudes-do-inss-provoca-bate-boca-e-puxoes-de-orelha-entre-ministros-do-tcu.ghtml>
- 98 <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/auditoria-realizada-em-2024-apontou-irregularidades-em-descontos-do-inss-e-determinou-medidas-para-corrigir-falhas>
- 99 <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/04/30/tcu-adia-novamente-julgamento-sobre-descontos-do-inss-em-sesao-com-embates.ghtml>
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/farra-do-inss-ministros-do-tcu-citam-frustracao-com-decisao-de-cedraz/>
- 100 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/05/08/ministros-do-tcu-batem-boca-em-sesao-apos-crise-do-inss.htm>
- 101 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/quem-e-alessandro-stefanutto/>
- 102 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/04/23/lupi-diz-que-indicacao-de-stefanutto-foi-de-sua-inteira-responsabilidade.ghtml>
<https://veja.abril.com.br/brasil/o-efeito-do-mino-que-o-escandalo-do-inss-provocoou-no-governo-lula/>
- 103 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2025-04/lula-escolhe-procurador-federal-como-novo-presidente-do-inss>
- 104 <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/05/09/no-furacao-da-crise-no-inss-novo-ministro-da-previdencia-tenta-se-desvincular-do-padrinho-lupi-e-atua-sob-tutela-do-planalto.ghtml>
- 105 <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/05/05/novo-ministro-da-previdencia-assinou-emenda-que-afrouxou-regras-de-controle-de-descontos-do-inss.ghtml>
- 106 <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/11/13/pf-prende-ex-presidente-do-inss-em-investigacao-de-descontos-indevidos-em-aposentadorias.ghtml>
- 107 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/12/18/desvios-no-inss-pf-deflagra-nova-fase-da-operacao-sem-desconto.ghtml>
- 108 <https://www.gov.br/planalto/pt-br/a-companhe-o-planalto/discursos-e-pro-nunciamentos>
- 109 <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/integridade-privada/avaliacao-e-promocao-da-integridade-privada/empresa-pro-etica/documentos-anteriores/2025-2026/documento-orientativo-pro-etica-2025-2026-geral.pdf>
- 110 <https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/retrospectiva-brasil-2024>
- 111 <https://www.estadao.com.br/politica/ministro-cgu-conversa-boteco-queda-brasil-ranking-percepcao-corrupcao-nprp/>

PODER, JUDICIÁRIO

- 1 *STF – Processos sobre o 8 de janeiro, pandemia e Collor* **pág. 58**
- 2 *Decisões do Supremo Tribunal Federal sobre emendas parlamentares e avanço de investigações* **pág. 61**
- 3 *Farra das leniências: decisões controversas e anulações em massa* **pág. 64**
- 4 *Privilégios no Sistema de Justiça* **pág. 68**
- 5 *Caneta Amiga: Casos de conflitos de interesses* **pág. 70**
- 6 *Idas e vindas do compartilhamento de relatórios de inteligência* **pág. 75**
- 7 *MPF – Ações contra desvios em emendas parlamentares, crime organizado e garimpo ilegal* **pág. 77**
- 8 *Transições e renovações no Judiciário* **pág. 80**
- 9 *Desigualdades e baixa representatividade no Judiciário* **pág. 82**
- 10 *Corrupção e desvios no Judiciário: esquemas de venda de sentenças* **pág. 84**
- 11 *O vaivém da blindagem: o impeachment de ministros do Supremo* **pág. 85**



DESTAQUES POSITIVOS

- ↑ Responsabilização inédita de lideranças políticas e militares por ataques à ordem democrática;
- ↑ Atuação do STF para ampliar controle e rastreabilidade de emendas parlamentares, impondo regras formais de transparência e prestação de contas, exigindo auditorias e investigações sobre emendas sem plano de trabalho, bloqueios de tentativas de recriação de mecanismos opacos e ampliação do controle para Estados e municípios;
- ↑ Atuação articulada do MPF na fiscalização e responsabilização por irregularidades envolvendo emendas parlamentares;
- ↑ Criação do Observatório Nacional da Integridade e Transparência, no CNJ, com promessa de supervisão de dados remuneratórios e conflitos de interesse no Judiciário;
- ↑ Medidas do CNJ para ampliar representatividade, estabelecendo meta de paridade de gênero nos tribunais e obrigação de adoção de listas diferenciadas para promoção.

DESTAQUES NEGATIVOS

- ↓ Violações de garantias processuais no caso dos ataques antidemocráticos do 8 de janeiro, aumentando riscos de legitimidade e politização do Judiciário;
- ↓ Maior fraude bancária da história brasileira, o caso Master revelou fortes indícios de cooptação de autoridades de cúpula do Poder Judiciário, com suspeitas agravadas pela conduta heterodoxa e opaca do ministro Dias Toffoli, que avocou o caso para si e decretou inusual sigilo absoluto à investigação.
- ↓ Inércia do STF após mais de dois anos sem analisar os recursos contra a decisão do ministro Dias Toffoli que anulou, em setembro de 2023, todas as provas do acordo de leniência da Odebrecht, resultando em anulações em massa de processos e condenações por macrocorrupção e impunidade generalizada de criminosos no Brasil e no exterior, além de danos à cooperação penal internacional e grave violação da Convenção da OCDE contra o Suborno Transnacional;
- ↓ Privilégios inconstitucionais e imorais afetando gravemente a imagem do sistema de justiça, com a normalização de super salários e “penduricalhos” e omissão de transparência em gastos;
- ↓ Normalização de conflitos de interesses entre ministros do STF e outros juízes, empresas, escritórios de advocacia e partes em processos, com a disseminação de eventos de *lobby* judicial;
- ↓ Forte crescimento dos casos de escritórios e contratos de advocacia utilizados para lavagem de dinheiro de facções criminosas e de corrupção no Judiciário.
- ↓ Insegurança jurídica e fragilização do sistema antilavagem, com divergências e conflitos internos entre órgãos do Judiciário em relação às competências do COAF e à produção dos relatórios de inteligência financeira (RIFs);
- ↓ Esquemas de corrupção em múltiplos tribunais, com venda de sentenças e o uso de parentes e escritórios de advocacia operacionalizando propinas e troca de favores;
- ↓ Tentativas de blindagem do STF, com decisões monocráticas restringindo o controle externo sobre ministros e aumento da percepção pública de captura institucional;
- ↓ Baixa diversidade nos tribunais superiores, com a persistência de padrão masculino e branco, apesar de candidaturas qualificadas apresentadas pela sociedade civil.

1

STF – PROCESSOS SOBRE O 8 DE JANEIRO, PANDEMIA E COLLOR

Em fevereiro de 2025, a Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou o ex-presidente Jair Bolsonaro e outras 33 pessoas perante o Supremo Tribunal Federal (STF)¹. A acusação afirma que Bolsonaro, juntamente com militares da reserva e aliados civis, pretendia impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, ². Segundo a PGR e a investigação da Polícia Federal (PF), a trama incluía pressões sobre a cúpula das Forças Armadas, além de cartas e manobras para forçar uma ruptura institucional³. Os golpistas também planejaram a prisão de autoridades e o assassinato do presidente Lula, do vice-presidente, Geraldo Alckmin, e do ministro do STF Alexandre de Moraes. A denúncia apontou que os acusados atuaram de forma coordenada, com ordem hierárquica e com divisão de tarefas.⁴

Em setembro, a Primeira Turma do STF condenou todos os oito réus que compõem o chamado “núcleo crucial” da tentativa de golpe de Estado⁵. Além do ex-presidente Bolsonaro, que liderou e se beneficiaria da tomada do poder, foram condenadas figuras que ocuparam alguns dos mais altos cargos da República, evidenciando a gravidade da conspiração que se formou: o general da reserva Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil e da Defesa, além de vice na chapa de Bolsonaro; o general Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete

de Segurança Institucional (GSI); o general Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; o almirante Almir Garnier, ex-comandante da Marinha; Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do DF; o deputado federal Alexandre Ramagem, ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); e o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro.

Em novembro, a decisão transitou em julgado e o relator, ministro Alexandre de Moraes, determinou o início da execução das penas⁶, sendo esta primeira vez que militares e um ex-presidente são responsabilizados por uma tentativa de golpe de Estado no Brasil⁷. Embora a condenação destes réus, principalmente do chamado “núcleo crucial”, esteja amparada em sólido arcabouço probatório de suas graves condutas, aspectos procedimentais do julgamento foram criticados, como a potencial parcialidade do ministro relator Alexandre de Moraes, por estar julgando réus que planejaram seu próprio assassinato.

Até agosto de 2025, quase 1.200 pessoas já haviam sido responsabilizadas, incluindo 638 condenações por meio de processo penal e 552 penas definidas por acordos de não persecução firmados com o Ministério Público Federal⁸. Esses núme-



CRÉDITO: TON MOLINA/STF

ros antecederam o julgamento dos principais articuladores, financiadores e beneficiários do golpe, referindo-se principalmente aos insurgentes que tomaram a Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. A despeito da gravidade de suas ações, a maneira como os processos têm sido conduzidos, especialmente no STF, provocou críticas ainda mais graves sobre violações frequentes de direitos e garantias processuais. Essas violações, como a supressão de instâncias, restrições à atuação de advogados e prisões abusivas⁹, enfraquecem a legitimidade das decisões e podem comprometer a justiça e o fortalecimento da democracia.

↑
*O ex-presidente Jair
Bolsonaro durante
interrogatórios
sobre a tentativa de
golpe de Estado*

Apenas uma semana após a condenação dos líderes da tentativa de golpe, uma nova movimentação do STF criou a possibilidade de responsabilização de autoridades por outras ilegalidades cometidas durante o governo Bolsonaro. Atendendo a requerimento da Polícia Federal, o ministro

Flávio Dino determinou a abertura de inquérito para investigar fatos apurados pela CPI da Pandemia, concluída em 2021. Na decisão, Dino destaca indícios de crimes contra a administração pública, como fraudes em licitações, superfaturamento, desvio de recursos públicos e assinatura de contratos suspeitos¹⁰. Além do ex-presidente Bolsonaro, foram indiciadas 65 pessoas, incluindo parlamentares, ex-ministros e empresários¹¹.

Em abril, outro ex-presidente teve sua prisão decretada pela Corte. Fernando Collor de Mello foi preso após o trânsito em julgado de sua condenação de 8 anos e 10 meses por corrupção passiva e lavagem de dinheiro¹². O processo é um desdobramento de investigações de corrupção na BR Distribuidora, iniciadas no âmbito da Operação Lava Jato. A acusação é de que, entre 2010 e 2014, Collor teria recebido cerca de R\$ 20 milhões em propina da UTC Engenharia, em troca de favorecer contratos da estatal¹³.

A prisão só se concretizou em 25 de abril de 2025, quando o ministro Alexandre de Moraes negou os últimos recursos apresentados pela defesa de Collor e ordenou o imediato início do cumprimento da pena. Contudo, poucos dias depois de ser preso em Maceió, diante da idade avançada e de seu histórico de problemas de saúde, a pena passou a ser cumprida em regime domiciliar¹⁴.

Embora este seja um dos raros casos de responsabilização por corrupção não afetados pelo desmonte da Operação Lava Jato, o resultado da condenação novamente jogou luz sobre as desigualdades do sistema penal brasileiro. A possibilidade de prisão domiciliar tem respaldo no Código de Processo Penal e na Constituição Federal; no entanto, decisões de conversão são raramente concedidas com a mesma celeridade e flexibilidade a réus comuns. Com isso, Collor se soma a outros políticos e presos de alto perfil que cumprem pena ou medidas cautelares fora de estabelecimentos prisionais. Em Maceió, ainda que sob monitoramento eletrônico¹⁵, Collor está preso em sua cobertura luxuosa de 600 metros quadrados, estimada em R\$ 9 milhões¹⁶.



2 DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE EMENDAS PARLAMENTARES E AVANÇO DE INVESTIGAÇÕES



Em audiência no STF, Guilherme France, da Transparência Internacional - Brasil, alerta sobre os impactos negativos das emendas parlamentares.

O Supremo Tribunal Federal também avançou nos esforços de aprimorar a transparência e a rastreabilidade das emendas parlamentares, além de provocar investigações e auditorias, com foco na detecção de corrupção e desvio de recursos. Em janeiro, o ministro Flávio Dino determinou que o Ministério da Educação, a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) publicassem normas para a prestação de contas de recursos direcionados por emendas parlamentares federais. A decisão respondia à constatação da CGU de que 13 das 33

entidades educacionais mais beneficiadas por transferências em 2024 não cumpriam requisitos mínimos de transparência¹⁷.

Em fevereiro, Dino determinou que a CGU auditasse cerca de R\$ 469 milhões em emendas liberadas em 2024 sem plano de trabalho cadastrado¹⁸. Também demandou que o Tribunal de Contas da União (TCU) verificasse se os planos aprovados foram executados corretamente, com o objetivo de reforçar a transparência e impedir repasses sem controle ou justificativa concreta.

Ainda no mês de fevereiro, em uma resposta mais estrutural, o STF homologou um plano conjunto entre Executivo e Legislativo para ampliar a transparência e a rastreabilidade dos recursos. Esse plano determinou a divulgação padronizada de dados, como autoria, beneficiários, execução e documentos comprobatórios das emendas, buscando pôr fim às brechas herdadas do chamado “orçamento secreto”¹⁹. Em março, Dino elevou o nível de vigilância ao cobrar explicações do Congresso e da AGU sobre uma resolução que permitiria ocultar a autoria de emendas de comissão. Para o ministro, a norma poderia recriar mecanismos de distribuição sem transparência, contrariando o modelo homologado pelo STF²⁰. Com isso, mostrou que a Corte manteria supervisão ativa sobre eventuais tentativas de retrocesso no controle das emendas.

Em abril, a PGR denunciou ao STF o então ministro das Comunicações, Juscelino Filho, acusando-o de participar de um esquema de desvio de emendas parlamentares que ele havia indicado quando era deputado federal. O processo está sob a relatoria do ministro Dino, que deverá decidir se aceita a acusação e transforma o caso em ação penal.²¹ Dada a gravidade das acusações, chama atenção que Juscelino Filho tenha pedido demissão do cargo apenas após a denúncia. A demora em sair do governo contraria promessa feita por Lula em seus primeiros dias de mandato, quando afirmou que não manteria ministros que fizessem “errado”.

Em agosto, Dino determinou a abertura de inquérito da Polícia Federal para apurar o destino de 964 emendas parlamentares individuais de transferência especial — as



chamadas “emendas pix” — que totalizam cerca de R\$ 694,6 milhões repassados entre 2020 e 2024 sem o devido cadastro de plano de trabalho, requisito que o próprio STF havia fixado para garantir transparência e rastreabilidade²². Além disso, o ministro deu prazo de dez dias para o TCU identificar quais emendas correspondiam a esses planos não cadastrados e encaminhar os dados às superintendências estaduais da PF, para possível instauração de inquéritos²³. A medida também incluiu a suspensão de novos repasses de “emendas pix” a municípios com indícios de irregularidade, numa tentativa de coibir desvios e aumentar a transparência.

Em outubro de 2025, o STF atendeu a pedidos da **Transparência Internacional – Brasil**, da Transparência Brasil e da Associação Contas Abertas e decidiu que Estados, o Distrito Federal e municípios devem obrigatoriamente adotar um modelo de transparência e rastreabilidade para emendas parlamentares, atendendo às mesmas exigências impostas no âmbito federal²⁴. Estes pedidos partiram de um diagnóstico realizado pela Transparência Internacional – Brasil sobre a reprodução do modelo de emendas parlamentares opacas e com recursos cada vez maiores nos níveis subnacionais.²⁵ Foram substanciados, ainda, por dados do Índice de Transparência e Governança Pública, publicado no mês anterior, que evidenciaram graves déficits de transparência na execução de emendas parlamentares nos Estados e municípios.²⁶ A partir de 1º de janeiro de 2026, a execução dessas emendas subnacionais ficará condicionada à adequação das leis locais e

à comprovação diante dos órgãos de controle de que os critérios de publicidade, origem e destinação foram respeitados.

Segundo o ministro Dino, o conjunto dessas ações teria resultado em uma expansão da transparência e da rastreabilidade das emendas parlamentares no país²⁷. Com mais de 40 inquéritos em andamento²⁸, o ministro afirmou que ainda aguarda respostas da União e do TCU sobre como serão analisadas as prestações de contas de mais de 40 mil emendas executadas em 2024²⁹. Além disso, em dezembro de 2025, o ministro concedeu liminar suspendendo um trecho de projeto de lei que tentava revalidar os restos a pagar associados às emendas de relator. De acordo com o ministro, a medida violava o devido processo orçamentário, a responsabilidade fiscal e decisões já consolidadas do STF sobre o tema.³⁰

O Legislativo reagiu fortemente à gradual imposição de medidas sobre o uso de emendas, chegando a considerar formas de anistia³¹, a tentar contornar decisões do STF e até a ameaçar retaliar a Corte³². No final de 2025, Dino sinalizou aos colegas de Corte que, sem apoio interno, não seria possível sustentar as investigações em curso³³. Pouco depois, sinalizou que, em 2026, pretendia ampliar o controle sobre as emendas, incluindo as de pagamento obrigatório³⁴. Com isso, jogou luz sobre as pressões que tem sofrido, especialmente do Congresso, e o temor de uma tentativa de *impeachment* por sua atuação no tema (leia mais sobre emendas parlamentares na **seção Legislativo**).

Decisões do ministro
Dias Toffoli em anular
provas encontradas nos
sistemas da Odebrecht
continuam beneficiando
réus por corrupção



CRÉDITO: ROSINEI COUTINHO/STF

3 FARRA DAS LENIÊNCIAS: DECISÕES CONTROVERSAS E ANULAÇÕES EM MASSA

Em 2025, manteve-se firme o entendimento do STF que permitiu a invalidação de investigações e processos que utilizam provas encontradas nos sistemas Drousys e MyWebDay, utilizados no esquema de corrupção criado pela Odebrecht (agora Novonor). Desde 2023, seguem pendentes de apreciação os recursos apresentados contra a decisão do ministro Dias Toffoli, que determinou a anulação destes casos, sob o argumento de ilegalidades estrutu-

rais na obtenção, no compartilhamento e uso dos dados obtidos a partir do acordo de leniência assinado pela empresa. Com base nesta determinação, dezenas de decisões têm favorecido corruptos confessos, incluindo políticos, empresários, ex-ministros e operadores financeiros, levando ao encerramento e esvaziamento de processos no Brasil e no exterior, bem como ao enfraquecimento da cooperação jurídica internacional em casos de corrupção trans-

nacional, como já documentado e denunciado pela [Transparência Internacional](#)³⁵.

Ao longo do ano, foram inúmeros os beneficiados pelo ministro Toffoli e pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal. O deputado federal Paulinho da Força, por exemplo, foi duplamente contemplado: primeiro, por decisão monocrática de Toffoli que encerrou uma investigação de “caixa dois”³⁶; em seguida, diante de uma possível derrota na turma, houve um pedido de destaque feito pelo ministro, o que fez o caso ir a Plenário e zerar o placar da votação³⁷. O ex-governador do Rio de Janeiro Luiz Fernando Pezão obteve a anulação de provas obtidas a partir dos sistemas Drousys e MyWebDay, em ação penal na Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro em que respondia por corrupção, lavagem de dinheiro e caixa dois.³⁸ O ex-ministro Antônio Palocci, por sua vez, conseguiu a anulação de todos os atos da Lava Jato com base em diálogos entre o ex-procurador Deltan Dallagnol e o ex-juiz Sérgio Moro — que, segundo Toffoli, teriam atuado em “conluio”³⁹. A mesma ideia serviu de base para a decisão da Segunda Turma que anulou processos contra o empresário Léo Pinheiro, um dos donos da OAS⁴⁰.

Processos também foram encerrados após a anulação de provas contra Guilherme Gonçalves⁴¹, que foi advogado de campanhas da ministra Gleisi Hoffmann, e o ex-ministro Paulo Bernardo⁴². O doleiro Alberto Youssef, um dos delatores mais importantes na fase inicial da operação, obteve a nulidade absoluta de todos os atos da Lava Jato, livrando-se de condenações que

somavam mais de 120 anos de prisão⁴³. O senador e ex-ministro Jaques Wagner obteve a suspensão de ação de improbidade baseada nas provas anuladas de acordos de leniência, usando como argumento a teoria da árvore envenenada⁴⁴. Decisão similar beneficiou o ex-diretor e delator da Odebrecht João Mariz Nogueira⁴⁵.

Por fim, Renato Duque, ex-diretor da Petrobras e importante figura da Lava Jato, também está próximo de anular casos da operação⁴⁶. Com voto favorável dos ministros Gilmar Mendes e Toffoli — que mudou sua posição para seguir o relator —, o julgamento da Segunda Turma foi suspenso após divergência de André Mendonça e Nunes Marques⁴⁷. Resta apenas um voto, o do ministro Luiz Fux.

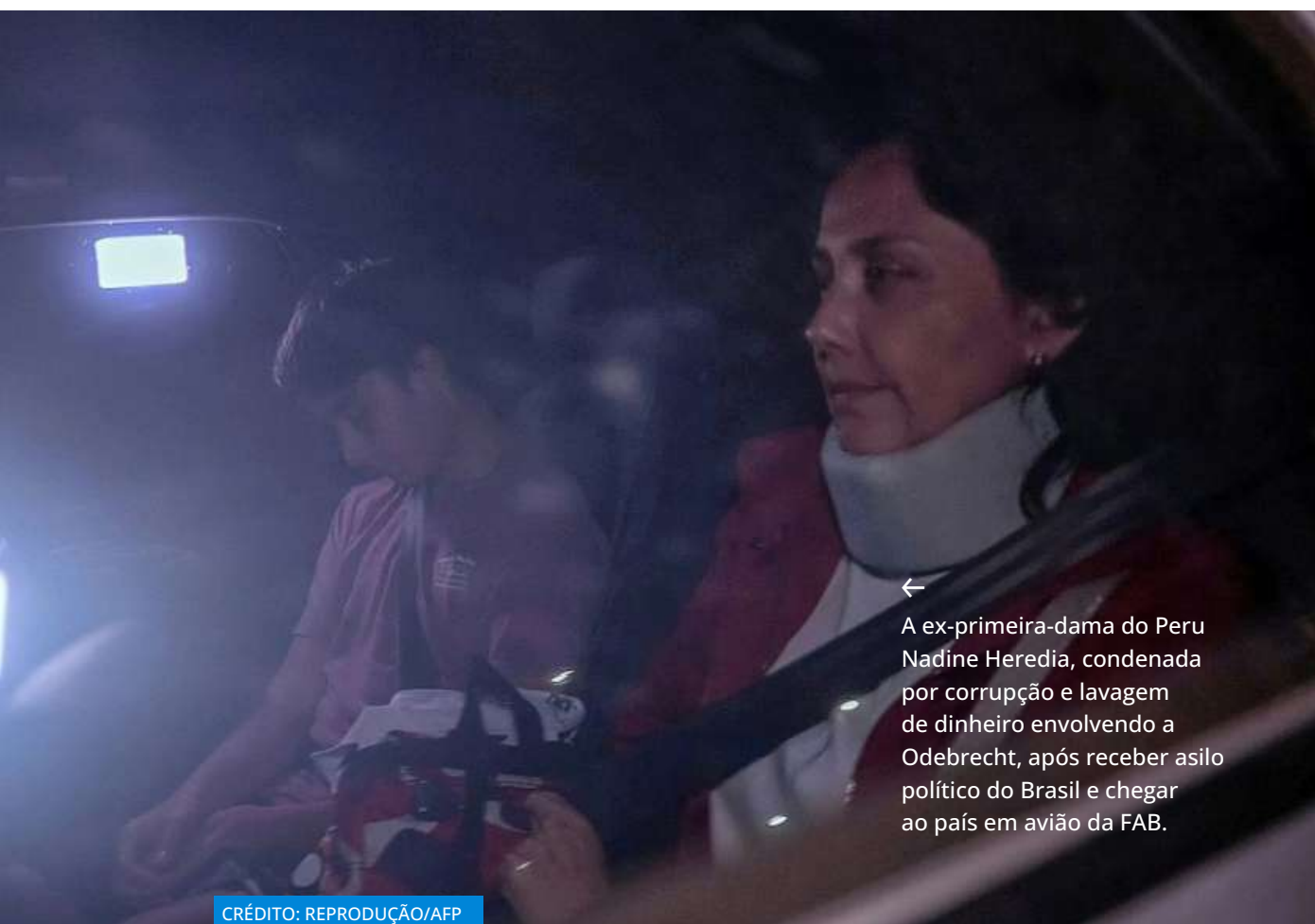
Esses retrocessos no combate à corrupção se estenderam além do território brasileiro. Toffoli invalidou provas da Odebrecht também em relação a processos estrangeiros, beneficiando réus em países como Panamá, Equador, Peru e Argentina. Até maio, a anulação de provas teria favorecido pelo menos 28 réus em mais de uma dezena de países⁴⁸. Por exemplo, a Telconet, provedora de internet equatoriana, conseguiu que o ministro reconhecesse que investigações em curso de um caso de corrupção envolvendo o ex-vice-presidente e ex-ministro Jorge Glas eram baseadas em provas já consideradas nulas pelo STF⁴⁹. Além disso, as repercussões internacionais da anulação de provas têm gerado tensões entre autoridades brasileiras e estrangeiras, conforme evidenciado pela suspensão, determinada pelo Minis-

tério da Justiça e pela PGR, da cooperação jurídica internacional com o Peru em casos relacionados à Lava Jato.⁵⁰

Essa decisão sucedeu o pedido de asilo da ex-primeira-dama peruana Nadine Heredia, condenada a 15 anos de prisão. Enquanto seu marido, o ex-presidente Ollanta Humala, iniciava o cumprimento de pena, Nadine se refugiou na embaixada brasileira em Lima. De lá, obteve um salvo-conduto e voou para Brasília em um avião da Força Aérea Brasileira⁵¹. Apesar de decisões de asilo político recaírem sobre o Poder

Executivo, o caso de Heredia só foi possível graças à anulação em massa iniciada no Supremo Tribunal Federal. Em novembro, Toffoli tornou essa relação ainda mais explícita, anulando provas contra a ex-primeira-dama para prevenir uma eventual prisão ou extradição⁵².

O STF também passou a discutir — e, em parte, a acolher — pedidos para manter em sigilo delações que tratam de crimes no exterior. A Odebrecht tenta reverter na Corte uma decisão do ministro Edson Fachin que, em 2023, definiu critérios para



←
A ex-primeira-dama do Peru Nadine Heredia, condenada por corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo a Odebrecht, após receber asilo político do Brasil e chegar ao país em avião da FAB.

CRÉDITO: REPRODUÇÃO/AFP

o sigilo de acordos firmados em diversos países, como Estados Unidos, Angola, Suíça e República Dominicana⁵³. Segundo a posição de Fachin, o sigilo dos fatos pode ser levantado quando uma colaboração já tiver sido assinada com outro país ou quando o diálogo para um acordo for encerrado. Na prática, isso favorece a transparência, garantindo conhecimento sobre os ilícitos cometidos por empresas brasileiras fora do território nacional. Em agosto, o ministro Gilmar Mendes votou para manter o sigilo, confirmando a posição defendida pela Odebrecht e divergindo de Fachin⁵⁴. Para ele, a publicidade em relação a acordos firmados com alguns países pode prejudicar a negociação de leniências com outras nações. Após votação no plenário virtual, a maioria da Corte confirmou o entendimento de Fachin, definindo hipóteses claras para a suspensão de sigilo.⁵⁵

Outra dimensão dos acordos na pauta do Supremo Tribunal Federal diz respeito à perda de bens dos colaboradores da Odebrecht. Segundo decisão original do ministro Edson Fachin, que foi relator da Lava Jato no STF, esse confisco deveria se dar de maneira imediata. Os delatores, no entanto, ajuizaram diversas ações questionando esse entendimento, que agora são analisadas em conjunto pela Corte, no plenário virtual. Fachin manteve sua posição, sendo seguido pelos ministros Flávio Dino, Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes. O ministro Gilmar Mendes divergiu, argumentando que a perda só poderia ocorrer após condenação transitada em julgado. Seu voto divergente foi seguido por Dias

Toffoli, em mais uma indicação de alinhamento entre os dois ministros nos casos que dizem respeito à Lava Jato⁵⁶. Em setembro de 2025, Mendes também votou para suspender a perda de bens que o marqueteiro João Santana e sua esposa, Mônica Moura, mantinham em um banco suíço⁵⁷.

Com o fim das negociações entre empresas que haviam assinado acordos de leniência e o governo, no âmbito da ADPF 1051, iniciou-se o julgamento que poderá assegurar um desconto de até R\$ 5,7 bilhões⁵⁸. O ministro André Mendonça apresentou voto favorável à homologação da renegociação, mas, com pedido de vista do ministro Flávio Dino, a questão será discutida no Plenário do Supremo.

Por fim, no apagar das luzes de 2025, a 13ª Vara Federal de Curitiba, onde teve origem a Operação Lava Jato, foi alvo de duas decisões graves. Na primeira, Dias Toffoli determinou a busca e apreensão de documentos referentes a investigações conduzidas pela vara⁵⁹. Segundo apuração da emissora RPC, do Paraná, autoridades buscavam especialmente uma “caixa amarela” de arquivos, que seria o repositório de gravações ilegais denunciadas pelo ex-deputado estadual Tony Garcia, que teria atuado como informante do ex-juiz Sérgio Moro nos anos 2000⁶⁰. Já na semana seguinte, o ministro Alexandre de Moraes determinou que a vara prestasse esclarecimentos sobre a validação de um acordo entre o MPF e autoridades de Mônaco para a divisão de R\$ 162 milhões confiscados de Renato Duque⁶¹.

4 PRIVILÉGIOS NO SISTEMA DE JUSTIÇA

Os privilégios de membros do Judiciário, do Ministério Público e de outras carreiras jurídicas no setor público estiveram novamente em pauta ao longo de 2025, com destaque para a redução da transparência, a persistência dos chamados “supersalários” e o assédio judicial para coibir questionamentos. Em agosto, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) solicitou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que tribunais pudessem exigir identificação prévia para acesso aos dados de remuneração de juízes⁶². A proposta se inspira em resolução similar do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que é contestada perante o STF. Em outubro, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade sustentando que a resolução viola o direito de acesso à informação e ameaça a liberdade de imprensa⁶³. Vale ressaltar que tem se tornado mais comum a prática de assédio judicial contra a imprensa, como no caso de uma jornalista do Rio Grande do Sul condenada a indenizar uma desembargadora após divulgar sua remuneração⁶⁴.

Sob a presidência do ministro Luís Roberto Barroso, o CNJ promoveu uma espécie

de normalização dos “penduricalhos”.⁶⁵ Ao longo de sua gestão, Barroso desqualificou críticas aos salários que excedam o teto constitucional⁶⁶ — fixado em R\$ 46.366,19⁶⁷ desde fevereiro de 2025. Ao mesmo tempo, o ministro se disse favorável a normas limitando o pagamento de alguns tipos de verbas indenizatórias, mas ressaltou que o tema deve ser discutido pelo Congresso⁶⁸.

Um estudo do Movimento Pessoas à Frente⁶⁹, divulgado em julho, revelou que os chamados “supersalários” do Judiciário — ou seja, os penduricalhos e benefícios extras além do salário-base — aumentaram de R\$ 7 bilhões em 2023 para R\$ 10,5 bilhões em 2024, um crescimento de 49,3%. Segundo esse levantamento, a remuneração líquida média dos magistrados subiu de cerca de R\$ 45 mil em 2023 para aproximadamente R\$ 66 mil em fevereiro de 2025, impulsionada pelos pagamentos adicionais⁷⁰. Além desse aumento médio indicado pelo levantamento, salários que excedem em muito o teto continuam fazendo parte do cotidiano do Judiciário. Em dezembro, por exemplo, veio à tona a notícia de que cinco juízes em Rondônia receberam, em um único mês, quase R\$ 8 milhões⁷¹.

No início de 2025, 53 juízes federais acionaram o CNJ reivindicando os mesmos benefícios e “indenizações” pagos a magistrados estaduais e membros do Ministério Público, em nome da isonomia entre carreiras⁷². Em março, a corregedoria do CNJ estabeleceu pela primeira vez um teto para os penduricalhos pagos a juízes, em valor igual ao teto do funcionalismo federal. Na prática, isso permitiria pagamentos de até R\$ 92,7 mil mensais para magistrados⁷³.

A despeito dessas e outras medidas que ampliaram as benesses⁷⁴, Barroso defendeu publicamente que muitas críticas aos gastos do Judiciário são “injustas” ou fruto de má interpretação do trabalho dos magistrados⁷⁵. Argumentou, ainda, que o orçamento da Justiça está congelado desde 2017, salvo atualizações inflacionárias, e que os acréscimos remuneratórios teriam respaldo legal em razão da elevada carga de trabalho. Ao mesmo tempo, medidas adotadas sob sua gestão restringiram a transparência de gastos públicos do Judiciário: houve casos de omissão de dados sobre viagens em aeronaves da FAB usadas por ministros, sigilo sobre destinos e passageiros e divulgação incompleta de custos dessas atividades⁷⁶.

Esses benefícios ampliados para magistrados e sua opacidade colocam em evidência os privilégios da classe. Após assumir a presidência do CNJ, o ministro Edson Fachin mostrou disposição de enfrentar a questão, prometendo um mapeamento de supersalários e maior respeito ao teto constitucional⁷⁷.

Em paralelo, outras carreiras também ampliaram seus privilégios. Também em 2025, a AGU alcançou recorde em pagamentos de honorários de sucumbência, com repasses extras que somaram 5 bilhões entre janeiro e julho⁷⁸.⁷⁹ Expandindo o escopo, estudo da Transparência Brasil e do Movimento Pessoas à Frente revelou que advogados e procuradores do governo federal receberam R\$ 4,5 bilhões acima de teto remuneratório entre janeiro de 2020 e agosto de 2025⁸⁰.

Já no Ministério Público, dados indicam que 98% dos promotores e procuradores ganharam acima do teto constitucional em 2024, com valores que somam R\$ 2,3 bilhões⁸¹. No que diz respeito ao MP, preocupa também a crescente opacidade de seus dados. Segundo a Transparência Brasil, o MP tem atuado, nos últimos anos, para dificultar o acesso a informações e ocultar dados salariais⁸².

No caso específico do Ministério Público do Estado de São Paulo, foi autorizado o pagamento retroativo de até R\$ 1 milhão a cerca de 1.900 procuradores e promotores, em custo total de até R\$ 1 bilhão para os cofres públicos⁸³. O benefício, chamado de “compensação por assunção de acervo”, é direcionada a servidores que lidaram com uma carga de processos mais elevada que a usual, especialmente entre janeiro de 2015 e agosto de 2023. Nesses casos, o cenário é claro: enquanto o Judiciário não der o exemplo, as demais carreiras seguirão normalizando as manobras para ultrapassar o teto.

5

CANETA AMIGA: CASOS DE CONFLITOS DE INTERESSES

No último ano, também chamaram a atenção os numerosos relatos de conflitos de interesse por parte de membros do Poder Judiciário, especialmente do Supremo Tribunal Federal. Em 2025, reportagem da revista piauí revelou que o ministro Gilmar Mendes teria interesse direto na gestão da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), ao mesmo tempo em que foi responsável por decisões que afetaram o destino da entidade⁸⁴. O ministro é sócio-fundador do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) — atualmente sob direção do seu filho, Francisco Mendes — que em 2023 firmou contrato com a CBF para assumir a gestão de sua escola de formação⁸⁵. Segundo apurou a revista, além da relação de prestação de serviços, o instituto também teria indicado ao menos seis pessoas para cargos na CBF⁸⁶.

Ocorre que o ministro Gilmar Mendes é relator de processos envolvendo as disputas pela presidência da CBF. Em 2024, a Justiça do Rio de Janeiro havia afastado da entidade o então dirigente Ednaldo Rodrigues em razão de irregularidades no processo de eleição. Quando o caso chegou ao Supremo, Mendes foi sorteado como relator e, em liminar monocrática, anulou o afastamento. Com isso, Ednaldo foi reconduzido ao cargo até que o mérito da disputa fosse definitivamente julgado pelo STF. Em

fevereiro de 2025, a Corte homologou um acordo entre a CBF e as partes interessadas. No entanto, em maio de 2025, vieram à tona denúncias de fraude na assinatura do acordo, o que fragilizou a posição do então presidente da confederação. Mendes, então, determinou que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro apurasse a suspeita — o que abriu caminho para a queda definitiva de Rodrigues⁸⁷.

Em agosto de 2025, um pedido de investigação criminal contra o ministro, alegando prevaricação e advocacia administrativa por decisões favorecendo a CBF, foi arquivado pela PGR. Segundo o vice-procurador-geral Hindenburgo Chateaubriand, o vínculo entre IDP e CBF, por si só, não comprovaria ação ilícita⁸⁸.

Em outro caso de conflito de interesse envolvendo entidades educacionais, o Estadão revelou que o Instituto Iter, fundado pelo ministro André Mendonça, faturou R\$ 4,8 milhões em contratos públicos entre maio de 2024 e outubro de 2025. Esse acúmulo de contratos públicos para uma instituição privada diretamente ligada a um ministro do STF — apesar de não constar como administrador, Mendonça segue como professor do instituto e figura proeminentemente em suas peças publicitárias — suscita dúvidas quanto à compatibilida-



CRÉDITO: RAFAEL RIBEIRO/CBF/DIVULGAÇÃO



O então presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, foi afastado do cargo pelo TJ-RJ e posteriormente reconduzido ao cargo pelo ministro Gilmar Mendes. A entidade mantém contrato com o IDP, instituto que o ministro é sócio-fundador.

de dessa atividade com o cargo, já que a Lei Orgânica da Magistratura Nacional restringe a participação de magistrados em atividades empresariais⁸⁹.

O caso mais emblemático de possível conflito de interesse ocorreu em novembro de 2025, quando o Tribunal Superior Eleitoral, onde o ministro Mendonça também atua, julgou a cassação do mandato do governador de Roraima, Antônio Denarium. Apenas seis meses antes, o governo de Roraima havia contratado o Instituto Iter, sem licitação, por R\$ 273 mil para cursos de capacitação⁹⁰. No mesmo dia em que a relatora votou pela cassação, Mendonça pediu vista do processo, suspendendo o julgamento⁹¹.

O ministro Luís Roberto Barroso, que presidiu a Corte até setembro de 2025, também

rebateu questionamentos sobre a participação de ministros em eventos organizados e patrocinados por empresas com causas na Corte⁹². Segundo ele, o papel do STF — e de seu presidente — é manter um diálogo amplo com todos os setores da sociedade brasileira⁹³. Sob essa perspectiva, defende que seja sua responsabilidade falar com empresários e advogados de elite, assim como com sindicalistas e povos indígenas⁹⁴. Essa lógica, contudo, minimiza a influência do setor privado sobre a Corte e os riscos de agravamento das desigualdades estruturais no acesso à justiça. De fato, Barroso nutriu proximidade com o empresariado. Em maio, por exemplo, ele participou de pelo menos seis eventos organizados ou patrocinados por empresas ou entidades que têm ações em tramitação no STF⁹⁵. Um dos eventos teve como patrocinadora principal a Refit, empresa que teria relação



CRÉDITO: SOPHIA SANTOS/STF



O Fórum Jurídico de Lisboa, conhecido como 'Gilmarpalooza', tem reunido, anualmente, o alto escalão dos três Poderes, políticos, empresários e advogados.

com investigados por esquema do PCC e que possui pelo menos cinco processos em andamento perante a Suprema Corte.

Eventos envolvendo a classe jurídica e empresarial têm suscitado frequentes suspeitas de conflito de interesses. O Fórum Jurídico de Lisboa, evento organizado pelo IDP do ministro Gilmar Mendes e pela Fundação Getulio Vargas, ganhou tanta relevância nos meios público e privado que foi apelidado de "Gilmarpalooza"⁹⁶. Como em anos anteriores, a edição de 2025 reuniu ministros do STF, autoridades do governo federal, deputados, senadores, governadores, empresários, advogados e representantes de setores de peso da economia⁹⁷.

Além dos custos elevados de diárias e passagens, chamou a atenção a participação de dezenas de empresas e entidades privadas como palestrantes ou patrocinadoras, muitas delas com interesses políticos e jurídicos. Assim, o evento se consolidou como espaço para diferentes formas de *lobby*, particularmente o *lobby* judicial⁹⁸.

Outro caso é o do episódio que ficou conhecido como "OABpalooza", evento organizado pela Ordem dos Advogados do Brasil em Madri. Com inscrições custando R\$ 9 mil, o seminário internacional "Infraestrutura, Segurança Jurídica e Jurisdição Constitucional" reuniu ao menos 20 ministros de tribunais superiores — incluindo STF e STJ —, além de autoridades do governo federal e dirigentes de agências reguladoras⁹⁹. O evento reuniu também advogados, executivos de empresas e instituições interessadas em questões regulatórias, criando um espaço privilegiado para o *lobby*.

O CASO MASTER



Daniel Vorkaro,
controlador do
Banco Master



CRÉDITO: BANCO MASTER/DIVULGAÇÃO



Em 2025, o Banco Master esteve no centro do debate público diante de suspeitas de irregularidades sobre seu modelo de captação e gestão financeira. Controlado pelo banqueiro Daniel Vorkaro¹⁰⁰, o banco cresceu rapidamente com a emissão de cerca de R\$ 50 bilhões em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), vendidos com promessa de remuneração acima do mercado, amparados pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), mas lastreados em ativos de baixa liquidez, como precatórios e participações em empresas em dificuldades, o que levantou alertas sobre sua solvência.¹⁰¹

O Banco Central passou a questionar a sustentabilidade do modelo de negócios do Banco Master, pois a combinação entre passivos crescentes, dependência da garantia do FGC e ausência de liquidez efetiva elevou o risco de colapso. Em novembro de 2025, o Banco Central decretou a liquidação ex-

trajudicial da instituição, apontando grave deterioração econômico-financeira e infrações às normas do sistema financeiro, medida que resultou no maior ressarcimento da história do FGC, estimado em R\$ 41 bilhões para cerca de 1,6 milhão de credores. Paralelamente, a Polícia Federal avançou em investigações sobre fraudes financeiras, emissão de títulos sem lastro, transações simuladas e possível desvio de recursos.¹⁰²

Em 18 de novembro, a Polícia Federal prendeu Vorkaro no Aeroporto de Guarulhos, sob a alegação de que ele tentava deixar o país.¹⁰³ A prisão ocorreu um dia após o anúncio de que a Fictor Holding Financeira compraria o banco. Ainda em novembro, por decisão do Tribunal Regional Federal, a prisão preventiva foi revogada e Vorkaro foi colocado em liberdade com tornozeleira eletrônica e medidas cautelares, incluindo apresentação periódica à Justiça, proibição de contato com outros investigados, restri-

O CASO MASTER

ção de deslocamento ao município de residência, retenção de passaporte e suspensão do exercício de atividades financeiras.¹⁰⁴

Atualmente, o caso permanece em apuração, com investigações criminais em curso, ativos bloqueados em larga escala e indícios de conflito de interesse e influência indevida que envolvem o sistema financeiro, órgãos de controle e o próprio STF.

No caso do Banco Master, novamente vieram à tona denúncias e relações que implicam a cúpula do Judiciário. Em dezembro, o ministro Dias Toffoli decidiu que o processo era de competência do STF, retirando-o da Justiça Federal de Brasília. Com isso, ele passa a ser o único responsável por determinar diligências no caso. O ministro ainda impôs sigilo total ao processo, tornando-o praticamente uma "caixa preta"¹⁰⁵. Na sequência da decisão, veio à tona que, dias antes, Toffoli havia viajado de jatinho privado com o advogado de um diretor investigado do Banco Master para assistir à final da Copa Libertadores, em Lima¹⁰⁶.

Além de Toffoli, o ministro Alexandre de Moraes também se viu implicado no caso Master. O escritório de advocacia de sua esposa, Viviane Barci de Moraes, onde também advoga seus filhos, firmou contrato para atuar na defesa dos interesses da instituição, em específico na "organização e a coordenação de cinco núcleos de atuação conjunta e complementar — estraté-

gica, consultiva e contenciosa — perante o Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Judiciária (em outras palavras, a Polícia Federal), órgãos do Executivo (Banco Central, Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Cade) e Legislativo (acompanhamento de projetos de interesse do contratante), prevendo honorários de até R\$ 129 milhões¹⁰⁷. Segundo a imprensa, "Viviane não participou de nenhuma reunião sobre a compra do Master pelo BRB no Cade, que chegou a aprovar o negócio antes da liquidação. O Barci de Moraes também não consta no processo relativo à negociação no órgão, onde quem defende o Master é o Pinheiro Neto"¹⁰⁸. A imprensa também revelou que o ministro Alexandre de Moraes esteve em pelo menos um jantar na mansão de Vorcaro, em Brasília, sem Viviane¹⁰⁹.

Situações como essas, envolvendo relações com empresários em paralelo à atuação nos autos processuais, revelam uma espécie de "lobby judicial" que envolve diretamente ministros das mais altas Cortes do país, principalmente do Supremo. Afetando diretamente a imparcialidade e a credibilidade do Judiciário, esses episódios intensificam críticas à atuação autointeressada de juízes e colocam em xeque a força da institucionalidade. Novamente, a responsabilidade de regulamentar o tratamento de conflitos de interesse — e de dar o exemplo — recai sobre o CNJ e o STF, que poderiam agir principalmente de forma preventiva.

6 IDAS E VINDAS DO COMPARTILHAMENTO DE RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA

Fundamentais para o combate à lavagem de dinheiro e à corrupção, a possibilidade de compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira (RIFs) — documentos que consolidam transações financeiras suspeitas de lavagem de dinheiro e outros ilícitos — foi alvo de decisões judiciais contraditórias, o que afetou a atuação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), responsável por produzir esses documentos, mas também o Ministério Público, a Polícia Federal e outros órgãos de investigação que se baseiam neles em suas operações. O resultado dessa insegurança jurídica pode ser o enfraquecimento dos sistemas antilavagem e a crescente impunidade.

Em fevereiro de 2025, um juiz da 10ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal declarou falso um RIF que havia servido de base para investigações da Operação Zelotes¹¹⁰. Segundo a decisão, o relatório indicava uma transação de R\$ 2,8 milhões que não constava do extrato bancário do réu. Com isso, o magistrado entendeu que

o RIF produzido pelo Coaf era um documento falso¹¹¹. Essa declaração de falsidade abriu margem para que outros réus pedissem a anulação de várias ações penais relacionadas. Em recurso ao TRF-1, o Ministério Público Federal sustentou que a decisão foi exagerada e que o juiz poderia usar seu poder geral de cautela para demandar novos dados sobre as transações e solucionar a questão¹¹². Enquanto se aguarda uma decisão sobre a questão, teme-se uma sequência de anulações na operação Zelotes¹¹³.

Na sequência desse episódio, o tema dos RIFs teve um novo desdobramento, agora relacionado à necessidade ou não de decisão judicial para o compartilhamento desses documentos entre o Coaf e outros órgãos de investigação. A partir de maio, formou-se um grave impasse judicial em relação ao compartilhamento dos relatórios entre órgãos no âmbito de investigações e processos criminais. Em função de decisões contraditórias neste tema, a PGR pediu para que o Supremo Tribunal Federal

confirmasse a legalidade do compartilhamento direto de RIFs entre Coaf, polícias e Ministério Público, sem necessidade de autorização judicial, bastando a existência de um procedimento investigativo formal, como notícia-crime ou notícia de fato¹¹⁴. Isso porque, apesar de a decisão do STF de 2019 que considerava constitucional esta prática¹¹⁵, decisões em sentido contrário vinham sendo tomadas por outras cortes.

Por exemplo, a Terceira Seção do STJ decidiu, por maioria, que a polícia e o Ministério Público não podem solicitar diretamente relatórios ao Coaf — o chamado “RIF de intercâmbio” — sem prévia autorização judicial, sob o argumento de que a requisição ativa configuraria a quebra de sigilo bancário¹¹⁶. Esse entendimento, além de gerar uma crise jurisprudencial que opõe as duas Cortes mais importantes do país, abre caminho para a anulação de provas em processos criminais e ameaça investigações em andamento.

Em junho¹¹⁷, o STF reconheceu a repercussão geral da matéria, deixando a decisão para o Pleno. Em agosto, atendendo a novo pedido do procurador-geral da República, Paulo Gonet, o ministro Alexandre de Moraes suspendeu todos os processos em que decisões recentes haviam anulado provas obtidas com RIFs compartilhados sem decisão judicial prévia. Segundo o argumento da PGR, a divergência do STJ é um “desvio interpretativo” que produziu uma profusão de decisões judiciais equivocadas¹¹⁸.

Instado novamente pela PGR e pelo Ministério Público de São Paulo, Moraes esclari-

receu que sua decisão de suspensão não se aplica aos casos em que a requisição e utilização dos dados estiveram em conformidade com o entendimento vigente da Primeira Turma da Corte. Com isso, evitou que a repercussão geral produzisse um congelamento de investigações em andamento sobre facções criminosas e lavagem de dinheiro¹¹⁹.

No mesmo dia 25 de agosto, em outra ação tratando do tema, o ministro Gilmar Mendes decidiu em sentido oposto ao de Moraes, corroborando o entendimento do STJ¹²⁰. No caso, Mendes seguiu a interpretação da Segunda Turma do Supremo, para a qual a requisição direta de RIFs sem decisão judicial não é compatível com a Constituição¹²¹.

Na sequência, nova decisão gerou incertezas sobre o compartilhamento de RIFs. Em outubro, o Tribunal de Justiça do Piauí optou por seguir a interpretação do STJ, levando o Ministério Público a ajuizar reclamação constitucional diretamente no Supremo. O processo foi distribuído ao ministro Gilmar Mendes, que decidiu que o acórdão não contrariava o entendimento do STF¹²². Assim, por decisão monocrática, novamente contrariou seu colega de Corte e manteve a validade do julgamento do TJPI.

Por ora, segue o impasse: de um lado, o STJ e a Segunda Turma do Supremo; do outro, a interpretação da Primeira Turma. Até a decisão do Pleno, esse cenário fragiliza esforços de combate à lavagem de dinheiro, à corrupção e ao crime organizado violento no país.

7 MPF – AÇÕES CONTRA DESVIOS EM EMENDAS PARLAMENTARES, CRIME ORGANIZADO E GARIMPO ILEGAL



CRÉDITO: REPRODUÇÃO



Em uma das ações contra o crime organizado, o MPF denunciou Willian Agati, apontado como "conciERGE do crime" e elo entre a cúpula do PCC e a máfia italiana.

Em 2025, o MPF abriu inquéritos contra ao menos 50 prefeituras de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba, Bahia, Mato Grosso, Maranhão e Alagoas, envolvendo suspeitas de desvio de finalidade, ausência de plano de trabalho, pagamentos sem comprovação e direcionamento político de recursos de emendas parlamentares — sobretudo das emendas pix¹²³. Um caso emblemático envolveu uma emenda de R\$ 1,3 milhão enviada por um deputado a uma vereadora no Rio Grande do Sul que era sua noiva¹²⁴.

Além desse caso, o MPF apura o possível desvio de recursos de emendas em diversos outros episódios. Em São Paulo, há indícios

de que uma emenda de R\$ 2 milhões usada em uma obra no município de Elias Fausto tenha sido malversada; na cidade de Ribeirão Corrente, o MPF investiga uma emenda de R\$ 200 mil que deveria ser destinada à compra de equipamentos para a Casa da Mulher Paulista, mas foi empregada na aquisição de itens esportivo¹²⁵ e construção de um centro recreativo. A PGR também denunciou três deputados do PL pela comercialização de emendas parlamentares, negociando com possíveis destinatários os valores e as contrapartidas esperadas.¹²⁶ Por fim, o MPF ainda apurou esquemas de propina em obras custeadas por emendas em Patos (PB), cidade de Hugo Motta¹²⁷.

Outro eixo central foi a fiscalização dos recursos federais na educação, especialmente do Fundeb e do antigo Fundef. O MPF investigou desvio e má gestão de verbas educacionais em Alagoas, Bahia, Mato Grosso, Maranhão e Piauí, com apurações sobre remessas irregulares, contratos suspeitos, ausência de prestação de contas e favorecimento de empresas¹²⁸. No caso de Alagoas, o governo deixou de divulgar o destino de mais de R\$ 300 milhões em recursos do Fundeb, em descumprimento de acordo firmado com o MPF¹²⁹. Já na Bahia, o MPF suspeita do desvio de R\$ 10 milhões do Fundef no município de Biritinga¹³⁰ e de um possível superfaturamento de projetores multimídia em Salvador¹³¹. No Maranhão, procuradores abriram investigação contra o prefeito de Timon pelo superfaturamento de kits escolares, e obtiveram a condenação de um ex-prefeito de Pedro do Rosário por desvio de recursos do transporte escolar¹³². Também foi aberto inquérito específico sobre verbas destinadas a creches em Recife, investigando o uso de recursos do Programa Proinfância¹³³. Nesse sentido, o MPF ampliou a atuação conjunta com o Tribunal de Contas da União para reforçar a transparência na gestão nacional de recursos da educação¹³⁴.

O MPF também avançou em outras investigações de ilícitos administrativos e penais praticados por agentes políticos. Abriu inquérito contra o presidente do PT em Alagoas por improbidade e nepotismo no diretório estadual¹³⁵ e iniciou uma apuração sobre o sumiço de R\$ 2 milhões em ver-

bas da saúde na prefeitura de Carmópolis de Minas (MG)¹³⁶.

Em um caso de maior visibilidade, o MPF iniciou investigação de um possível esquema de “rachadinha” no gabinete do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, apontando que sua chefe de gabinete detinha amplos poderes para movimentar recursos salariais de servidores¹³⁷. Em outro caso polêmico, abriu inquérito para investigar a falta de transparência em atos da Presidência da República, especialmente gastos envolvendo a primeira-dama Janja Lula da Silva e outros familiares do presidente, bem como despesas de alimentação e de transporte¹³⁸.

No campo dos crimes financeiros e da corrupção envolvendo agências e empresas federais, o MPF denunciou 13 ex-executivos da Americanas por fraudes contábeis bilionárias, após investigação da Polícia Federal¹³⁹. Também obteve a condenação de um empresário e de um ex-diretor da Petrobras por corrupção e lavagem de dinheiro¹⁴⁰. O MPF também denunciou uma organização acusada de fraudar em cerca de R\$ 145 milhões leilões da Aneel, com manipulação de preços e conluio empresarial¹⁴¹. Por fim, o MPF abriu investigação sobre a tentativa de compra do Banco Master pelo BRB, diante da possibilidade de crimes contra o sistema financeiro¹⁴².

A atuação contra o crime organizado ganhou destaque com a denúncia de Willian Aguti, chamado de “*conciERGE* do crime”.¹⁴³

Acusado de atuar como elo entre a cúpula do PCC e a máfia italiana, ele teria o papel de facilitar operações financeiras e logísticas, inclusive alugando aviões, carros e artigos de luxo para membros da facção. O MPF apontou o uso de estruturas empresariais e aparentemente legais para lavagem de dinheiro e expansão transnacional do crime organizado, numa rede criminosa de alta sofisticação que envolvia países como Moçambique, Bélgica e Espanha. Em outra ação referente ao PCC, o MPF indicou que Curitiba teria se tornado um núcleo de lavagem de dinheiro, com uso de empresas de fachada na produção, adulteração e venda de combustíveis¹⁴⁴.

Na área ambiental, o MPF intensificou ações contra o garimpo ilegal na Amazônia, recomendando ao Ibama o registro detalhado de infrações em operações no Amazonas, Rondônia e Roraima, de modo a facilitar a apuração de possíveis crimes¹⁴⁵. Em Alagoas, o MPF denunciou a Braskem e 15 pessoas por crimes ligados à mineração de sal-gema em Maceió, que gerou o afundamento de bairros e o deslocamento forçado de moradores da cidade¹⁴⁶. No Piauí, o MPF ajuizou ação civil pública contra uma empresa que teria expandido sua propriedade e passado a controlar 82% de uma área ambientalmente protegida, em um caso claro de grilagem de terras¹⁴⁷. Ainda ampliou investigações sobre os impactos da exploração de petróleo na foz do Amazonas, indicando possíveis efeitos negativos sobre a pesca em área mais extensa do que a inicialmente

considerada. Esse desdobramento ocorre no âmbito de um inquérito civil que investiga a violação de direitos de povos indígenas em Oiapoque (AP).

No campo da prevenção, o Conselho Nacional do Ministério Público publicou diretrizes para orientar a atuação do Ministério Público na defesa da probidade administrativa e na implantação de programas de integridade. Já na relação com outras instituições para punir e corrigir outros ilícitos, o MPF firmou parcerias e protocolos com o Cade, a CGU e a AGU para coordenar a celebração de acordos de leniência. Com o Cade, busca intensificar o combate a cartéis, com trocas de informação e aprimoramento de técnicas investigativas¹⁴⁸. Por sua vez, na relação com a CGU e a AGU, a iniciativa ocorre no contexto de fragilização judicial de acordos da Lava Jato e busca por novos estímulos à celebração de acordos de leniência¹⁴⁹. Os três órgãos firmaram um protocolo de atuação coordenada para a negociação, assinatura e execução de acordos, buscando encerrar disputas institucionais que marcaram os últimos anos. O protocolo estabelece que os três órgãos devem atuar de forma articulada desde o início das negociações, com compartilhamento de informações, definição conjunta de parâmetros e tentativa de convergência, evitando tratativas paralelas. Define, ainda, regras comuns para cálculo de valores, reparação de danos e cumprimento de obrigações, evitando sobreposição de sanções e multas.

8 TRANSIÇÕES E RENOVAÇÕES NO JUDICIÁRIO

O ano de 2025 foi marcado por importantes mudanças na ocupação de cargos-chave no Judiciário, indicando os rumos dos tribunais superiores no futuro próximo.

Em março, no Superior Tribunal Militar (STM), a ministra Maria Elizabeth Rocha tomou posse como presidente, tornando-se a primeira mulher a liderar o tribunal em 217 anos¹⁵⁰. Ocupante de um dos cinco cargos destinados a civis na corte, Rocha fez história também ao se posicionar de maneira crítica em relação à ditadura militar. Em cerimônia alusiva aos 50 anos da morte de Vladimir Herzog, realizada em outubro, a presidente do TSE fez um pedido de desculpas público, direcionado às vítimas, aos seus familiares e à sociedade brasileira¹⁵¹. A fala, um importante gesto de reparação simbólica, gerou reação do ministro Carlos Augusto Amaral, seu colega de Corte, que sugeriu que ela “estude mais a história do país”¹⁵². Em resposta, Rocha qualificou o ataque como pessoal, misógino e paternalista, capaz de afetar “a magistratura feminina como um todo, a quem devo respeito e proteção”¹⁵³. Segundo ela, o pedido de desculpas público tinha um tom institucional, sem intenção de representar a opinião individual de outros ministros¹⁵⁴.

Em agosto, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, foi indicado à recondução

pelo presidente Lula¹⁵⁵. A indicação, realizada uma semana antes do julgamento da tentativa de golpe de Estado, alegadamente buscava evitar percepções de favorecimento por seu desempenho no processo que levaria à prisão de Jair Bolsonaro e seus aliados mais próximos. Na prática, contudo, a antecipação do ato inviabilizou a eleição de uma lista tríplice pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), processo que se mostrou fundamental para o fortalecimento institucional do Ministério Público a partir de 2003, no primeiro governo Lula.¹⁵⁶ Gonet foi confirmado pelo Senado em novembro, com a menor margem e a menor quantidade de votos favoráveis desde a redemocratização.

Já no Supremo Tribunal Federal, outras mudanças prometem impactar a atuação da Corte. Em setembro, o ministro Luiz Edson Fachin assumiu a Presidência do tribunal, tendo como vice o ministro Alexandre de Moraes¹⁵⁷. De perfil mais discreto, Fachin ficará à frente do STF e do CNJ até 2028. Em um de seus primeiros atos, o presidente criou o Observatório Nacional da Integridade e Transparência do Poder Judiciário. Entre seus objetivos, o conselho tem atribuição de monitorar e avaliar a integridade, transparência e governança do Judiciário; combater riscos de corrupção, conflito de interesse e captura institucio-



CRÉDITO: ROSINEI COUTINHO/STF



nal; auxiliar a formulação de políticas com base em evidências; fomentar transparência ativa, acesso à informação e participação social por meio de dados e painéis de monitoramento; e estimular uma cultura de integridade no Judiciário¹⁵⁸. Em dezembro, como desdobramento das denúncias implicando Toffoli e Moraes no caso do Banco Master, Fachin manifestou sua intenção de criar um código de conduta para membros de tribunais superiores, inspirado nos modelos da Alemanha, do Reino Unido e dos Estados Unidos¹⁵⁹. Caso venha a se concretizar, essa medida representará um importante avanço no fortalecimento da integridade e da ética no Judiciário, essencial para ampliar o respaldo público e a legitimidade social das cortes.

Já na composição interna do STF, o ministro Luís Roberto Barroso anunciou, em outubro, sua aposentadoria antecipada da Corte¹⁶⁰. A decisão, cerca de oito anos antes da compulsória, permitiu ao presidente Lula indicar mais um ministro para o

Da esquerda para a direita: ministra Maria Elizabeth Rocha, presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministra Cármen Lúcia, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Herman Benjamin, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e ministro Vieira de Mello Filho, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Supremo, o terceiro do atual mandato. Após algumas semanas de especulação, o escolhido foi Jorge Messias, advogado-geral da União¹⁶¹. Apesar da forte pressão da sociedade civil pela nomeação de uma mulher, especialmente uma mulher negra, Lula confirmou sua preferência por ministros próximos, capazes de oferecer lealdade pessoal ao presidente — como Zanin, Dino e, no segundo mandato, Toffoli¹⁶². Além de ser mais um homem branco a compor a Corte, a escolha de juízes com base no compadrio enfraquece a autonomia do Judiciário.

9 DESIGUALDADES E BAIXA REPRESENTATIVIDADE NO JUDICIÁRIO

Na esteira da indicação de mais um homem ao Supremo, novamente se discutiu a urgência de maior representatividade nos tribunais brasileiros.

Com a aposentadoria de Barroso, o Movimento Mulheres Negras Decidem enviou ao presidente Lula uma lista com nove mulheres negras para a vaga aberta, entre as quais figuram a juíza Adriana Cruz, ex-secretária-geral do CNJ; a ministra Edilene Lobo, do TSE; Vera Lúcia Santana Araújo, ministra-substituta do TSE; e Sheila de Carvalho, secretária nacional de Acesso à Justiça.¹⁶³ Somente quatro tribunais haviam atingido, em 2025, a meta de paridade de gênero estabelecida pelo CNJ: Paraná, Bahia, Ceará e Sergipe, que têm entre 42 e 50% de mulheres em sua composição. A maioria, contudo, fica abaixo da meta, devendo seguir a exigência do CNJ de adotar listas alternadas, mistas e exclusivamente femininas, para promoção à segunda instância¹⁶⁴. Essa medida, embora insuficiente do ponto de vista da exclusão estrutural, contribui para reduzir a distância no acesso a espaços de poder e tomada de decisão. A resistência das cortes estaduais, nesse caso dos TREs, em promover maior igualdade de gênero também foi apontada pela pre-

sidente do Tribunal Superior Eleitoral, a ministra Cármen Lúcia.¹⁶⁵

No recorte racial, o Judiciário ainda é composto por uma maioria branca, com negros e negras correspondendo a apenas 13,2% da magistratura¹⁶⁶. Em função desse cenário, o CNJ tem adotado medidas para fomentar a diversidade racial e combater o racismo no âmbito da justiça. Em março, o conselho instituiu bolsas para pessoas negras aprovadas no Exame Nacional da Magistratura, buscando fomentar sua entrada na carreira. Em novembro, foi ampliada a reserva de vagas em concursos para o Judiciário, de 20% para 30%, destinada a pessoas pretas, pardas, quilombolas e indígenas¹⁶⁷.

Além de ações de ampliação do acesso em outros níveis do Judiciário, tribunais superiores poderiam ser uma forma de abrir caminhos de cima para baixo, dada a natureza de sua formação. Desde a redemocratização, no entanto, o padrão de indicações ao STF tem privilegiado uma elite masculina branca¹⁶⁸. Em geral, os ministros são também homens que passaram por outros tribunais ou associações de classe e, muitas vezes, ocuparam cargos de indicação política antes de chegarem ao Supremo¹⁶⁹.



CRÉDITO: ANTONIO AUGUSTO/STF

10 CORRUPÇÃO E DESVIOS NO JUDICIÁRIO: ESQUEMAS DE VENDA DE SENTENÇAS

Em 2025, novamente foram revelados esquemas de venda de sentenças, agora em tribunais de diferentes estados e no próprio Superior Tribunal de Justiça. Segundo levantamento do jornal Folha de São Paulo, investigações e processos judiciais sobre o tema já atingem 14 tribunais brasileiros, com magistrados aposentados, afastados e ainda na ativa¹⁷⁰.

Em maio de 2025, a PF concluiu inquérito envolvendo sete desembargadores do Tribunal de Justiça e um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul pela venda de decisões judiciais. Segundo a investigação, as autoridades teriam usado escritórios de advocacia de seus filhos para mascarar o recebimento de propinas¹⁷¹. Em junho, a PGR denunciou o desembargador Ivo de Almeida, do Tribunal de Justiça de São Paulo, por suspeita de também vender decisões. Segundo a procuradoria, o esquema, que também incluía seu filho, passava por uma estratégia para burlar o sistema de distribuição de processos, fazendo com que o magistrado recebesse processos previamente sinalizados por agentes intermediários¹⁷².

Em outubro, uma operação da PF atingiu o desembargador José James Gomes Pereira, do Tribunal de Justiça do Piauí, e outros suspeitos de atuarem em um esquema de venda de decisões¹⁷³. As investigações indi-

cam conexão com outro caso investigado pela Polícia Civil do Piauí, em que advogados são suspeitos de falsificar documentos para coagir magistrados e emitir decisões favoráveis a clientes em processos agrários¹⁷⁴. Ainda de acordo com o inquérito, a filha do magistrado também estava envolvida, determinando aos servidores do gabinete o destino de cada processo conforme os interesses dos corruptores¹⁷⁵. Um dos empresários investigados, João Antônio Franciosi, também responde a processo no âmbito da Operação Faroeste, que apura venda de decisões em esquemas de grilagem de terras no Judiciário da Bahia¹⁷⁶. Diante disso, a PF pediu a prisão do desembargador, que foi negada pelo ministro Sebastião Reis Júnior, do STJ. Ele determinou apenas o afastamento de Pereira do tribunal, pelo prazo de um ano¹⁷⁷.

Foi no próprio STJ que teve origem um dos casos mais graves de venda de decisões. Para a PF, o que parecia um compartilhamento ocasional de minutas de decisões entre advogados, lobistas, financiadores, empresários e servidores revelou-se um esquema bem mais complexo¹⁷⁸. Até o momento, consta nos autos ao menos um ministro do tribunal, Paulo Moura Ribeiro. No entanto, membros de outros três gabinetes estão sob investigação. O caso tramita em sigilo no STF, uma vez que ministros do STJ têm foro por prerrogativa de função.

11

O VAIVÉM DA BLINDAGEM: O IMPEACHMENT DE MINISTROS DO SUPREMO

Nas últimas semanas de 2025, uma decisão repentina trouxe novamente à tona a discussão sobre os limites do poder do STF. De forma monocrática, o ministro Gilmar Mendes decidiu que a Lei de *Impeachment* de 1950 não seria compatível com a Constituição de 1988, o que exigiria a reinterpretação de seus dispositivos. Sob essa ótica, Mendes entendeu que somente o procurador-geral da República — e não qualquer cidadão, como define a lei — poderia apresentar pedido de *impeachment* contra um ministro do STF para apreciação do Senado. Além disso, alterou a interpretação da lei para considerar necessária maioria qualificada de dois terços dos votos para admissibilidade e recebimento da denúncia pelo Senado¹⁷⁹. Não obstante a necessidade de revisão de uma legislação antiga e potencialmente inadequada ao contexto atual de reais ameaças autoritárias e uso político do mecanismo de *impeachment*, a decisão proferida em liminar monocrática e sem audiência pública para modificar dispositivo central do controle externo do STF, foi amplamente criticada como tentativa de blindagem.

As ADPFs que deram origem à decisão foram ajuizadas pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e pelo partido Solidariedade¹⁸⁰. A decisão foi recebida com críticas diversas na imprensa e no meio político. O procurador-geral, Paulo Gonet, concordou com a interpretação¹⁸¹.¹⁸² Como consequência da decisão, voltou a tramitar no Congresso um projeto de lei que dificulta a abertura de processos de impeachment contra ministros do Supremo, de autoria do senador Rodrigo Pacheco¹⁸³.

Dias após a liminar controversa, Gilmar Mendes proferiu nova decisão monocrática, em que retirou o processo de pauta e suspendeu o trecho que restringia a iniciativa de *impeachment* à PGR¹⁸⁴. Com isso, espera-se que o tema seja levado à pauta da Corte no início de 2026.

ADVOCACIA, CRIME ORGANIZADO E LAVAGEM DE DINHEIRO



Em 2025, relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a implementação da Convenção da ONU contra a Corrupção (UNCAC) avaliou a conformidade do Brasil, destacando a lacuna regulatória na prevenção à lavagem de dinheiro na advocacia e a resistência da OAB à imposição de deveres formais de prevenção, monitoramento e comunicação de operações suspeitas.¹⁸⁵ O relatório reforçou críticas já formuladas por instâncias internacionais, em especial o Grupo de Ação Financeira (GAFI), que desde 2023 aponta a advocacia como uma das poucas atividades relevantes no Brasil não sujeitas a obrigações antilavagem formais.¹⁸⁶

No último ano, multiplicaram-se casos em que advogados foram investigados como vetores de intermediação, blindagem e operacionalização financeira de esquemas ligados ao crime organizado. Em fevereiro, a Operação Columba apurou que um advogado atuava em favor de organização criminosa, usando visitas jurídicas para intermediar ordens e lavar recursos, com indícios de movimentação superior a R\$ 3 milhões.¹⁸⁷ Em março, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso manteve a prisão preventiva de um advogado investigado por integrar o nú-

cleo jurídico do Comando Vermelho, destacando transações vultosas e aquisição de imóveis incompatíveis com a renda, no âmbito da Operação Apito Final.¹⁸⁸ Já no Mato Grosso do Sul, a Operação Chiusura incluiu uma advogada suspeita de atuar em favor de organização criminosa, apontando o uso de estruturas profissionais e familiares para a lavagem de dinheiro do tráfico.¹⁸⁹

Em maio, no Espírito Santo, a Polícia Federal prendeu um advogado acusado de integrar organização criminosa, atuando na intermediação de ordens e no suporte à lavagem de dinheiro do grupo.¹⁹⁰ No mesmo estado, a Polícia Civil revelou esquema de lavagem de recursos do tráfico, no qual um advogado foi apontado como responsável pela aquisição e circulação de imóveis e veículos de luxo.¹⁹¹ Em junho, no Rio de Janeiro, a Polícia Federal e a Polícia Civil deflagraram a Operação Carcará Conselour e indicaram um advogado como operador financeiro de organização criminosa especializada em moeda falsa, com indícios de ocultação e dissimulação de recursos ilícitos.¹⁹²

Em julho, no Mato Grosso, a Polícia Civil deflagrou a terceira fase da Operação Unfollow e apontou uma advogada como integrante de organização criminosa, responsável pela constituição de empresa de

fachada usada para lavagem de dinheiro do tráfico e da extorsão, em esquema comandado a partir do sistema prisional.¹⁹³ Já na Bahia, o Ministério Público indicou uma advogada como operadora financeira de grupo ligado ao Comando Vermelho, responsável por estruturar empresas de fachada e repassar recursos ilícitos a familiares de liderança da facção.¹⁹⁴

Em setembro, em São Paulo, investigações da Operação Carbono Oculto apontaram a atuação de advogados na estruturação societária e na representação formal de empresas utilizadas para a lavagem de dinheiro do PCC.¹⁹⁵ Em outubro, no Mato Grosso, a Polícia Civil concluiu a Operação Conductor e indiciou um advogado como líder de organização criminosa ligada ao tráfico de drogas e armas, destacando o uso de empresas para lavagem de dinheiro.¹⁹⁶

Desde 2018, a **Transparência Internacional – Brasil** sustenta que a ausência de regulação antilavagem aplicável à advocacia constitui uma fragilidade estrutural do sistema brasileiro de prevenção à lavagem de dinheiro. Ao contrário da posição historicamente defendida pela OAB, é possível compatibilizar o sigilo profissional com a adoção de mecanismos proporcionais de prevenção antilavagem, sobretudo em operações de maior risco.¹⁹⁷

NOTAS ← PODER JUDICIÁRIO

- 1 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/02/18/denuncia-pgr-bolsonaro-tentativa-golpe-stf.htm>
- 2 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/02/18/pgr-denuncia-ex-presidente-jair-bolsonaro-por-tentativa-de-golpe-de-estado.ghtml>
- 3 <https://valor.globo.com/politica/noticia/2025/02/18/bolsonaro-e-denunciado-pela-pgr-por-tentativa-de-golpe.ghtml>
- 4 <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/02/18/pgr-denuncia-bolsonaro-por-tentativa-de-golpe-de-estado-apos-a-vitoria-de-lula-na-eleicao-de-2022.ghtml>
- 5 <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-condena-os-oito-reus-da-acao-por-golpe-de-estado/>
- 6 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/11/25/stf-da-por-encerrado-processo-do-nucleo-crucial-da-tentativa-de-golpe-de-estado-e-alexandre-de-moraes-determina-execucao-das-condenacoes.ghtml>
- 7 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/condenacao-golpe-historia/>
- 8 <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/atos-antidemocraticos-de-8-1-1-190-pessoas-ja-foram-responsabilizadas/>
- 9 <https://www.gazetadopovo.com.br/república/stf-violacoes-direito-defesa-advocacia-atentado-a-democracia/>
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64464312>
- 10 <https://noticias-stf-wp-prd.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/wpallimport/uploads/2025/09/18163955/PETICAO-10.064.pdf>
- 11 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/09/18/dino-determina-abertura-de-inquerito-para-investigar-conclusoes-da-cpi-da-covid.ghtml>
- 12 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/04/25/ex-presidente-collor-prisao-stf-moraes.htm?cmpid=copiaecola>
- 13 <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2025/04/7125899-corrupcao-e-lavagem-de-dinheiro-entenda-processo-que-levou-a-prisao-de-collor-determinada-pelo-stf.html>
- 14 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/apos-decisao-de-moraes-collor-deixa-presidio-para-cumprir-pena-domiciliar/>
- 15 https://www.estadao.com.br/politica/quem-sao-politicos-usam-tornozelira-eletronica-atualmente-veja-lista-nprp/?srsltid=AfmBOoqwL0NxlHNoD-Efg947MD3p8avvcKGQc-IK_-cSuUAjXMTngFB
- 16 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/03/vista-para-o-mar-piscina-4-suites-e-quarto-de-empregada-saiba-como-e-a-cobertura-de-r-9-milhoes-onde-collor-cumpre-prisao-domiciliar.ghtml>
- 17 <https://valor.globo.com/politica/noticia/2025/01/12/dino-d-prazo-para-que-mec-cgu-e-agu-publiquem-normas-sobre-transparncia-das-emendas.ghtml>
- 18 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/dino-determina-que-cgu-audite-r-469-milhoes-em-emendas-sem-destino/>
- 19 <https://www.camara.leg.br/noticias/1136904-dino-homologa-plano-de-trabalho-do-congresso-e-do-governo-que-preve-mais-transparencia-nas-emendas-parlamentares/> <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/02/26/dino-homologa-plano-do-legislativo-e-executivo-para-liberar-emendas-parlamentares>
- 20 <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/03/7087579-dino-manda-congresso-e-agu-explica-rem-sobre-resolucao-que-oculta-autor-de-emenda.html>
- 21 <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/04/08/pgr-denuncia-ministro-juscelino-filho-por-suspeita-de-desvios-em-emendas-quando-era-deputado.ghtml>
- 22 <https://www.poder360.com.br/poder-justica/dino-determina-que-pf-investigue-r-694-milhoes-em-emendas-pix/>
- 23 <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/politica/dino-endurece-regras-e-determina-investigacoes-sobre-emendas-parlamentares>

- 24 <https://transparenciainternacional.org.br/posts/stf-atende-a-pedido-de-organizacoes-e-decide-que-emendas-parlamentares-de-estados-e-de-municipios-terao-que-se-adequar-a-normas-de-transparencia/>
- 25 <https://transparenciainternacional.org.br/publicacoes/raio-x-das-emendas-ao-orcamento/>
- 26 <https://transparenciainternacional.org.br/posts/indice-de-transparencia-e-governanca-publica-2025-revela-avancos-e-falhas-dos-governos-estaduais/>
- 27 <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/dino-diz-que-tcu-viu-melhora-no-controle-de-emendas-parlamentares-em-2025/>
- 28 <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/dino-diz-que-tcu-viu-melhora-no-controle-de-emendas-parlamentares-em-2025/>
- 29 <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/avanco-de-dino-sobre-emendas-parlamentares-tira-o-sono-de-gente-grauda/>
- 30 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/dino-barra-trecho-emenda/>
- 31 <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2025/02/13/dino-intima-congresso-e-governo-sobre-emendas.ghtml>
- 32 <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/08/15/comissao-do-congresso-retalia-stf-e-rejeita-mp-com-verba-ao-judiciario-apos-decisao-de-dino.htm>
- 33 <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2025/12/10/dino-stf-emendas-engavetadas.ghtml>
- 34 <https://www.estadao.com.br/politica/dino-sinaliza-julgamento-da-validade-das-emendas-obrigatorias-no-stf-e-acirra-tensao-com-o-congresso/>
- 35 <https://transparenciainternacional.org.br/retrospectiva/>
- 36 <https://www.infomoney.com.br/politica/dias-toffoli-encerra-investigacao-da-lava-jato-contrapaulinho-da-forca/>
- 37 <https://platobr.com.br/toffoli-zera-placar-e-da-sobrevida-a-paulinho-da-forca-no-caso-odebrecht>
- 38 <https://www.em.com.br/politica/platobr/2025/04/7119152-toffoli-livra-ex-governador-do-rj-de-provas-da-odebrecht-em-acao-por-corrupcao.html>
- 39 <https://platobr.com.br/dias-toffoli-anula-todos-os-atos-da-lava-jato-contrantonio-palocci>
- 40 <https://obastidor.com.br/justica/a-turma-do-leo-pinheiro-8374/>
- 41 <https://www.em.com.br/politica/platobr/2025/04/7112046-toffoli-volta-atras-e-anula-todos-os-atos-da-lava-jato-contralex-advogado-de-gleisi.html>
- 42 <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/dias-toffoli-anula-decisoes-da-lava-jato-contralex-ministro-paulo-bernardo/>
- <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/08/31/segunda-turma-do-stf-confirma-decisao-de-toffoli-que-anulou-atos-da-lava-jato-contralex-ministro-paulo-bernardo.ghtml>
- 43 <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/a-nova-chance-de-alberto-youssef/>
- 44 <https://www.cartacapital.com.br/justica/toffoli-acolhe-pedido-de-jaques-wagner-e-suspende-acao-baseada-em-acordo-da-odebrecht/>
- 45 <https://www.em.com.br/politica/platobr/2025/02/7064705-delator-da-odebrecht-vai-a-toffoli-para-se-livrar-de-processo.html>
- 46 <https://platobr.com.br/volta-a-pauta-do-stf-pedido-de-renato-duque-ex-petrobras-para-anular-lava-jato>
- 47 <https://www.cartacapital.com.br/justica/lava-jato-gilmar-suspende-julgamento-que-pode-soltar-renato-duque/>
- 48 <https://www.revistaoeste.com/politica/anulacao-de-provas-de-toffoli-beneficiou-28-estrangeiros-ligados-a-odebrecht/>
- 49 <https://platobr.com.br/dias-toffoli-anula-provas-da-odebrecht-contrapempresa-do-equador>

- 50 <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/05/16/brasil-suspende-acordos-de-cooperacao-juridica-com-o-peru-em-processos-da-lava-jato-ligados-a-odebrecht.ghhtml>
- 51 <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/04/18/nadine-heredia-pelo-que-ex-primeira-dama-do-peru-foi-condenada-quais-as-provas-e-qual-a-alegacao-da-defesa.ghhtml>
- 52 <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/11/10/toffoli-anula-provas-da-odebrecht-contr-a-ex-primeira-dama-do-peru-e-impede-cooperacao-no-brasil.ghhtml>
- 53 <https://www.em.com.br/politica/platobr/2025/04/7124753-odebrecht-luta-no-stf-para-manter-em-sigilo-delacoes-sobre-crimes-em-outros-paises.html>
- 54 <https://platobr.com.br/gilmar-defende-manter-em-sigilo-delacoes-da-odebrecht-sobre-crimes-no-exterior>
- 55 <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/05/16/brasil-suspende-acordos-de-cooperacao-juridica-com-o-peru-em-processos-da-lava-jato-ligados-a-odebrecht.ghhtml>
- 56 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/04/23/julgamento-stf-delacoes-odebrecht.htm?cmpid=copiaecola>
- 57 <https://platobr.com.br/gilmar-defende-suspender-perda-antecipada-de-fortuna-que-marqueteiro-tinha-na-suica>
- 58 <https://www.gazetadopovo.com.br/república/governo-lula-abre-mao-de-r-57-bi-em-acordos-de-leniencia-com-empregadoras-da-lava-jato/>
- 59 <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2025/12/03/policia-federal-operacao-vara-curitiba.ghhtml>
- 60 <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2025/12/04/caixa-amarela-13a-vara-de-curitiba.ghhtml>
- 61 <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/brasil-hoje/2025/12/moraes-da-24-horas-para-vara-da-lava-jato-explicar-acordo-com-mo-naco.shtml>
- 62 <https://www.migalhas.com.br/quentes/437065/amb-pede-ao-cn-j-identificacao-previa-para-acesso-a-salarios-de-juizes>
- 63 <https://abracj.org.br/noticias/abracj-leva-ao-stf-acao-contr-a-restricao-ao-acesso-a-informacoes-salarias-do-ministerio-publico>
- 64 <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/juiza-condena-jornalista-por-revelar-salario-publico-de-desembargadora/>
- 65 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/11/decisao-sob-barroso-provoca-efeito-cascata-e-juizes-conseguem-novo-beneficio.shtml>
- 66 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/02/somos-tratados-com-furiosa-obsessao-negativa-diz-barroso-sobre-criticas-ao-judiciario.shtml>
- 67 <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/03/21/corregedoria-do-cn-j-cria-teto-de-r-463-mil-para-pen-duricalhos-de-juizes.htm>
- 68 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/07/apoio-lei-contr-a-supersalarios-e-falei-com-alcolumbre-mas-ha-extras-justificaveis-diz-barroso.shtml>
- 69 <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2025/07/01/supersalarios-no-judiciario-crescem-493-em-2024-mostra-estudo.htm>
- 70 <https://cbn.globo.com/google/amp/politica/noticia/2025/07/01/levantamento-de-ong-aponta-que-remuneracao-de-juizes-passa-de-r-65-mil-e-cresceu-quase-50percent-em-2024.ghhtml>
- 71 <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2025/12/22/juizes-de-rondonia-receberam-em-um-mes-o-equivalente-a-quase-100-anos-de-salario-minimo.ghhtml>
- 72 <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/01/30/juizes-federais-acionam-cn-j-por-pen-duricalhos-pagos-a-magistrados-estaduais-e-membros-do-mp.htm>
- 73 <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/03/21/corregedoria-do-cn-j-cria-teto-de-r-463-mil-para-pen-duricalhos-de-juizes.htm>
- 74 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/11/decisao-sob-barroso-provoca-efeito-cascata-e-juizes-conseguem-novo-beneficio.shtml>

- 75 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/05/stf-e-cnj-sob-barroso-ampliam-privilegios-de-magistrados-e-limitam-transparencia.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/02/barroso-diz-que-criticas-a-gastos-do-judiciario-sao-injustas-e-supervalorizadas.shtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/02/somos-tratados-com-furiosa-obsessao-negativa-diz-barroso-sobre-criticas-ao-judiciario.shtml>
- 76 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/11/decisao-sob-barroso-provoca-efeito-cascata-e-juizes-conseguem-novo-beneficio.shtml>
- 77 <https://www.otempo.com.br/politica/judiciario/2026/1/2/fachin-em-2026-quer-mexer-em-vespeiro-que-barroso-evitou-penduricalhos-e-supersalarios-de-juizes>
- 78 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/07/advogados-da-uniao-recebem-ate-r-547-mil-ao-mes-em-honorarios-sem-transparencia.shtml>

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/honorarios-pagos-a-membros-da-agu-chegam-a-r-5-bilhoes-em-2025/>
- 79 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/honorarios-pagos-a-membros-da-agu-chegam-a-r-5-bilhoes-em-2025/>
- 80 <https://www.transparencia.org.br/publicacoes/teto-decorativo-impacto-orcamentario-dos-honorarios-agu/>
- 81 <https://www.transparencia.org.br/publicacoes/98-dos-promotores-e-procuradores-do-mp-ganharam-acima-do-teto-constitucional-em-2024/>
- 82 <https://noticias.uol.com.br/colunas/tiago-mali/2025/08/27/mp-reduz-transparencia-e-oculta-dados-de-remuneracao-mostra-estudo.htm>
- 83 <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/02/06/ministerio-publico-de-sp-autoriza-penduricalho-de-ate-r-1-milhao-a-promotores-e-procuradores.htm>
- 84 <https://piaui.folha.uol.com.br/caneta-amiga-gilmar-mendes-cbf/>
- 85 <https://piaui.folha.uol.com.br/caneta-amiga-gilmar-mendes-cbf/>
- 86 <https://piaui.folha.uol.com.br/caneta-amiga-gilmar-mendes-cbf/>
- 87 <https://www.estadao.com.br/esportes/futebol/como-gilmar-virou-parceiro-da-cbf-foi-decisivo-na-queda-de-ednaldo-e-mantem-vinculo-com-a-entidade/>
- 88 <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/08/28/numero-2-de-gonet-arquiva-pedido-para-investigar-gilmar-por-decisoes-a-favor-de-ednaldo-na-cbf.htm>
- 89 <https://www.estadao.com.br/politica/instituto-de-mendonca-do-stf-fatura-r-48-mil-em-contratos-publicos-em-pouco-mais-de-um-ano/>
- 90 <https://oglobo.globo.com/google/amp/blogs/malu-gaspar/post/2025/11/mendonca-pediu-vista-em-processo-contragovernador-de-rr-apos-estado-contratar-seu-instituto.ghtml>
- 91 <https://oglobo.globo.com/google/amp/blogs/malu-gaspar/post/2025/11/mendonca-pediu-vista-em-processo-contragovernador-de-rr-apos-estado-contratar-seu-instituto.ghtml>
- 92 <https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/06/10/stf-barroso-defende-que-participam-de-eventos-patrocinados-por-empresas.ghtml>
- 93 <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/o-mundo-fora-dos-autos/barroso-nega-influencia-de-lobbies-empresariais-mas-sua-agenda-mostra-o-contrario>
- 94 <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/o-mundo-fora-dos-autos/barroso-nega-influencia-de-lobbies-empresariais-mas-sua-agenda-mostra-o-contrario>
- 95 <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/barroso-participa-de-6-eventos-em-maio-patrocinados-por-empresas-com-processo-no-stf/>
- 96 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/07/02/gilmarpalooza-o-que-e-o-forum-que-reune-stf-deputados-e-governo-em-lisboa.amp.htm>

- 97 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/06/30/gilmarpalooza-teramotta-ministros-de-lula-e-do-stf-em-lisboa.htm>
- 98 <https://apublica.org/nota/quem-nao-foi-perdeu-gilmarpalooza-deu-palco-a-64-em-presas-e-entidades-privadas/>
- 99 <https://www.poder360.com.br/poder-justica/oab-reune-20-ministros-de-tribunais-superiores-em-evento-na-espanha/>
- <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2025/04/seminario-da-oab-com-20-ministros-do-stf-stj-tcu-e-tse-sera-em-madri.ghtml>
- <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/05/evento-da-oab-com-ingressos-a-r-9000-leva-a-madri-ministros-do-stf-e-do-stj-e-governo-lula.shtml>
- 100 <https://piaui.folha.uol.com.br/quem-e-daniel-vorcaro-banco-master/>
- 101 <https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/01/14/do-banco-central-ao-stf-entenda-caso-banco-master.ghtml>
- 102 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/01/entenda-o-caso-do-banco-master-e-veja-quem-sao-os-envolvidos.shtml>
- 103 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-11/daniel-vorcaro-dono-do-banco-master-e-presos-pela-pf-em-guarulhos>
- 104 <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/daniel-vorcaro-dono-do-banco-master-e-solto-com-tornozeleira-eletronica/>
- <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/12/18/daniel-vorcaro-um-mes-apos-prisao.htm>
- 105 <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2025/12/master-toffoli-decreta-sigilo-maximo-e-transforma-em-caixa-preta-acao-de-vorcaro.ghtml>
- <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2025/12/decisao-de-toffoli-trava-avanco-das-investigacoes-do-master.ghtml>
- 106 <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2025/12/toffoli-foi-a-lima-em-jato-privado-com-advogado-do-caso-master-para-ver-o-palmeiras-perder.ghtml>
- <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/12/07/toffoli-viajou-para-final-da-libertadores-com-advogado-de-diretor-do-master.htm>
- 107 <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2025/12/o-valor-milionario-do-contrato-da-mulher-de-alexandre-de-moraes-com-o-enrolado-banco-master.ghtml>
- 108 <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2025/12/contrato-da-mulher-de-alexandre-de-moraes-com-o-master-previa-defesa-de-interesses-junto-ao-bc-receita-e-congresso.ghtml>
- 109 <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2025/12/em-mansao-vorcaro-recebeu-alexandre-de-moraes-e-politicos-para-jantar.ghtml>
- 110 <https://www.poder360.com.br/poder-justica/relatorio-do-coaf-e-declarado-como-falso-pela-justica-do-df/>
- 111 <https://static.poder360.com.br/2025/02/incidente-de-falsidade-justica-df.pdf>
- 112 <https://www.estadao.com.br/politica/coluna-do-estadao/ministerio-publico-diz-que-relatorio-do-coaf-nao-e-lastro-de-condenacoes-na-zelotes/>
- 113 <https://www.estadao.com.br/politica/coluna-do-estadao/justica-federal-no-df-declara-relatorio-do-coaf-falso-e-abre-caminho-para-anular-acoes-da-zelotes/>
- 114 <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2025/stf-atende-reclamacao-do-pgr-e-rea-firma-legalidade-da-troca-de-informacoes-direta-entre-coaf-policia-e-ministerio-publico>
- 115 <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia-Repercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=5213056&numeroProcesso=1055941&classeProcesso=RE&numeroTema=990>

- 116 <https://www.stj.jus.br/sites/porta/p/Paginas/Comunicacao/Noticias/2025/29052025-Policia-e-MP-nao-podem-pedir-relatorios-do-Coaf-sem-previa-autorizacao-judicial—decide-Terceira-Secao.aspx>

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/05/15/stj-decide-que-mp-e-policias-nao-podem-pedir-informacoes-ao-coaf-stf-deve-revisitar-o-tema.htm>
- 117 <https://www.em.com.br/nacional/2025/06/7186602-gonet-cita-stj-equivocado-e-pede-ao-stf-definicao-sobre-relatorios-do-coaf.html>
- 118 <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/08/01/pgr-ve-desvio-interpretativo-do-stj-e-quer-barrar-aco-es-com-dados-do-coaf-sem-ordem-judicial.htm>
- 119 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/08/moraes-delimita-decisao-sobre-coaf-para-evitar-risco-em-operacoes-contr-faccoes-e-lavagem.shtml>
- 120 <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2025/08/gilmar-decide-que-mp-e-policia-nao-podem-ter-acesso-a-dados-do-coaf-sem-autorizacao-judicial.shtml>
- 121 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-08/gilmar-mendes-veta-repasse-de-dados-do-coaf-sem-autorizacao-judicial>
- 122 <https://www.conjur.com.br/2025-out-25/cisma-dos-rifs-do-coaf-cria-caos-processual-em-aco-es-penais-no-piaui/>
- 123 <https://www.estadao.com.br/politica/mpf-faz-cerco-contr-prefeituras-para-evitar-desvio-de-emendas-pix-e-cobra-transparencia/>

<https://www.em.com.br/politica/2025/01/7043904-emendas-pix-poem-cidades-mineiras-sob-a-lupa-do-mpf.html>

<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/mpf-abre-novos-inqueritos-para-investigar-emendas-parlamentares/>
- 124 <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2025/04/25/meu-noivo-me-deu-de-presente-mpf-pede-explicacoes-sobre-emenda-pix-de-r-13-milhao-de-deputado-a-vereadora-no-rs.ghtml>
- 125 <https://www.estadao.com.br/politica/mpf-faz-cerco-contr-prefeituras-para-evitar-desvio-de-emendas-pix-e-cobra-transparencia/#:~:text=O%20procurador%20solicitou%20em%20medida%20preliminar%20que,de%2017%20mil%20habitantes%20n%C3%A3o%20respondeu%20aos>
- 126 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pgr-denuncia-tres-deputados-do-pl-por-comercializacao-de-emendas/>
- 127 <https://www.metropoles.com/colunas/fabio-serapiao/propina-era-chamada-de-beijos-e-cheiros-em-obra-bancada-com-emen-da-diz-mpf>

<https://jornaldaparaiba.com.br/politica/pleno-poder/propina-com-cheiro-o-que-diz-a-denuncia-do-mpf-sobre-esquema-de-fraudes-em-patos>
- 128 <https://www.sapicua.com.br/mpf-investiga-remessa-de-dinheiro-do-fundeb-em-mais-13-cidades-de-mato-grosso>

<https://g1.globo.com/ba/feira-de-santana-regiao/noticia/2025/06/28/mpf-instaura-inquerito-para-apurar-suposto-desvio-do-fundeb-em-prefeitura-na-bahia.ghtml>

<https://www.gp1.com.br/ma/maranhao/noticia/2025/8/11/mpf-investiga-prefeito-rafael-brito-por-suspeita-de-superfaturamento-de-r-18-milhao-em-kits-escolares-601152.html>
- 129 <https://tribunahoje.com/noticias/educacao/2025/05/12/157251-mpf-cobra-transparencia-do-estado-de-alagoas-sobre-uso-de-mais-de-r-300-milhoes-do-fundeb>
- 130 <https://g1.globo.com/ba/feira-de-santana-regiao/noticia/2025/06/28/mpf-instaura-inquerito-para-apurar-suposto-desvio-do-fundeb-em-prefeitura-na-bahia.ghtml>
- 131 <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/mpf-investiga-superfaturamento-na-gestao-de-bruno-reis-em-salvador/>

- 132 <https://www.mpf.mp.br/ma/sala-de-imprensa/noticias-ma/mpf-obtem-condenacao-de-ex-prefeito-de-pedro-do-rosario-ma-por-desvio-de-recursos-do-transporte-escolar>
- 133 <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/mpf-abre-inquerito-sobre-verbas-para-creches-em-recife/>
- 134 <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/mpf-e-tcu-unem-esforcos-para-garantir-transparencia-na-gestao-dos-recursos-do-fundeb>
- 135 <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/mpf-investiga-chefe-do-pt-de-alagoas-por-improbidade-e-nepotismo/>
- 136 <https://noticias.r7.com/minas-gerais/policia-federal-e-mpf-investigam-desaparecimento-de-r-2-milhoes-das-contas-da-prefeitura-de-07062025/>
- 137 <https://www.metropoles.com/colunas/tacio-lorran/mpf-abre-investigacao-preliminar-sobre-rachadinha-em-gabinete-de-hugo-motta>
- 138 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/02/05/mpf-abre-inquerito-para-investigar-falta-de-transparencia-da-presidencia.htm?cmpid=copiaecola>
- 139 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/03/31/fraude-na-americanas-pf-indicia-e-mpf-denuncia-13-ex-executivos.gh.html>
- 140 <https://www.mpf.mp.br/pr/sala-de-imprensa/noticias-pr/mpf-obtem-condenacao-de-empresario-e-de-ex-diretor-da-petrobras-por-corrupcao-e-lavagem-de-dinheiro>
- 141 <https://www.gazetadevarginha.com.br/post/mpf-denuncia-organiza%C3%A7%C3%A3o-por-fraude-de-r-145-milh%C3%B5es-em-leil%C3%B5es-da-aneel>
- 142 <https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/mpf-abre-investigacao-sobre-compra-do-banco-master-pe-lo-brb>
- 143 <https://www.metropoles.com/colunas/fabio-serapiao/mpf-denuncia-concierge-do-crime-que-ligava-cupula-do-pcc-a-mafia>
- 144 <https://ric.com.br/seguranca/operacao-tank-curitiba-como-nucleo-de-lavagem-de-dinheiro-veja/>
- 145 <https://portalp1.com.br/garimpo-ilegal-mpf-recomenda-ao-ibama-registro-detalhado-de-infracoes-em-operacoes-no-amazonas-rondonia-e-roraima/>
- 146 <https://ojornalextra.com.br/noticias/alagoas/2025/10/119399-mpf-denuncia-braske-m-e-15-pessoas-por-crimes-ligados-a-mineracao>
- 147 <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2025/09/22/empresa-virou-dona-de-82-da-area-protegida-no-pi-com-grilagem-alega-mpf.htm?cmpid=copiaecola>
- 148 <https://www.gov.br/cade/pt-br/assuntos/noticias/cade-e-mpf-firmam-acordo-para-reforçar-combate-a-carreio-no-brasil>
- 149 <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2025/04/orgaos-do-governo-e-mpf-acertam-pr-otocolo-com-regras-para-acordos-de-leniencia.shtml>
- <https://www.jota.info/coberturas-especiais/jurisprudente/cgu-agu-e-mpf-pactuam-atuacao-co-ordenada-em-acordos-de-leniencia>
- 150 <https://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/14411-ministra-maria-elizabeth-rocha-toma-posse-como-presidente-do-superior-tribunal-militar>
- 151 <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/10/26/durante-ato-em-memoria-de-vladimir-herzog-presidente-do-stm-pe-de-perdao-por-crimes-da-ditadura.gh.html>
- 152 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministro-do-stm-critica-presidente-do-tribunal-por-fala-sobre-ditadura/>
- 153 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/presidente-do-stm-diz-que-critica-de-colega-foi-ataque-pessoal-e-misogino/>
- 154 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/presidente-do-stm-diz-que-critica-de-colega-foi-ataque-pessoal-e-misogino/>
- 155 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/08/27/presidente-lula-assina-reconducao-de-paulo-gonet-ao-comando-da-pgr.gh.html>
- 156 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-08/lula-assina-reconducao-de-gonet-como-procurador-geral-da-republica>

- 157 <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/ministro-edson-fachin-assume-hoje-29-a-presidencia-do-stf/>
- 158 <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2025/10/fachin-cria-orgao-para-identificar-riscos-de-corrupcao-e-cobrar-transparencia-no-judiciario.ghtml>
- 159 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/12/11/fachin-presidente-do-stf-apresenta-a-ministros-da-corte-a-intencao-de-criar-codigo-de-conduta-para-integrantes-de-tribunais-superiores.ghtml>
- 160 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/10/09/barroso-anuncia-aposentadoria-do-stf.ghtml>
- 161 <https://www.gov.br/planalto/pt-br/a-compa-nhe-o-planalto/noticias/2025/11/indicacao-de-jorge-messias-para-cargo-de-ministro-do-stf>
- 162 <https://www.estadao.com.br/politica/diogo-schelp/indicacao-de-messias-consolidaria-compadrio-como-criterio-para-stf/>
<https://www.estadao.com.br/politica/eliane-cantanhede/o-novo-toffoli-no-stf-ho-mem-branco-jovem-petista-amigo-do-rei-e-confiavel/>
- 163 <https://www.cartacapital.com.br/politica/lula-recebe-indicacoes-de-juristas-negras-para-substituir-barroso-no-stf-veja-a-lista/>
- 164 <https://blogs.correiobraziliense.com.br/cbpoder/so-quatro-tribunais-atingiram-meta-de-paridade-de-genero-do-cnj/>
- 165 <https://www.migalhas.com.br/quentes/438200/ma-vontade-contramulheres-nos-tribunais-e-obvia-afirma-carmen-lucia>
- 166 <https://www.cnj.jus.br/cnj-20-anos-juizes-e-juizas-formam-justica-cada-vez-mais-plural/>
- 167 <https://www.migalhas.com.br/quentes/444288/cnj-amplia-para-30-cotas-nos-concursos-para-o-judiciario>
- 168 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/10/perfil-de-ministro-do-stf-combina-elite-juridica-masculina-branca-e-proxima-ao-poder.shtml>
- 169 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/10/perfil-de-ministro-do-stf-combina-elite-juridica-masculina-branca-e-proxima-ao-poder.shtml>
- 170 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/04/investigacoes-e-processos-sobre-venda-de-decisoes-judiciais-atingem-14-tribunais.shtml>
- 171 <https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2025/05/suspeita-de-corrupcao-em-tribunais-exige-apuracao-e-punicao-exemplares.ghtml>
- 172 <https://istoedinheiro.com.br/operacao-churrascada-pgr-denuncia-desembargador-de-sp-por-venda-de-sentencas>
- 173 <https://piaui.folha.uol.com.br/esquema-tjpi-pdf/>
- 174 https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2025/10/02/desembargador-e-afastado-e-proibido-de-contato-com-advogados-suspeitos-de-esquema-em-processos-agrarios.ghtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar-mobile&utm_campaign=materias
- 175 <https://piaui.folha.uol.com.br/esquema-tjpi-pdf/>
https://www.estadao.com.br/politica/coluna-do-estadao/filha-de-desembargador-eraintermediadora-de-suposto-esquema-de-venda-de-sentencas-diz-mpf/?srsltid=AfmBOopK2YGyXkrY5s_F9F6ojZCnMusq5W-ZPsb6H9tV4eKGBiQhF5cDp
- 176 <https://piaui.folha.uol.com.br/esquema-tjpi-pdf/>
- 177 https://www.estadao.com.br/politica/coluna-do-estadao/filha-de-desembargador-eraintermediadora-de-suposto-esquema-de-venda-de-sentencas-diz-mpf/?srsltid=AfmBOopK2YGyXkrY5s_F9F6ojZCnMusq5W-ZPsb6H9tV4eKGBiQhF5cDp
- 178 <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2025/05/pf-ve-sistema-de-corrupcao-mais-sofisticado-e-complexo-em-esquema-de-venda-de-sentencas.ghtml>
- 179 <https://www.jota.info/stf/do-supremo/gilmar-mendes-decide-que- apenas-pgr-pode-pedir-impeachment-de-ministro-da-corte>

- 180 <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/12/gilmar-mendes-decide-que-so-pgr-pode-pedir-impeachment-de-ministros-do-stf.shtml>
- 181 <https://www.cartacapital.com.br/justica/gonet-endossa-gilmar-so-a-pgr-pode-pedir-impeachment-de-ministro-do-stf/>
- 182 <https://www.camara.leg.br/noticias/1230029-alcolumbre-diz-que-pedira-parecer-juridico-da-camara-e-do-senado-sobre-decisao-de-gilmar-mendes/>
- 183 <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2025/12/projeto-que-restringe-pedidos-de-impeachment-contraministros-do-stf-volta-a-tramitar-no-senado>
- 184 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/12/10/gilmar-retira-da-pauta-de-julgamento-virtual-decisao-que-restringe-pedidos-de-impeachment-de-ministros-do-stf.ghtml>
- 185 <https://track.unodc.org/uploads/documents/UNCAC/WorkingGroups/ImplementationReviewGroup/16-20June2025/CAC-COSP-IRG-II-4-1-Add.17/2506800E.pdf>
- <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/11/onu-cobra-do-brasil-regulacao-contralavagem-em-escritorios-de-advocacia.shtml>
- 186 <https://www.fatf-gafi.org/content/dam/fatf-gafi/mer/Brazil-Mutual-Evaluation-2023.pdf.coredownload.inline.pdf>
- 187 <https://www.agenciaamapa.com.br/noticia/29202/forca-integrada-do-amapaprende-advogado-suspeito-de-intermediar-atividades-ilicitas-de-grupo-criminoso>
- 188 <https://www.metropoles.com/colunas/mirrelle-pinheiro/justica-mantem-prisao-de-advogado-acusado-de-ser-braco-juridico-do-cv>
- 189 <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/advogada-de-campo-grande-e-presa-no-nordeste-em-operacao-contrao-pcc>
- 190 <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2025/05/11/pf-prende-advogado-que-atuava-em-faccao-que-agia-ate-em-presidio-no-es.ghtml>
- 191 <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2025/05/20/um-dos-maiores-esquemas-de-lavagem-de-dinheiro-no-es-envolvia-compra-e-venda-de-imoveis-e-carros-de-luxo-para-traficantes.ghtml>
- 192 <https://www.metropoles.com/colunas/mirrelle-pinheiro/advogado-e-suspeito-de-lavar-dinheiro-para-quadrilha-de-moeda-falsa>
- 193 <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/advogada-de-campo-grande-e-presa-no-nordeste-em-operacao-contrao-pcc>
- 194 <https://sigaanoticia.com.br/quem-e-a-advogada-presa-na-bahia-acusada-de-lavar-dinheiro-para-o-comando-vermelho/>
- 195 <https://piaui.folha.uol.com.br/o-hub-em-presarial-do-pcc-na-avenida-paulista/>
- <https://www.estadao.com.br/economia/gestoras-reag-altinvest-pcc/>
- 196 <https://www.midianews.com.br/policia/advogado-e-mais-32-sao-indiciados-por-trafficoe-lavagem-em-mt/505130>
- 197 <https://transparenciainternacional.org.br/posts/onu-cobra-que-governo-brasileiro-adote-regras-contrala-lavagem-de-dinheiro-para-a-advocacia/>

PODER LEGISLATIVO

- 1 *'Orçamento Secreto': novos capítulos* **pág. 100**
- 2 *PEC da Blindagem* **pág. 103**
- 3 *Mudança nas regras do foro privilegiado* **pág. 105**
- 4 *Apostando em pizza: revelações e fracassos da CPI das Bets* **pág. 106**
- 5 *Ataques à Lei da Ficha Limpa e novo Código Eleitoral* **pág. 108**
- 6 *Pauta ambiental* **pág. 110**
- 7 *Crime organizado – Casos de infiltração, CPI do Crime Organizado, 'PEC da Segurança' e 'PL Antifacção'* **pág. 114**
- 8 *Os lentos avanços da reforma administrativa* **pág. 117**
- 9 *Lobby de Alcolumbre e outros senadores pela exploração de petróleo na Foz do Amazonas* **pág. 118**
- 10 *Ataques a Marina Silva e outras violências misóginas no Congresso* **pág. 119**
- 11 *A Grande Família: casos de nepotismo nos Tribunais de Contas* **pág. 121**



DESTAQUES POSITIVOS

↑ Rejeição unânime na CCJ do Senado Federal da chamada “PEC da Blindagem” após pressão pública e mobilização social, freando um dos maiores retrocessos recentes na responsabilização de parlamentares.

↑ Aprovação na Câmara dos Deputados da ratificação do Acordo de Escazú, tratado regional para América Latina e Caribe que garante acesso à informação ambiental, participação pública nas decisões e acesso à justiça em questões ambientais, incluindo disposições de proteção a defensores ambientais.

↑ Após uma tramitação errática e uma versão altamente problemática aprovada na Câmara, o Senado corrigiu e aprovou o PL Antofacção, com importantes inovações no combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro.

DESTAQUES NEGATIVOS

- ↓ Captura crescente do orçamento pelo Legislativo, com emendas alcançando valores recordes e esforços persistentes para manter baixos níveis de transparência e rastreabilidade, bem como a proliferação de irregularidades e suspeitas de corrupção envolvendo parlamentares.
- ↓ Mobilização da Câmara dos Deputados em prol da PEC da Blindagem, ampliando riscos de impunidade, inclusive ligados a emendas parlamentares e crime organizado.
- ↓ Alterações na Lei da Ficha Limpa, permitindo retorno antecipado de condenados à disputa eleitoral, e tentativas de aprovar novo Código Eleitoral, que restringiria a capacidade de fiscalização do financiamento e dos gastos de partidos e campanhas.
- ↓ Fortes indícios de funcionários fantasmas e “rachadinha” no gabinete do presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta motivaram denúncia ao TCU, que foi arquivada pela primeira turma do tribunal, sob a relatoria do ministro Jhonatan de Jesus, contrariando o parecer da área técnica.
- ↓ Tentativas de modificar as regras do foro privilegiado, em meio a obstrução deliberada dos trabalhos do Congresso e sob discurso de confronto institucional, expondo o uso instrumental das regras de competência penal para ampliar a impunidade.
- ↓ Rejeição do relatório final e esvaziamento das propostas de responsabilização e controles apresentado pela CPI das Bets, falhando em enfrentar os riscos sociais, econômicos e criminais associados ao mercado de apostas online, incluindo potenciais vínculos com lavagem de dinheiro e criminalidade organizada.
- ↓ Crescente número de casos de infiltração do crime organizado no Poder Legislativo, com episódios recorrentes de prisões, obstrução de justiça e vazamentos para favorecer criminosos.
- ↓ Ofensiva contra a governança socioambiental e direitos indígenas no Congresso, marcada por tramitações aceleradas, baixa participação, e forte presença do lobby econômico na aprovação do “PL da Devastação” e da PEC do marco temporal.
- ↓ Casos de violência política de gênero e degradação do decoro parlamentar, com declarações ofensivas, práticas de intimidação e ameaça ao debate democrático.
- ↓ Numerosos casos de nepotismo em Tribunais de Contas, com indicações de parentes de políticos, aumentando ainda mais os conflitos de interesses na fiscalização de contas públicas.
- ↓ Reforma administrativa avançando a passos lentos, com incapacidade crônica de enfrentar supersalários e o impacto bilionário de penduricalhos.

1

‘ORÇAMENTO SECRETO’: NOVOS CAPÍTULOS

Em 2025, o Legislativo seguiu avançando seu controle sobre o orçamento federal, com manobras para driblar a fiscalização de outras instituições, maior pressão sobre o Judiciário e o Executivo e novos esquemas envolvendo o uso indevido de emendas parlamentares. A fatia crescente consumida pelas emendas reforçou o poder político do Congresso sobre a execução orçamentária, prejudicando a capacidade de planejamento e execução de políticas públicas com bases técnicas, multiplicando os casos de corrupção local e gerando um descontrole das contas públicas, com imenso impacto fiscal. Além disso, criará um ambiente de disputa desigual nas eleições de 2026.

Em 2025, o governo federal efetuou o pagamento de R\$ 31,5 bilhões em emendas, o maior valor nominal na história¹. Além disso, outros R\$ 15,5 bilhões foram empenhados e aguardam pagamento². Para 2026, o orçamento aprovado prevê R\$ 61 bilhões em emendas, um novo recorde³.

Além do volume inédito, a falta de transparência, em especial no caso das emendas pix, levou a [Transparência Internacional – Brasil](#) e outras quatro organizações brasileiras — Instituto Marielle Franco, Tenda das Candidatas Instituto, VoteLGBT e Instituto de Estudos Socioeconômicos — a denunciarem o modelo das emendas par-

lamentares às Nações Unidas, apontando seus riscos de ineficiência e corrupção⁴. Segundo o relatório apresentado pelas organizações, a falta de critérios públicos claros e o uso excessivo das emendas favorecem planos eleitorais dos parlamentares, subvertendo o funcionamento democrático do orçamento⁵.

Ao longo do ano, foram revelados casos concretos de mau uso e desvio de emendas, muitos envolvendo relações pessoais, eleitorais ou familiares de parlamentares. Apenas na Polícia Federal, tramitam mais de 100 inquéritos apurando o envolvimento de senadores e deputados federais⁶. Em 2025, vieram à tona episódios como a indicação de emenda milionária por um deputado federal gaúcho em favor da noiva vereadora⁷, a morte de uma professora pernambucana após comparecimento a uma delegacia para depor sobre emendas⁸ e a exoneração do ministro Juscelino Filho, das Comunicações, por desvios quando era deputado federal⁹.

O caso de Juscelino Filho merece especial atenção. Não apenas porque ele envolve o desvio de emendas na fase inicial do orçamento secreto, antes da atual legislatura, como também porque resvala sobre o Poder Executivo, já que o acusado ocupou o cargo de ministro enquanto o inquérito era



CRÉDITO: RICARDO STUCKERT/PR



conduzido pela PF e permaneceu na posição após o indiciamento¹⁰. O ex-ministro agora responde perante o STF pelo suposto desvio de emendas parlamentares em benefício próprio. Juscelino Filho é acusado de direcionar emendas para a pavimentação de estradas de terra próximas a fazendas de sua família em Vitorino Freire, no interior do Maranhão, enquanto sua irmã era prefeita da cidade¹¹. As emendas eram pagas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) em benefício, ao menos parcialmente, de uma empresa que, segundo a PF, tinha Juscelino como sócio oculto¹².

Talvez o exemplo mais emblemático de investigação sobre o uso desse mecanismo seja a Operação Overclean, que investiga a atuação de agentes políticos e empresários num esquema de desvio de recursos públicos provenientes de emendas por meio de contratos de limpeza urbana e outros serviços. Segundo a PF, o esquema fun-

Mesmo com fortes indícios de ter direcionado emendas parlamentares para benefício pessoal, Juscelino Filho foi mantido no cargo de ministro das Comunicações do governo Lula até ser indiciado pela PF.

cionava a partir da indicação direcionada de emendas para municípios específicos, seguida de licitações fraudadas ou contratos simulados, com superfaturamento e retorno de parte dos valores em forma de propina a operadores políticos, empresários e agentes públicos¹³. Também há indícios de desvio de recursos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), ente federal com presença em diversos Estados.

Ao longo das investigações, a PF identificou mais de uma centena de pessoas envolvidas, incluindo empresários do setor de serviços, intermediários financeiros, servidores públicos e políticos com mandato ou ligação direta com gabinetes par-

lamentares¹⁴. Um dos nomes principais é José Marcos Moura, empresário conhecido como “Rei do Lixo” por seus numerosos contratos de coleta e limpeza na Bahia e em outros Estados¹⁵. Também há indícios de envolvimento da cúpula do União Brasil, como Antônio Rueda (PE), Davi Alcolumbre (AP) e Elmar Nascimento (BA)¹⁶, além de parlamentares de outros partidos¹⁷.

Também são investigados por crimes associados às emendas os deputados federais do PL Josimar Maranhãozinho (MA) e Pastor Gil (MA), além do suplente Bosco Costa (SE). Eles são acusados de corrupção passiva por meio da negociação de emendas parlamentares em troca de propina¹⁸. As investigações apontam, por exemplo, que os parlamentares cobraram R\$ 1,67 milhão do prefeito de São José de Ribamar (MA) como contrapartida para emendas de R\$ 6,67 milhões para a área da saúde¹⁹. A PGR aponta que Maranhãozinho atuava como líder do grupo, enquanto Bosco Costa usa-

va contas de terceiros para movimentar e mascarar os valores²⁰. Além disso, há indícios de ameaças contra prefeitos que resistissem ou negassem o pagamento de propina, mostrando a capacidade de articulação e coação do grupo no desvio de recursos públicos²¹.

No plano institucional, o Congresso reagiu de forma agressiva a essas tentativas de controle externo. Lideranças parlamentares resistiram às iniciativas do STF, sob a condução do ministro Flávio Dino, de impor regras mais rígidas de transparência e rastreabilidade, tratando essas iniciativas como ingerência indevida e chegando a articular pedidos de *impeachment*²². Em paralelo, avançaram projetos legislativos que tentam reconstituir mecanismos do antigo orçamento secreto²³, flexibilizar controles técnicos e limitar a atuação de consultores da Câmara e do Senado²⁴, preservando espaços opacos e interesses escusos na alocação de recursos.



CRÉDITO: REPRODUÇÃO/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Deputado Josimar Maranhãozinho (PL-MA), acusado pela PGR de liderar um esquema de negociação de emendas parlamentares em troca de propina.

2 PEC DA BLINDAGEM



CRÉDITO: LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

Em setembro, a Câmara dos Deputados aprovou, a toque de caixa, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que restabelecia um poder, que já teve no passado, de decidir sobre a instauração de investigações e ações penais contra parlamentares. O texto, que ficou conhecido como “PEC da Blindagem”, representava um dos maiores retrocessos no combate à corrupção em anos recentes²⁵.

Essa medida mostra a priorização das pautas corporativistas em prejuízo dos anseios da população, ampliando privilégios de maneira descabida e gerando a certeza da impunidade. A exigência de aprovação do Congresso Nacional — ou casas legislativas subnacionais — para o avanço de investigações e processos contra parlamentares representaria uma anistia prévia por todos os tipos de crime, incluindo desvios de emendas parlamentares, crime organizado e atos golpistas²⁶.

Quando regra semelhante vigorou no Brasil, entre 1988 e 2001, foram enterradas 253 investigações contra parlamentares, contra apenas uma autorizada. Do total, 210 investigações não foram adiante porque o Congresso simplesmente se omitiu. Em outras 43 oportunidades, o Congresso rejeitou a continuidade dos inquéritos²⁷.

Por extensão, a PEC beneficiaria deputados estaduais e distritais, já que as regras se aplicariam às casas estaduais. Considerando as recentes investigações que evidenciam a infiltração do crime organizado na política local, isso representaria um perigoso incentivo à impunidade.²⁸

A PEC também beneficiaria outro grupo de indivíduos: os presidentes de partidos políticos. O texto previa a inclusão desse grupo nas regras do foro por prerrogativa de função, garantindo blindagem a uma importante categoria de agentes políticos sem cargo eletivo. Apesar de os partidos serem pessoas jurídicas de direito privado, seus dirigentes tomam decisões sobre o uso de recursos financiados por fundos públicos e já se viram envolvidos em vários esquemas de corrupção na história recente. Um exemplo notório de 2025 é o presidente do União Brasil, Antônio Rueda, suspeito de envolvimento com o PCC e investigado na Operação Carbono Oculto²⁹.

O avanço de pautas corporativistas, desconectadas do interesse público, coloca em xeque a legitimidade do Congresso Nacional, já abalada por seguidos escândalos de corrupção. Não foi por acaso que a “PEC da Blindagem” levou a sociedade brasileira às ruas, em reação liderada por

organizações da sociedade civil e importantes representantes da classe artística. Em todas as capitais e em várias cidades do país, manifestantes cobraram a derrubada do projeto e ainda se posicionaram contra a anistia aos condenados pela tentativa de golpe de Estado³⁰. Na semana seguinte, como resultado da pressão, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado rejeitou a PEC por unanimidade.³¹

Esse movimento de autoproteção institucional não ocorre no vácuo. Ele se insere em um contexto recente marcado por indícios de irregularidades envolvendo, por exemplo, o uso indevido de recursos públicos no âmbito do próprio Parlamento. Em 2025, reportagens investigativas revelaram indícios de um esquema de “rachadinha” e de contratação de funcionários fantasmas no gabinete do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta.³² As apurações jornalísticas apontaram que assessores teriam

sido formalmente nomeados para cargos parlamentares sem exercer efetivamente as funções, ao mesmo tempo em que salários e auxílios eram sacados ou movimentados por terceiros ligados à chefia do gabinete.

As suspeitas motivaram a abertura de procedimentos em diferentes instâncias de controle. No âmbito do Ministério Público Federal no Distrito Federal, foi instaurada uma apuração preliminar para avaliar a existência de enriquecimento ilícito e danos ao erário.³³ Paralelamente, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) apresentou representação ao TCU, que acabou sendo arquivada, em novembro de 2025, pela Primeira Câmara da Corte. A decisão, relatada por ministro que já se referiu publicamente ao parlamentar investigado como “amigo”, contrariou parecer técnico interno que recomendava a realização de diligências e a oitiva do gabinete antes do juízo de admissibilidade.³⁴



Parlamentares bolsonaristas
ocuparam a Mesa Diretora
da Câmara dos Deputados



3 MUDANÇA NAS REGRAS DO FORO PRIVILEGIADO

Em mais uma manobra casuística, parlamentares da oposição, com aparente apoio do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e de Arthur Lira (PP-AL), ex-presidente da mesma Casa, tentaram avançar com uma emenda constitucional que alteraria as regras de foro por prerrogativa de função³⁵. Popularmente conhecido como ‘foro privilegiado’, essa previsão estabelece que certas autoridades, como deputados e ministros, devem ser investigadas e processadas criminalmente por tribunais superiores, como o STF.³⁶

A questão veio à tona após parlamentares bolsonaristas obstruírem os trabalhos do Congresso por 48 horas, em um ato antidemocrático que contou com a leniência da presidência da Câmara³⁷. Eles afirmam que o foro privilegiado teria sido usado pelo Supremo para “apequenar” políticos, inclusive Jair Bolsonaro³⁸. No início do ano, o STF alterou novamente seu entendimento sobre o foro, mantendo os processos sob sua alçada mesmo após o fim do mandato do réu³⁹. Na prática, isso garante que, mesmo em caso de renúncia, cassação ou não reeleição, a Corte siga com a competência para julgar.



A inconstância das regras do foro por prerrogativa de função é fator gerador de grave insegurança jurídica há décadas, com igual contribuição do Legislativo e do Judiciário. Por um lado, parlamentares buscam formas de ampliar margens de impunidade, a depender do contexto. Isso já teve significados diferentes: muitas vezes, buscou-se levar mais processos para instâncias superiores; hoje, dependendo do tipo e circunstâncias do crime, significa fugir do Supremo. Por outro lado, mudanças frequentes sobre o tema no STF só contribuem para a percepção de uso político dessa prerrogativa. Dividida entre casos de grande repercussão e o crescente número de processos penais em seu acervo, a Corte ora limita o foro à duração do mandato, ora o expande⁴⁰.

Essa incerteza permanente sobre as regras vigentes cria novas oportunidades de contestação dos processos e dos juízes competentes. Em paralelo, as autoridades se acostumam à ideia de que tudo pode ser mudado ou negociado quando o assunto é foro privilegiado.

4 APOSTANDO EM PIZZA: REVELAÇÕES E FRACASSOS DA CPI DAS BETS

A CPI das Bets não produziu bons resultados concretos. Criada para apurar irregularidades no mercado de apostas online (*bets*) e seus efeitos sociais, econômicos e legais no Brasil, a CPI foi instalada em 12 de novembro de 2024 e funcionou até junho de 2025. A comissão foi presidida pelo senador Dr. Hiran (PP-RR) e teve como relatora a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), com o objetivo declarado de debater o impacto das apostas sobre o orçamento das famílias brasileiras e investigar possíveis vínculos com lavagem de dinheiro e organização criminosas⁴¹.

Desde o início de suas atividades, a CPI pautou medidas robustas de investigação, como a quebra de sigilo bancário e fiscal de 71 das 78 empresas de apostas autorizadas pelo governo federal. Essa etapa visava obter dados financeiros para entender o fluxo de recursos no setor e identificar possíveis práticas ilícitas⁴². Além disso, o colegiado ouviu autoridades públicas, como representantes da Receita Federal, que defenderam tributar com mais rigor as apostas como forma de desestimular o consumo e ampliar a supervisão regulatória do setor⁴³.

Durante a CPI, surgiram denúncias de vínculos pessoais e financeiros entre o senador Ciro Nogueira (PP-PI), membro

da comissão, e empresários do setor de apostas online sob investigação, um claro conflito de interesses. Relatórios analisados pelo Coaf e divulgados pela revista piauí indicaram que transações financeiras suspeitas ocorreram entre pessoas ligadas ao senador e o empresário Fernando Oliveira Lima, conhecido como Fernandin OIG, dono da plataforma de apostas One Internet Group⁴⁴. Isso inclui viagens no jato particular do empresário e transferências de cerca de R\$ 625 mil para um ex-assessor de Nogueira, que posteriormente teria repassado R\$ 35 mil ao próprio parlamentar. Essas movimentações levaram a Polícia Federal a encaminhar uma representação ao Supremo Tribunal Federal para investigar Ciro Nogueira⁴⁵.

Outro aspecto central foram os impactos sociais e econômicos das *bets*. Relatórios apresentados durante as sessões mostraram que brasileiros gastaram entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões por mês em apostas online nos primeiros meses de 2025, segundo dados do Banco Central, o que reforçou preocupações com superendividamento familiar — especialmente entre as classes C, D e E, alvo preferencial das campanhas de marketing das casas de apostas⁴⁶. Um dos aspectos mais polêmicos foi o papel de influenciadores digitais no estímulo às apostas. Em reportagem de



Senador Cleitinho Azevedo pediu para tirar uma foto com a influenciadora Virginia Fonseca, convocada a depor como testemunha na CPI das Bets.



CRÉDITO: REPRODUÇÃO/TV SENADO

janeiro, a revista *PIAUÍ* apontou que alguns criadores recebiam contratos milionários e, em alguns casos, comissões sobre perdas de apostadores, o que implicaria incentivos perversos ao aumento de apostas⁴⁷. Isso foi negado em depoimentos, como o de Virginia Fonseca, que afirmou não ter cláusulas garantindo percentual das perdas em seus contratos com empresas como Esportes da Sorte e Blaze⁴⁸.

O relatório final foi apresentado pela relatora Soraya Thronicke em 10 de junho de 2025 e incluiu 20 medidas de controle,

entre elas a proposta de banir jogos de cassino online, criminalizar a publicidade predatória e criar um cadastro nacional de apostadores⁴⁹. O documento também pedia o indiciamento de 16 pessoas e empresas, incluindo as influenciadoras Virginia Fonseca e Deolane Bezerra, por crimes como estelionato, publicidade enganosa, lavagem de dinheiro e organização criminosa, além de figuras ligadas a plataformas de apostas e processadoras de pagamentos⁵⁰. Apesar das propostas e pedidos de indiciamento, o relatório final foi rejeitado pelos membros da CPI.

5 ATAQUES À LEI DA FICHA LIMPA E NOVO CÓDIGO ELEITORAL

Em antecipação às eleições de 2026, o Congresso tentou, novamente, introduzir alterações à Lei da Ficha Limpa e ao Código Eleitoral.

No caso da Ficha Limpa, os esforços foram para reduzir o tempo e o modo de calcular a inelegibilidade.⁵¹ Além de reduzir o prazo de oito para apenas dois anos, propostas apresentadas por parlamentares tentavam mudar o início da contagem, antecipando a inelegibilidade para a primeira condenação por um órgão colegiado⁵². Na prática, isso permitiria que um político superasse a suspensão do direito de ser eleito no curso do mandato ou em curto período posterior a ele, reduzindo a chance de ficar sem cargo. Isso poderia beneficiar, inclusive, o ex-presidente Jair Bolsonaro, bem como Eduardo Cunha, José Roberto Arruda, Anthony Garotinho, Marcelo Crivella e outros políticos condenados⁵³.

Com amplo apoio partidário⁵⁴ e rejeição de 83% dos brasileiros⁵⁵, uma parte do projeto acabou sendo aprovada. Apesar de não reduzir o prazo de inelegibilidade, o Senado aprovou a alteração dos termos inicial e final de contagem, fazendo com que o prazo da inelegibilidade passe a correr da decisão que decretar a perda de mandato ou da data de renúncia — e não mais do fim do mandato⁵⁶. Em mais uma pauta

corporativista que contraria os anseios populares, essa alteração representa um retrocesso adicional para os esforços de combater a corrupção.

A Lei da Ficha Limpa é uma das maiores conquistas da sociedade brasileira no Congresso Nacional. Foi resultado do esforço de organizações como o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que coletaram mais de 1,5 milhão de assinaturas em todo o país. A sua aprovação resultou do desejo legítimo da população de impedir que corruptos e outros criminosos voltassem rapidamente ao poder. Os sucessivos esforços para enfraquecê-la, reduzir o seu alcance e minar a sua capacidade de proteger a moralidade e a probidade da administração pública representam um afronte à vontade popular⁵⁷. Com apresentação de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a lei aprovada pelo Congresso, caberá ao Supremo Tribunal Federal a palavra final sobre essa alteração à Lei da Ficha Limpa.⁵⁸

O Código Eleitoral, que completou 60 anos em 2025⁵⁹, foi também alvo de manobras políticas que não prosperaram. O Congresso passou o ano tentando alterar as regras, mas perdeu o prazo para as eleições de 2026. Nos primeiros meses de 2025, o projeto do chamado “Novo Código Elei-



CRÉDITO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



toral” incluía importantes avanços, como a reserva de cadeiras para mulheres em casas legislativas e a definição de quarentena de quatro anos para a candidatura de juízes, membros do Ministério Público, militares, policiais e guardas municipais⁶⁰. Ao passar pela CCJ do Senado, no entanto, acabou recheado de retrocessos e inconstitucionalidades: o texto tira os limites ao autofinanciamento de campanha, restringe o poder de fiscalização da Justiça Eleitoral, extingue regras ao uso de verbas partidárias e cria o “voto impresso” — uma cédula que seria despejada pela urna diretamente em um local lacrado⁶¹. Caso fosse aprovado pelo plenário do Senado, representaria um grave ataque ao sistema eleitoral.

Mesmo com a tramitação acelerada, o projeto esbarrou na falta de acordo em diversos

O movimento de enfraquecimento da lei começou com a dep. Dani Cunha, filha de Eduardo Cunha e teve forte apoio do dep. Zeca Dirceu, filho de José Dirceu.

pontos⁶². Novamente, a tentativa de mudar a lei às vésperas de uma eleição trouxe à tona a insegurança jurídica em mais uma dimensão da vida política nacional. Um levantamento de abril mostrou que o Congresso tinha 1.203 projetos para alterar as normas eleitorais e políticas⁶³. O Brasil nunca teve mais de uma eleição com as mesmas regras vigentes, e os parlamentares seguem trabalhando para manter essa instabilidade. Todo ano ímpar é visto como uma oportunidade de influenciar a próxima disputa eleitoral — mas isso raramente ocorre com adequado debate democrático e participação de diferentes setores da sociedade.

6 PAUTA AMBIENTAL

‘PL DA DEVASTAÇÃO’

Com críticas e resistência da sociedade civil, o Congresso aprovou, o projeto de lei que estabelece regras gerais de licenciamento ambiental, principal instrumento de proteção ambiental do país. Resultado de intenso *lobby* de representantes do setor industrial e agropecuário, ao invés de produzir os avanços que eram necessários, o chamado PL da devastação” implica em vários retrocessos.

O texto tramitou de forma apressada, passando por duas comissões em um único dia e sendo aprovado na noite seguinte pelo plenário do Senado⁶⁴. Mesmo sob protestos de diversos segmentos da sociedade civil ⁶⁵, o projeto não enfrentou resistência relevante no plano institucional.

Em movimento alinhado à bancada ruralista, o presidente da Casa, Davi Alcolumbre,



usou a votação do PL para pressionar pela liberação da exploração de petróleo na Foz do Amazonas, em uma espécie de “pacote da destruição”.⁶⁶⁶⁷⁶⁸

A **Transparência Internacional – Brasil**, junto a parceiros, apontou na época da tramitação que a proposta iria fragilizar garantias fundamentais de transparência, participação social e integridade no licenciamento ambiental⁶⁹.

A nova norma amplia o uso de licenças autodeclaratórias e por ato único, reduzindo a exigência de avaliações técnicas para a emissão de licenças. O projeto também compromete a rastreabilidade dos processos decisórios ao restringir o controle social, limitar a consulta a povos indígenas

e quilombolas apenas a territórios titulados e esvaziar o papel de órgãos especializados, como ICMBio e Funai. Adicionalmente, a ausência de diretrizes claras sobre integridade pública, conflitos de interesse e prestação de contas impede a construção de um sistema minimamente eficaz de prevenção a fraudes e irregularidades⁷⁰.

A previsão de isenções amplas e critérios subjetivos para a exigência de estudos de impacto ambiental, aliada à possibilidade de renovação automática de licenças, debilitam a fiscalização e tornam o processo extremamente vulnerável a desvios. O enfraquecimento das responsabilidades de instituições financeiras também compromete os padrões de diligência e conformidade socioambiental⁷¹.

PEC DO MARCO TEMPORAL

Em outro grave retrocesso nos campos da defesa ambiental e da garantia de direitos, o Senado aprovou, no final do ano, a PEC do marco temporal, segundo a qual só poderiam ser demarcadas as terras indígenas ocupadas em 05 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição⁷². Em 2023, o Supremo já havia considerado que essa interpretação era inconstitucional⁷³. Naquela ocasião, o Congresso aprovou a Lei nº 14.701, que dentre outros dispositivos, normatiza a tese do marco

temporal. Os vetos do presidente Lula não foram suficientes, sendo derrubados alguns meses depois.

A aprovação da PEC pelo Senado veio enquanto o STF apreciava processos relacionados à lei. O desdobramento aconteceu na mesma semana em que a Corte ouviria as partes envolvidas, como sinal claro de pressão política⁷⁴. Em mais uma etapa da queda de braço, poucos dias após da votação da PEC no Senado, o STF declarou a

inconstitucionalidade dos trechos sobre o marco temporal na Lei⁷⁵

Segundo a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), além de tentar institucionalizar uma injustiça histórica, essa emenda agrava os conflitos fundiários e aumenta a insegurança jurídica⁷⁶. Trata-se de uma tentativa de apagar a jurisprudência do Supremo e favorecer latifundiários, garimpeiros e criminosos que avançam sobre terras indí-

genas há décadas. A PEC pode favorecer o avanço do desmatamento, da grilagem e de atividades econômicas predatórias sobre terras tradicionalmente ocupadas, além de contrariar tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

Caso a Câmara aprove a PEC na sequência, é de se esperar que a questão retorne ao Supremo, que terá oportunidade de reiterar seu entendimento sobre a sua inconstitucionalidade.

ACORDO DE ESCAZÚ

Às vésperas da COP30, a Câmara dos Deputados aprovou a ratificação do Acordo de Escazú, um importante passo para fortalecer a democracia ambiental no país.⁷⁷ O Acordo de Escazú é o primeiro tratado regional ambiental para a América Latina e o Caribe e visa garantir e efetivar os direitos de acesso à informação, à participação e à justiça em temas ambientais.

Além disso, o Acordo de Escazú é o primeiro tratado internacional a prever obrigações específicas de proteção para defensoras e defensores ambientais. Com isso, determina aos países membros a adoção de medidas para criar um ambiente seguro para quem atua na defesa dos direitos socioambientais e para prevenir, investigar e punir ataques, ameaças ou intimidações

contra esses grupos. Trata-se de uma dimensão especialmente importante para o Brasil, dado que o país segue entre os primeiros mais violentos do mundo para defensores e defensoras ambientais⁷⁸.

Desde 2020, a **Transparência Internacional – Brasil** tem atuado pela ratificação do acordo e sua plena adoção no âmbito interno, incidência que ocorre especialmente por meio do Movimento Escazú Brasil⁷⁹, rede de organizações da sociedade civil dedicada ao tema.

Em nota técnica de novembro de 2025, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão defenderam a ratificação do texto no Congresso⁸⁰. Citando um *policy paper* da

Transparência Internacional – Brasil⁸¹, os procuradores reconheceram que o acordo tem a capacidade de promover a integridade e prevenir a corrupção em casos envolvendo crimes ambientais, como grilagem e garimpo ilegal⁸². De fato, em um cenário de avanço do crime organizado sobre áreas de fronteira e envolvimento crescente com a exploração ilegal de recursos, o acordo tem o potencial de fortalecer a governança ambiental no Brasil, com mecanismos de proteção e promoção do Estado de Direito em temas ambientais⁸³.

Negociado entre 2012 e 2018, o Acordo de Escazú entrou em vigor em 2021, com a adesão de vários países da região. No caso do Brasil, o acordo foi assinado em 2018, pelo governo Temer, mas enviado para o Congresso Nacional somente em maio de 2023, no início do governo Lula. Após a aprovação pela Câmara, havia expectativa de que a ratificação fosse concluída ainda durante a COP30, o que não aconteceu.



7 CRIME ORGANIZADO – CASOS DE INFILTRAÇÃO, CPI DO CRIME ORGANIZADO, ‘PEC DA SEGURANÇA’ E ‘PL ANTIFACÇÃO’

Em 2025, ficou ainda mais visível a aproximação entre o crime organizado e o Poder Legislativo, com revelações que evidenciam riscos graves à integridade das instituições democráticas. O Brasil vê um cenário de infiltração crescente de facções nas estruturas políticas e policiais, com tentáculos perigosos no financiamento eleitoral, em contratos públicos e no sistema financeiro nacional.

No primeiro semestre do ano, o governo federal apresentou a chamada “PEC da Segurança Pública”, defendida pelo ministro Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública)⁸⁴. Entre outras mudanças, a emenda confere status constitucional ao Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), criado em 2018; altera o funcionamento e as prioridades da Polícia Rodoviária Federal (PRF); inclui as guardas municipais no rol dos órgãos de segurança pública; cria a exigência de corregedorias autônomas; e amplia a participação da sociedade civil no Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social⁸⁵.

A PEC parte da ideia de que o problema de segurança pública necessita de instrumentos para a cooperação e coordenação de entes federativos e que, portanto, o Executivo federal não pode relegar o tema aos Estados. No entanto, isso gera resistência

por parte do Congresso, especialmente de parlamentares de oposição que alegam defender as polícias e os interesses dos governos estaduais

Paralelamente, avançaram projetos legislativos como o “PL Antifacção”, que busca fortalecer a fiscalização e a investigação do uso de estruturas empresariais e financeiras por facções⁸⁶. Também proposto pelo Poder Executivo, esse projeto tinha como objetivo combater a lavagem de dinheiro, o uso de empresas de fachada e a infiltração de grupos criminosos em contratos públicos — especialmente em grandes centros urbanos e regiões periféricas, onde facções passaram a influenciar decisões políticas locais⁸⁷.

O projeto foi apresentado como uma resposta à chacina realizada pela polícia no Rio de Janeiro que resultou em 122 mortes, reacendendo o debate sobre o combate às facções. A relatoria do “PL Antifacção” foi atribuída ao deputado federal Guilherme Derrite (PP-SP), temporariamente exonerado da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) para vocalizar os interesses de grupos da direita e extrema-direita⁸⁸. Derrite tentou, em cinco versões diferentes, alargar o escopo do projeto e alterar seus objetivos, propondo mudanças que incluíam as facções na lei



CRÉDITO: SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO



Senador Alessandro Vieira, relator
do PL Antifacção no Senado

antiterrorismo, limitavam a autonomia da Polícia Federal para conduzir investigações e alteravam a divisão de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública⁸⁹. Ao tentar enquadrar facções como “narcoterrorismo”, possibilitaria o uso de leis excepcionais, com penas mais duras e instrumentos mais agressivos de repressão – desconsiderando suas possíveis repercussões jurídicas e políticas, tanto nacional quanto internacionalmente. Ao mesmo tempo, a restrição às ações da Polícia Federal e a tentativa de mudar a distribuição de recursos atendem à agenda de fortalecimento das forças estaduais, especialmente das polícias militares, garantindo protagonismo a governadores e secretários de segurança pública – como o próprio Guilherme Derrite.⁹⁰ No fim, com tramitação acelerada, o projeto foi aprovado na Câmara, a partir do sexto substitutivo apresentado por Derrite.

No Senado, a relatoria foi atribuída ao senador Alessandro Vieira (MDB-SE), que buscou

recuperar elementos do projeto inicialmente proposto pelo governo⁹¹. Combinando aspectos do texto original e de alguns substitutivos, a versão aprovada pelo Senado afastou a ideia de terrorismo, aprimorou meios de investigação, formalizou a integração de forças de segurança e o compartilhamento de informações, tornou mais rígida a progressão de pena e criou um tributo sobre apostas online para ajudar a financiar o Fundo Nacional de Segurança Pública.⁹²

Vieira também é o relator da CPI do Crime Organizado, focada na expansão de milícias e facções, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho⁹³. Depoimentos e investigações revelaram o crescimento exponencial do faturamento das organizações, ressaltaram as conexões com o sistema prisional e trouxeram à tona

o papel de mecanismos de inteligência para o combate às facções⁹⁴.

Além do PL Antifacção, também avançou, motivada em parte pelas revelações sobre fraudes e irregularidades no setor de combustíveis, profundamente infiltrado pelo crime organizado, o PL do Devedor Contumaz. Respondendo à percepção de que muitas empresas, especialmente deste setor, como a Refit, passaram a usar a sonegação fiscal como elemento essencial do seu modelo de negócios, o Congresso Nacional superou anos de protelação e aprovou o projeto que foi posteriormente sancionado pelo Presidente Lula.⁹⁵

O ano de 2025 também foi marcado por revelações de infiltração em vários níveis do sistema político. Casos concretos reforçaram a captura do Poder Legislativo em diferentes partes do país, com vereadores e deputados estaduais e federais passando a ser investigados ou presos por suspeita de ligação direta com facções. No Ceará, inquéritos miram a relação entre emendas parlamentares, crime organizado e financiamento de campanha, envolvendo o deputado federal Júnior Mano (PSB-CE), empresários, políticos locais e a facção Guardiões do Estado⁹⁶. Em São Paulo, investigações continuam revelando o envolvimento de policiais militares com o PCC⁹⁷, inclusive oficiais lotados na segurança do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da prefeitura da capital⁹⁸. Segundo investigação da Polícia Federal, o PCC também teria investido R\$ 8 bilhões nas campanhas eleitorais de 2024, o que coloca em evidência a relação financeira entre crime e eleição⁹⁹.

No Rio de Janeiro, por sua vez, investigações já atingiram o Legislativo e o Judiciário, com perspectiva de novos desdobramentos. Em setembro, o deputado estadual TH Joias (sem partido) foi preso sob suspeita de negociar armas e de intermediar financeiramente o Comando Vermelho e outros grupos criminosos do Estado¹⁰⁰. Em dezembro, o presidente da Assembleia Legislativa, Rodrigo Bacellar (União Brasil-RJ), foi preso ao chegar à sede da Polícia Federal para uma reunião¹⁰¹. Mensagens acessadas pela PF apontam que Bacellar teria vazado informações e tentado obstruir investigações sobre políticos, como o próprio TH Joias¹⁰². Na semana seguinte, a Casa decidiu revogar a prisão de Bacellar; em resposta, o Supremo impôs medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica, o recolhimento domiciliar à noite e nos finais de semana, a entrega de passaportes e a proibição de se comunicar com outros investigados¹⁰³. Além dele, a PF prendeu o desembargador federal Macário Judice Neto, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), que mantinha relações próximas com Bacellar e teria repassado detalhes das investigações¹⁰⁴.

Com esses episódios, fica claro que a relação entre o crime organizado e a política deixou de ser episódica. Ela é, cada vez mais, uma ameaça sistêmica às instituições democráticas, à estrutura do Estado brasileiro e à própria soberania nacional. Resgatar as instituições da criminalidade organizada passa, inescapavelmente, pelo enfrentamento à corrupção política e eleitoral, que permite a captura do Poder Legislativo.

8 OS LENTOS AVANÇOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA

No segundo semestre, a reforma administrativa ganhou alguma tração no Congresso, após ser definida como uma das prioridades do Ministério da Fazenda e da Presidência de Hugo Motta. Em junho, a Câmara dos Deputados criou um grupo de trabalho para discutir a reforma, sob coordenação do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ). Em outubro, foram apresentados os principais resultados, com um relatório e uma série de propostas consolidadas em uma Proposta de Emenda Constitucional, um Projeto de Lei Complementar e um Projeto de Lei.

Com o objetivo de modernizar e aprimorar a eficiência do serviço público no Brasil, a reforma abrange todos os três Poderes em todos os níveis federativos — o que representaria a maior mudança do funcionalismo nas últimas décadas¹⁰⁵. As propostas foram organizadas em quatro eixos principais: planejamento estratégico e metas, transformação digital, profissionalização da administração e eliminação de privilégios no setor público¹⁰⁶. Entre as alterações, constam novas regras para concursos públicos e definição de quadro de pessoal por gestores, tabela única de remuneração, critérios de avaliação de desempenho como condição para progressão de carreira e pagamento de gratificações, limitação de cargos comissionados — com exigência de processo seletivo simplificado —, fim da progressão

automática por tempo de serviço e limitação de gastos com pessoal atrelada à inflação e ao crescimento das receitas¹⁰⁷.

No entanto, a lentidão com que o tema vem sendo tratado é preocupante. Um estudo do Movimento Pessoas à Frente e da República.org revelou que, em comparação com países da Europa e das Américas, o Brasil foi o país que mais gastou com supersalários entre agosto de 2024 e julho de 2025, com despesas que atingiram R\$ 20 bilhões. Os principais beneficiados são parte de um grupo restrito do funcionalismo público, que corresponde a 1,34% do total de servidores¹⁰⁸.

Apesar de já existirem diversas propostas legislativas para limitar esses pagamentos, fechar brechas e ajustar regras remuneratórias, há uma dificuldade crônica de se avançar no Congresso com essa pauta. Ano após ano, faltam consenso e articulação política para aprovar medidas eficazes contra os privilégios salariais na administração pública¹⁰⁹. Além disso, o próprio Legislativo federal tem contribuído para aprofundar o problema, aprovando penduricalhos para servidores do TCU e do Senado¹¹⁰. Enquanto isso, o Brasil continua perpetuando uma elite alimentada por penduricalhos e proteções excessivas (ver mais em Judiciário).

9 LOBBY DE ALCOLUMBRE E OUTROS SENADORES PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA FOZ DO AMAZONAS

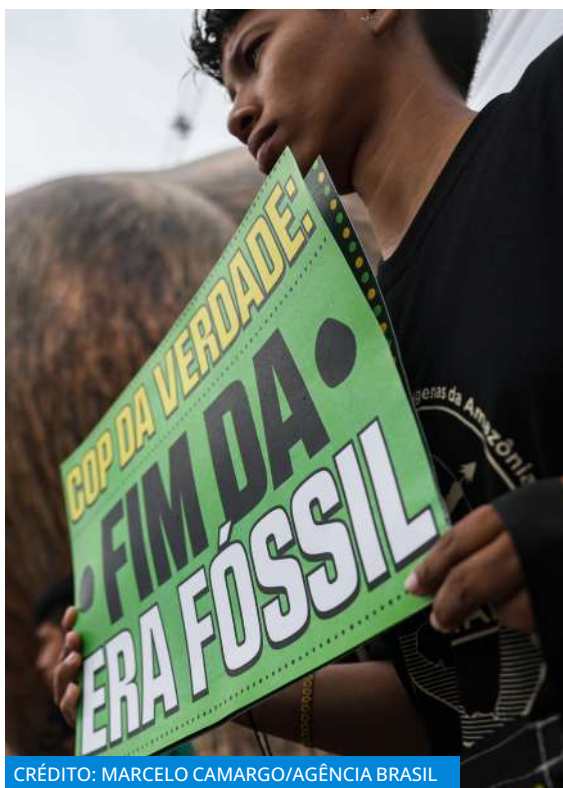
A poucas semanas da realização da COP30, em Belém, a Petrobras anunciou que havia recebido do Ibama uma licença de operação para perfurar um poço exploratório na chamada Margem Equatorial, um trecho de grande interesse econômico na Foz do Rio Amazonas¹¹¹. Diante da possibilidade de impactos ambientais e climáticos graves, a notícia levou a questionamentos sobre o processo de análise e concessão da licença, bem como sobre o papel desempenhado pelos agentes políticos interessados.

Entre os principais defensores da exploração, estão os senadores amapaenses Davi Alcolumbre (União) e Randolfe Rodrigues (PT), além do governador do Pará, Helder Barbalho (MDB). Caso a viabilidade do bloco seja confirmada, especula-se que os *royalties* do petróleo possam beneficiar seis Estados da federação: Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte¹¹². Esses recursos, no entanto, talvez só estejam disponíveis em um prazo de dez anos, quando — e se — a exploração se viabilizar. A liberação da licença, divulgada em outubro, foi entendida como uma troca política do governo com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. A licença também é resultado de pressão política do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e do ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, sobre o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho. Outras figuras também defenderam a exploração, como a presidente da Petrobras, Magda Chambriard¹¹³. Do outro lado, as ministras Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, e Sônia Guajajara, dos Povos Indígenas, posicionaram-se de maneira crítica ao projeto, destacando seus prejuízos ao ecossistema amazônico, aos povos originários da região e ao clima global.

10 ATAQUES A MARINA SILVA E OUTRAS VIOLÊNCIAS MISÓGINAS NO CONGRESSO

Em pelo menos duas ocasiões, episódios graves de misoginia chamaram atenção em audiências do Congresso Nacional, ambos envolvendo a ministra Marina Silva. Em maio de 2025, a ministra foi alvo de ataques e ofensas por parte de senadores durante uma audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado. O senador amazonense Plínio Valério (PSDB-AM) declarou que “a mulher merece respeito; a ministra, não”, numa fala que rapidamente foi classificada como misógina, e o presidente da comissão, senador Marcos Rogério (PL-RO), instruiu a ministra a “se pôr no seu lugar”. Marina Silva abandonou a audiência, afirmando que os ataques eram um desrespeito tanto à sua função quanto ao fato de ser mulher¹¹⁴. Ambos os senadores têm interesse na liberação de projetos de infraestrutura e na flexibilização de leis ambientais, pauta que vai de encontro às posições da ministra.

Pouco tempo depois, em julho, a ministra voltou a enfrentar hostilidades durante audiência na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. Parla-



CRÉDITO: MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

mentares, incluindo o deputado Evair de Melo (PP-ES), da bancada ruralista, fizeram comparações descabidas entre a ministra e grupos armados, como as Farc e o Hamas, além de repetirem declarações que a associam a um câncer, ecoando ofensas anteriores. Outro deputado, Cabo Gilberto (PL-PB), adotou um tom paternalista ao pedir que ela “se acalmasse”, postura rebatida pela ministra durante a sessão¹¹⁵.

Os episódios provocaram forte reação institucional e política. A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, a ministra das Mulheres, Márcia Lopes, a ministra da Cultura, Margareth Menezes, e a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, divulgaram notas e vídeos nas redes sociais. Elas repudiaram os ataques,



classificando-os como ofensivos, misóginos e incompatíveis com o decoro parlamentar, além de reafirmarem solidariedade a Marina Silva enquanto mulher, ministra e figura pública. A primeira-dama, Janja Lula da Silva, também se manifestou, expressando indignação pelo desrespeito e ressaltando a importância do trabalho da ministra no combate ao desmatamento¹¹⁶.

No caso da exploração de petróleo na Foz do Amazonas, a ministra é vista por parlamentares do Norte, pela bancada do petróleo e por setores do governo como a principal responsável pela resistência do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente

à concessão de licenças. O mesmo padrão aparece no debate sobre o “Projeto de Lei da Devastação”, defendido por ruralistas, empreiteiras e governadores como forma de supostamente destravar obras. Marina Silva e sua equipe se posicionaram contra dispositivos que flexibilizam licenças, reduzem os estudos de impacto e limitam o poder de órgãos ambientais. Outro ponto de interesse diz respeito à BR-319, estrada que liga Manaus a Porto Velho. A ministra defende condicionantes rigorosas e medidas de controle para evitar uma explosão do desmatamento na região, enquanto parlamentares do Amazonas e de Rondônia pressionam pela liberação rápida das obras.

11 A GRANDE FAMÍLIA: CASOS DE NEPOTISMO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Em 2025, casos de nepotismo voltaram a chamar a atenção no Poder Legislativo. Reportagem do UOL revelou que pelo menos 32% de todos os conselheiros de Tribunais de Contas do país têm parentes na política, um cenário que tem se tornado cada vez mais comum¹¹⁷. Isso significa que 74 dos cerca de 225 conselheiros ativos são parentes diretos de figuras políticas — ou seja, são pais, filhos, irmãos, sobrinhos ou cônjuges.

Tornar-se membro de um Tribunal de Contas implica grande prestígio, estabilidade e poder. Não à toa, influentes parlamentares e governadores consolidaram a prática de nomear familiares para vagas nessas instituições, especialmente no âmbito estadual. Na Paraíba, por exemplo, chamou atenção a nomeação de Alanna Galdino, filha do presidente da Assembleia, Adriano Galdino (Republicanos-PB). Além do vínculo familiar, a indicada não atende aos requisitos do cargo e é acusada por auditoria do próprio TCE de ter sido funcionária fantasma no governo estadual¹¹⁸.

Também merecem destaque os casos envolvendo esposas de ministros do governo Lula que foram governadores de seus respectivos Estados. Entre os principais exemplos, estão Onélia Santana (TCE-CE), casada com Camilo Santana, ministro da Educação; Aline Peixoto (TCM-BA), esposa de Rui Costa, da Casa Civil; Rejane Dias (TCE-PI), casada com Wellington Dias, do Desenvolvimento Social; Marília Góes (TCE-

-AP), indicada por Waldez Góes, da Integração e Desenvolvimento Regional; e Renata Calheiros (TCE-AL), esposa de Renan Filho, ministro dos Transportes¹¹⁹.

No caso do Pará, em 2023, o governador Helder Barbalho indicou sua esposa, Daniela Lima Barbalho, para uma vaga no TCE-PA. Em novembro de 2025 a nomeação chegou a ser suspensa por uma liminar que identificou indícios de nepotismo cruzado, que acabou sendo revertida pelo presidente do Tribunal de Justiça, poucos dias depois¹²⁰. No STF, o ministro Dias Toffoli já havia rejeitado em 2023 reclamação constitucional que alegava violação da súmula vinculante que proíbe nepotismo, afirmando que a nomeação por outro Poder – no caso, pela Assembleia Legislativa do Pará – não se enquadra na norma¹²¹.

O levantamento também destaca que 19 governadores ou ex-governadores têm familiares como conselheiros em Tribunais de Contas e que, em Estados como Alagoas e Sergipe, cinco dos sete conselheiros têm laços familiares com políticos. Além de parentes de membros do Executivo federal e estadual, há casos de parentes que ocupam cargos importantes nas cortes por meio de indicações diretas, como quando um conselheiro sai e o filho assume, ou quando indivíduos próximos a políticos influentes chegam ao cargo por meio de indicações partidárias ou alianças, em um claro conflito de interesses na fiscalização das contas públicas¹²².

- 23

- 24 <https://www.estadao.com.br/politica/projeto-de-alcolumbre-para-emendas-poe-ca-bresto-em-consultores-de-orcamento-dizem-entidades/>
- 25 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/09/pec-da-blindagem-representam-a-maior-ofensiva-da-historia-feita-pelo-congresso-contra-leis-anticorrupcao.shtml>
- 26 <https://transparenciainternacional.org.br/posts/pec-da-blindagem-e-certeza-de-impunidade-e-aumenta-os-riscos-de-infiltracao-do-crime-organizado-na-politica/>
- 27 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/08/28/pec-da-blindagem-entre-1988-e-2001-congresso-autorizou-ape-nas-um-processo-contra-parlamentar-e-travou-outros-253-pedidos.ghtml>
- 28 <https://noticias.uol.com.br/colunas/raquel-landim/2025/09/17/blindagem-se-estende-para-estados-e-protege-deputados-ligados-ao-crime.htm>
- 29 <https://www.poder360.com.br/poder-justica/pf-inclui-presidente-do-uniao-brasil-em-operacao-que-mira-pcc/>
- 30 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/09/21/atos-contra-a-pec-da-blindagem-e-o-pl-da-anistia-reunem-manifestantes-em-brasilia-salvador-e-joao-pessoa.ghtml>
- 31 <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cqjewjqd5rqo>
- 32 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/07/17/presidente-da-camara-hugo-motta-empregou-funcionarias-fantasma-em-gabinete-diz-jornal.ghtml>
- 33 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/11/mpf-faz-apuracao-preliminar-sobre-suspeita-de-rachadinha-em-gabinete-de-motta.shtml>
- 34 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/11/13/primeira-camara-do-tcu-arquiva-denuncia-contra-hugo-motta-por-contratacao-de-funcionarios-fantasma.ghtml>
- 35 <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2025/08/07/lideres-escanteiam-motta-recorrem-a-lira-e-costuram-acordo-para-blindar-parlamentares-da-justica.ghtml>
- 36 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/08/09/foro-privilegiado-oposicao-quer-nova-mudanca-nas-regras-relembre-o-va-i-e-vem-no-tema.ghtml>
- 37 <https://www.estadao.com.br/opinioao/golpismo-explicito/>
- 38 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/08/05/oposicao-protesta-contra-prisao-de-bolsonaro-anuncia-obstrucao-no-congresso-e-defende-anistia-e-fim-do-foro-privilegiado.ghtml>
- 39 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-03/stf-amplia-foro-privilegiado-na-corte-para-apos-fim-do-mandato-do-reu>
- 40 <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcus-melo/2025/04/o-foro-privilegiado-muda-mais-uma-vez-por-que-as-regras-do-jogo-mudam.shtml>
- 41 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/11/11/cpi-das-bets-sera-instalada-no-senado-nesta-terca-feira>
- 42 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/03/10/cpi-analisa-quebra-de-sigilo-de-71-bets-autorizadas-pelo-governo>
- 43 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/03/11/secretario-da-receita-defende-ir-sobre-apostas-na-cpi-das-bets>
- 44 <https://piaui.folha.uol.com.br/os-negocios-entre-ciro-nogueira-e-o-dono-do-tigrinho/>
- 45 <https://piaui.folha.uol.com.br/um-senador-e-um-dono-de-bets-na-mira-da-pf/>
- 46 <https://www.em.com.br/economia/2025/04/7105184-cpi-das-bets-apostadores-gastaram-ate-rs-30-bilhoes-por-mes.html>
- 47 <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-bonde-do-tigrinho-bets/>
- 48 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/13/influenciadora-virginia-fonseca-de-poe-a-cpi-das-bets-com-aval-para-ficar-em-silencio.ghtml>
- 49 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/06/12/cpi-das-bets-rejeita-relatorio-final>

- 50 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2025-06/cpi-das-bets-relatorio-aponta-crimes-e-endividamento-de-familias>
- 51 <https://valor.globo.com/politica/noticia/2025/02/10/camara-e-senado-discutem-mudancas-na-lei-eleitoral.ghtml>
- 52 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/06/lei-da-ficha-limpa-completa-15-anos-com-legado-sob-disputa.shtml>
- 53 <https://cbn.globo.com/politica/noticia/2025/09/03/lei-da-ficha-limpa-mudancas-podem-permitir-que-politicos-condenados-voltem-as-urnas-em-2026.ghtml>
- 54 <https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2025/03/19/partidos-se-unem-para-burlar-lei-da-ficha-limpa.ghtml>
- 55 <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/02/7062513-83-dos-brasileiros-rejeitam-mudanca-na-lei-da-ficha-limpa.html>
- 56 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/09/30/inelegibilidade-alteracao-na-lei-da-ficha-limpa-e-sancionada-com-vetos>
- 57 <https://transparenciainternacional.org.br/posts/enfraquecimento-da-lei-da-ficha-limpa-e-retrocesso-no-combate-a-corrupcao-e-amplia-riscos-de-infiltracao-do-crime-organizado-nas-eleicoes/>
- 58 <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/rede-sustentabilidade-aciona-stf-para-suspender-alteracoes-na-lei-da-ficha-limpa/>
- 59 <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Julho/codigo-eleitoral-completa-60-anos-de-vigencia>
- 60 <https://valor.globo.com/politica/noticia/2025/02/10/camara-e-senado-discutem-mudancas-na-lei-eleitoral.ghtml>
- 61 <https://www.estadao.com.br/opiniao/um-codigo-eleitoral-horrivel/>
- 62 <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/112870/congresso-perde-prazo-e-novo-codigo-eleitoral-nao-valera-para-2026>
- 63 <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/voto-distrital-misto-congresso-tem-profusao-de-propostas-eleitorais>
- 64 <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/05/22/projeto-do-licenciamento-ambiental-e-o-maior-retrocesso-em-40-anos-dizem-entidades.ghtml>
- <https://reporterbrasil.org.br/2025/05/pl-da-devastacao-aprovado-no-senado-o-que-muda-no-licenciamento-ambiental/>
- <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/05/21/senado-aprova-projeto-da-lei-do-licenciamento-ambiental>
- 65 <https://www.brasildefato.com.br/2025/06/01/pessoas-vao-as-ruas-contraria-pl-da-devastacao-e-em-apoio-a-marina-silva/>
- 66 <https://www.camara.leg.br/noticias/1181164-CAMARA-APROVA-PROJETO-QUE-ALTERA-REGRAS-DE-LICENCIAMENTO-AMBIENTAL>
- 67 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/08/08/lula-sanciona-com-vetos-projeto-que-enfraquece-regras-de-licenciamento-ambiental.ghtml>
- 68 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/11/27/congresso-derruba-52-itens-de-veto-a-lei-geral-do-licenciamento-ambiental>
- 69 <https://transparenciainternacional.org.br/posts/pl-2159-2021-maior-retrocesso-ambiental-dos-ultimos-40-anos-e-porta-aberta-para-a-corrupcao/>
- 70 <https://transparenciainternacional.org.br/posts/nota-publica-sobre-o-pl-do-licenciamento/>
- 71 <https://transparenciainternacional.org.br/posts/nota-publica-sobre-o-pl-do-licenciamento/>
- 72 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/12/09/senado-aprova-incluir-na-constituicao-marco-temporal-de-terras-indigenas-contrariando-stf.ghtml>
- 73 <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticia-Detalhe.asp?idConteudo=514552&ori=1>
- 74 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/12/09/senado-aprova-incluir-na-constituicao-marco-temporal-de-terras-indigenas-contrariando-stf.ghtml>

- <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/12/09/senado-aprova-pec-do-marco-temporal-em-resposta-ao-stf-e-amplia-atritos-apos-crisis-com-emendas-e-impeachment.ghml>
- 75 <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-considera-inconstitucional-trecho-de-lei-que-institui-marco-temporal-para-terras-indigenas/>
- 76 <https://www.oc.eco.br/organizacoes-indigenas-repudiam-aprovacao-da-pec-do-marco-temporal-no-senado/>
- 77 <https://www.camara.leg.br/noticias/1219585-camara-aprova-adesao-do-brasil-a-acordo-sobre-justica-ambiental-a-companhe>
- 78 <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/09/17/brasil-e-o-quarto-pais-que-mais-mata-ativistas-ambientais.ghml>
- 79 <https://escazubrasil.org.br/>
- 80 <https://www.mpf.mp.br/pfdc/manifestacoes-pfdc/notas-tecnicas/nota-tecnica-conjunta-pfdc-e-4a-ccr-acordo-de-escazu>
- 81 <https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/111:acordo-de-escazu?stream=1>
- 82 <https://www.mpf.mp.br/pfdc/manifestacoes-pfdc/notas-tecnicas/nota-tecnica-conjunta-pfdc-e-4a-ccr-acordo-de-escazu>
- 83 <https://www.conjur.com.br/2025-nov-08/acordo-de-escazu-e-cop-30-o-que-significa-a-mais-recente-aprovacao-no-congresso/>
- 84 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lewandowski-ve-pec-da-seguranca-pronta-para-discussao-no-congresso>
- 85 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-a-pec-da-seguranca-proposta-do-governo-para-combater-o-crime/>
- 86 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/infiltrados-monitoramento-e-empreras-ficticias-entenda-o-pl-antifaccao/>
- 87 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/infiltrados-monitoramento-e-empreras-ficticias-entenda-o-pl-antifaccao/>
- 88 <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c8x125158wqo>
- 89 <https://exame.com/brasil/o-que-e-o-pl-antifaccao-e-o-que-muda-entenda/>
- <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/11/derrite-ignora-governo-lula-e-mantem-divisao-de-fundos-entre-pf-e-estados-em-5a-versao-do-pl-antifaccao.shtml>
- 90 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/11/19/projeto-antifaccao-entenda-o-que-governo-critica-e-o-que-a-oposicao-queria-sobre-texto-aprovado.ghml>
- <https://apublica.org/2025/11/problemas-do-pl-antifaccao-segundo-especialistas/>
- 91 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/12/07/pl-antifaccao-o-que-mudou-entre-o-texto-de-derrite-aprovado-pela-camara-e-a-proposta-em-discussao-no-senado.ghml>
- 92 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/12/10/senado-aprova-pl-antifaccao-penas-podem-chegar-a-120-anos>
- 93 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/11/03/cpi-do-crime-organizado-sera-instalada-nesta-terca-com-foco-em-faccoes-e-milicias-vieira-deve-ser-o-relator.ghml>
- 94 <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2025/12/23/cpi-do-crime-colheu-13-depoimentos-em-um-mes-de-trabalho>
- 95 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2025/12/11/aprovado-na-camara-projeto-do-devedor-contumaz-segue-para-sancao>
- 96 <https://veja.abril.com.br/brasil/pf-investiga-suspeitas-de-desvios-de-dinheiros-das-emendas-para-crime-organizado/>
- <https://veja.abril.com.br/brasil/o-elo-entre-politicos-do-ceara-e-faccao-guardioes-do-estado/>
- 97 <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/corregedoria-pcc-infiltrou-tres-nucleos-tropa-elite-pm-sp/>
- <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/prisao-de-pms-por-elo-com-delator-do-pcc-sociedade-nao-acordou-para-grau-de-infiltracao-do-crime/>
- <https://veja.abril.com.br/brasil/envolvimento-de-policiais-de-sp-com-crime-organizado-poe-secretario-sob-pessao/>

- 98 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/01/pms-suspeitos-de-elo-com-pcc-faziam-escolta-de-autoridades-de-sp.shtml>
- 99 <https://jovempan.com.br/videos/programas/os-pingos-nos-is/policia-federal-pcc-injetou-r-8-bilhoes-nas-campanhas-eleitorais-de-2024.html>
- 100 <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/09/deputado-do-rj-e-alvo-de-mandado-de-prisao-por-suspeita-de-envolvimento-com-o-comando-vermelho.shtml>
- <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/09/06/mensagens-mostram-que-trafficante-do-cv-pagou-ex-deputado-th-joias-e-advogado-ligado-ao-governo-do-rj-segundo-a-pf.shtml>
- 101 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-em-cinco-pontos-a-prisao-do-presidente-da-alerj-rodri-go-bacellar/>
- 102 <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2025/12/03/th-joias-rodri-go-bacellar-carnes-operacao-pf.shtml>
- 103 <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-impoe-medidas-cautelares-a-rodri-go-bacellar-apos-alerj-revogar-prisao/>
- 104 <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2025/12/16/presidente-alerj-prisao-desembargador.shtml>
- 105 <https://www.camara.leg.br/noticias/1207015-grupo-de-trabalho-da-camara-apresenta-proposta-de-reforma-administrativa/>
- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2025-08/reforma-administrativa-avanca-na-camara-e-servidores-temem-retrocessos>
- <https://www.camara.leg.br/noticias/1208278-reforma-administrativa-propostas-modificam-contratos-temporarios-gratificacoes-e-concursos/>
- 106 <https://www.camara.leg.br/noticias/1207015-grupo-de-trabalho-da-camara-apresenta-proposta-de-reforma-administrativa/>
- 107 <https://www.camara.leg.br/noticias/1208278-reforma-administrativa-propostas-modificam-contratos-temporarios-gratificacoes-e-concursos/>
- <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/112643/de-metas-a-supersalarios-veja-o-que-muda-com-a-reforma-administrativa>
- 108 <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/iuri-pitta/politica/supersalarios-no-setor-publico-custam-ao-brasil-r-20-bi-em-12-meses/>
- 109 <https://www.jota.info/legislativo/propostas-contra-supersalarios-se-acumulam-mas-sem-consenso-ou-tracao-no-congresso>
- 110 <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/12/05/senado-aprova-projeto-que-permite-servidores-do-tcu-receberem-acima-do-teto-do-funcionalismo.shtml>
- <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2025/12/05/penduricalho-servidores-senado-salario-r-117-mil.htm>
- 111 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-10/petrobras-recebe-licenca-do-ibama-para-perfurar-margem-equatorial>
- 112 <https://www.band.com.br/noticias/jornal-da-noite/ultimas/exploracao-na-margem-equatorial-pode-mudar-realidade-de-15-milhoes-de-pessoas-202510221128>
- 113 <https://www.band.com.br/noticias/jornal-da-noite/ultimas/exploracao-na-margem-equatorial-pode-mudar-realidade-de-15-milhoes-de-pessoas-202510221128>
- 114 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-05/marina-silva-deixa-audiencia-apos-ataque-e-ofensas-de-senador>
- 115 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2025-07/marina-silva-sofre-novos-insultos-em-comissao-no-congresso>
- 116 <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ministras-de-lula-defendem-marina-e-chamam-criticas-de-absurdo/>
- 117 <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2025/03/31/parentes-de-politicos-sao-mais-de-30-da-cupula-dos-tribunais-de-contas.htm?cmpid=copiaecola>
- 118 <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2025/04/19/entenda-processo-de-nomeacao-da-filha-do-presidente-da-asm-bleia-da-pb-para-o-tce.shtml>

119 <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2025/03/31/parentes-de-politicos-sao-mais-de-30-da-cupula-dos-tribunais-de-contas.htm?cmpid=copiaecola>

120 <https://www.metropoles.com/colunas/paulo-cappelli/apos-acusacao-de-nepotismo-esposa-de-governador-recupera-cargo>

121 <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticia-Detalhe.asp?idConteudo=512101&ori=1>

122 <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2025/03/31/parentes-de-politicos-sao-mais-de-30-da-cupula-dos-tribunais-de-contas.htm?cmpid=copiaecola>

NOVOS EPISÓDIOS DE ASSÉDIO CONTRA A TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL – BRASIL

Desde 2019, a Transparência Internacional – Brasil tem sido alvo de uma campanha de assédio judicial, que inclui investigações indevidas, processos administrativos e judiciais e campanhas de desinformação, em retaliação ao seu trabalho e com o objetivo de desacreditar sua atuação técnica e enfraquecer sua capacidade institucional.

Ao longo de 2025, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, seguiu ignorando o pedido de arquivamento feito pela Procuradoria-Geral da República com relação à Pet. 12.061. Nos autos desta petição tramita a investigação aberta de ofício pelo ministro após a publicação de relatório crítico às suas decisões, em fevereiro de 2024. A promoção do arquivamento, feita originalmente em outubro de 2024 e posteriormente reiterada em dezembro de 2024, se baseou na *“ausência de elementos mínimos que justificassem a continuidade das investigações e a inexistência de competência originária do Supremo Tribunal Federal para o caso”*.¹

Em 2025, o Tribunal de Contas de União finalmente arquivou um processo que

vinha se arrastando, com seguidas mudanças de objeto, há três anos, apesar de pareceres técnicos contrários ao seu prosseguimento. Em 2022, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) havia formulado uma Representação para que fossem apuradas pelo Tribunal possíveis irregularidades na gestão de recursos financeiros ligados a casos de corrupção, especificamente envolvendo a holding J&F Investimentos S.A (J&F). Em acórdão proferido em 25 setembro de 2025, os Ministros do Tribunal de Contas da União concluíram, por unanimidade, pelo arquivamento do processo, tendo em vista que não foi encontrada qualquer ilegalidade na cooperação entre Transparência Internacional e Ministério Público Federal.²

Organismos internacionais de proteção aos direitos humanos, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), têm chamado atenção para os ataques sofridos pela Transparência Internacional – Brasil. O Terceiro Informe sobre a Situação de Defensores de Direitos Humanos nas Américas relata o caso enfrentado pela or-

1 <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6811931>

2 <https://transparenciainternacional.org.br/posts/parecer-tecnico-do-tcu-desmonta-fake-news-de-que-transparencia-internacional-receberia-recorso-de-acordo-de-leniencia/>

ganização como exemplo de criminalização de defensores com a utilização do Direito Penal para perseguir aqueles que exercem o direito de liberdade de expressão³. De forma semelhante, a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da CIDH também menciona os ataques sofridos pela Transparência Internacional – Brasil no Relatório Especial sobre a Situação da Liberdade de Expressão no Brasil.⁴

Já nos primeiros dias de 2026, a campanha de assédio contra a Transparência Internacional – Brasil ganhou um novo capítulo com a publicação, em retaliação à publicação de um relatório crítico à transparência do Novo PAC⁵, de uma nota pública pela Casa Civil em que se afirma que a organiza-

ção é investigada pela Polícia Federal.⁶ Não existe qualquer informação pública sobre investigações da PF contra a organização, o que sugere que informações confidenciais possam estar sendo compartilhadas e usadas com objetivos políticos.⁷ Em resposta a esta nota, o presidente do conselho global da Transparência Internacional enviou uma carta aos ministros da Casa Civil, Rui Costa, da CGU, Vinícius Marques da Carvalho, e da Secretaria-Geral, Guilherme Boulos, afirmando se tratar de uma ação “inconsistente com os princípios democráticos, com o Estado de Direito e com compromisso do próprio governo com participação social”.⁸ Uma comunicação também foi enviada à direção da Open Government Partnership, iniciativa atualmente presidida pelo Brasil.⁹

3 Par. 154 <https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/2025/Tercer-informe-personas-defensoras-DDHH.pdf>

4 <https://www.oas.org/es/cidh/expresion/informes/relatoriobrasilrele.pdf>

5 <https://transparenciainternacional.org.br/publicacoes/transparencia-de-informacoes-do-novo-pac/>

6 <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/notas-oficiais/nota-a-imprensa-transparencia-do-novo-pac>

7 <https://transparenciainternacional.org.br/posts/transparencia-internacional-condena-os-ataques-do-governo-brasileiro-ao-seu-capitulo-nacional/>

8 https://files.transparencycdn.org/images/2026-01-09-Letter-from-Transparency-International_PAC.pdf

9 <https://transparenciainternacional.org.br/posts/transparencia-internacional-denuncia-ataques-ao-seu-capitulo-brasileiro-a-ogp/>

